MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E APLICADA

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
MODALIDADE A DISTÂNCIA

PPC CRIADO EM 2009 – ATUALIZADO EM 2023 – VIGENTE

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

a) Nome do Curso:
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

b) Proponente:
Universidade Federal do Paraná

c) Público Alvo:
Concluintes do segundo grau, que estejam residindo nas regiões dos municípios Polos de Apoio Presencial, selecionados por meio de processo seletivo de ingresso na Universidade Federal do Paraná.

d) Número de Vagas:
Poderão ser ofertadas até 300 vagas em 5 (cinco) Pólos de Apoio Presencial do Curso no Paraná, com abrangência aos municípios circunvizinhos.

e) Forma de Ingresso:
Processo Seletivo (vestibular)

f) Duração do Curso:
Mínimo 8 e máximo 12 semestres para integralização curricular.

g) Início das atividades:
Primeiro semestre de 2010.

2. INTRODUÇÃO

O Projeto Universidade Aberta do Brasil – UAB foi criado pelo Ministério da Educação, em 2005, no âmbito do Fórum das Estatais pela Educação, para a articulação e integração de um sistema nacional de educação superior a distância, em caráter experimental, visando sistematizar as ações, programas, projetos, atividades pertencentes às políticas públicas voltadas para a ampliação e interiorização da oferta do ensino superior gratuito e de qualidade no Brasil.

Objetivando a consecução e fomento dos cursos da UAB, e conseqüentemente, a democratização, expansão e interiorização da oferta de ensino superior público, e da formação de gestores públicos, o Ministério de Educação, por meio da Secretaria de Educação a Distancia – SEED, estimula a oferta do curso de Administração Pública na modalidade a distância, operacionalizado pelas Instituições Públicas de Ensino Superior, de acordo com os instrumentos legais emanados pela UAB.

O Curso Bacharelado em Administração Pública vem ao encontro das necessidades das organizações públicas contemporâneas, que buscam gestores com visão holística das ações administrativas e políticas governamentais, capacitados para exercitar a gestão na esfera regional, nacional e internacional, de forma a contribuir para o alcance dos objetivos da nação.

Para atender a demanda pela formação superior de gestores públicos no Estado do Paraná, incluindo seus mais distantes municípios, a UFPR oferta o curso de Administração Pública na modalidade a distância (EaD), como forma eficaz para ampliar o número de beneficiários da formação superior gratuita e de qualidade, cumprindo assim sua missão e colaborando com o desenvolvimento da sociedade brasileira.

O projeto pedagógico do curso está pautado na observância aos dispositivos legais e dispositivos regimentares institucionais, entre eles:

- *LDB* –Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394, de 20.12.1996)
- *DCN* - Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Administração Pública (Resolução n. 1, de 13 de maio de 2014);[1]
- *SINAES* – Dispositivos legais e orientações do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior.
- Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005 (com as alterações do Decreto nº 6.303/2007)- Regulamenta o Art. 80 da Lei 9.394/1996-Educação à Distância.

[1] Atualizado em Ajuste de 02/08/2023.

- Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006 – Dispõe sobre Universidade Aberta do Brasil
- Portaria MEC nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004- Regulamenta Artigo 81 da Lei 9.394/1996.
- Portaria MEC nº4.361, de 29 de dezembro de 2004 – Credenciamento e Recredenciamento de Instituições de Educação Superior e de cursos a distância.
- Portaria Normativa MEC nº40, de 12 de dezembro de 2007 - Regulação e avaliação da Educação Superior Modalidade a Distância.
- Resolução nº 08/03- Resolução nº 08/2003 – Conselho Universitário da UFPR - Estabelece o Regimento Interno do NEAD (atual CIPEAD).
- Resolução nº 83/08-CEPE - Aprova as normas básicas da atividade acadêmica dos Cursos de Graduação na modalidade de Educação a Distância da Universidade Federal do Paraná.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Administração Pública estabelecem uma estrutura mínima para o projeto pedagógico do curso, contemplando os elementos estruturais abaixo, os quais integram este projeto:

I. objetivos gerais do curso, contextualizados em relação à sua inserção institucional, política, geográfica e social;
II. condições objetivas de oferta e vocação do curso;
III. cargas horárias das atividades didáticas e da integralização do curso;
IV. formas de realização da interdisciplinaridade;
V. modos de integração entre teoria e prática;
VI. formas de avaliação do ensino e da aprendizagem;
VII. modos de integração entre graduação e pós-graduação;
VIII. incentivo à pesquisa como necessário prolongamento da atividade de ensino e como instrumento à iniciação científica;
IX. concepção e composição das atividades de estágio curricular supervisionado e suas diferentes formas e condições de realização, observado o respectivo regulamento;
X. concepção e composição das atividades complementares; e
XI. inclusão obrigatória de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) nas modalidades: monografia, artigo científico, relatório técnico ou de pesquisa ou projetos de intervenção centrados em área teórico-prática ou de formação profissional, na forma como estabelecer o regulamento próprio.[2]

[2] Atualizado em Ajuste de 02/08/2023.

O Curso de Administração Pública será ofertado na modalidade a distância. É importante compreender que a Educação a Distância (EaD) não pode ser reduzida a questões metodológicas, ou à simples gestão acadêmico-administrativa, ou como possibilidade apenas de emprego de Novas Tecnologias da Comunicação (NTCs) na prática docente e no processo formativo dos estudantes.

3. CARACTERIZAÇÃO REGIONAL E ESTUDO DO NÚMERO DE VAGAS[3]

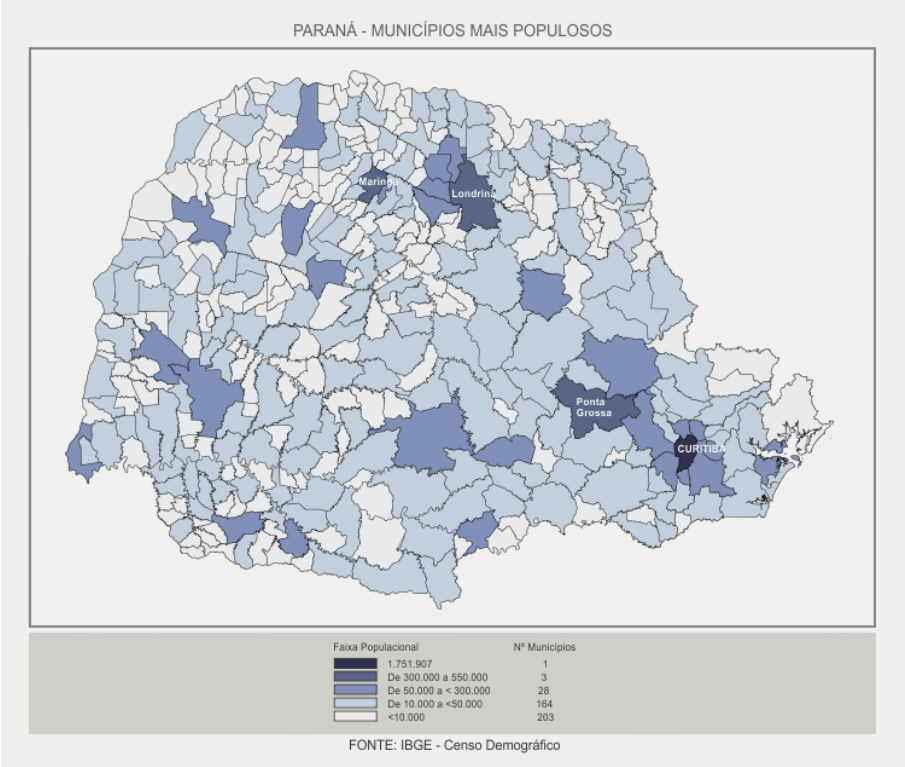
O CENÁRIO REGIONAL

A UFPR está localizada no Paraná, um dos três estados do sul do Brasil. De acordo com IPARDES (2022), o Paraná é a quinta maior economia estadual do país e responde por cerca de 5% da população nacional ou aproximadamente 11,5 milhões de habitantes. Os paranaenses se concentram predominantemente em áreas urbanas e o IDH do estado (dados de 2010) é de 0,749.

Ainda de acordo com IPARDES (2022),

> Sua economia apresenta marcante perfil agroindustrial, do qual despontam a produção de grãos como soja, milho e trigo e etapas posteriores de agregação de valor nas áreas de óleos vegetais, laticínios e de proteína animal, com destaque à produção de carne de aves. Conta também com importante atividade industrial, que se diversifica desde a produção de bens de consumo não duráveis, de insumos (madeira, papel e celulose e petroquímicos), bens duráveis como automóveis até bens de capital como tratores, caminhões e máquinas e equipamentos.
>
> Além de atender aos mercados regional e nacional, parte relevante da produção estadual segue para o mercado internacional, destacando-se produtos do complexo soja, carnes e automóveis, entre outros. Com essas características, o Paraná tem se posicionado regularmente entre os dez principais estados exportadores do País.

[3] Atualizado em Ajuste de 02/08/2023.



A capital Curitiba e sua região metropolitana detém cerca de 44% do PIB estadual e 34% da população do estado. Quanto à composição do valor adicionado no estado, 51,89% decorre do setor de comércio e serviços, 26,08% do setor industrial, 13,57% da administração pública e 8,4% da agropecuária. No setor industrial, predominam na composição do valor da transformação os setores de alimentos (28,97%), veículos automotores (12,84%), derivados de petróleo e biocombustíveis (10,96%), papel e celulose 6,98%), produtos químicos (5,41%), máquinas e equipamentos (4,54%) e outros (30,30%).

Em 2021, o Paraná exportou 5.182 milhões de dólares para a China, seguida pelos Estados Unidos (US$ 1.501 milhões), Argentina (US$ 965 milhões), México (US$ 612 milhões), Países Baixos (US$ 581 milhões), Paraguai (US$ 550 milhões), Chile (US$ 525 milhões), Coreia do Sul (US$ 443 milhões). A maior parte das exportações se constitui de soja (33,40%) e carnes (17,40%). Outros produtos de exportação incluem madeiras e manufaturas de madeiras (9,70%), material de transporte e componentes (8,40%), papel e celulose (6,30%), açúcar (4,70%), produtos químicos (3,70%) e máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos (3,00%).

Quanto ao mercado de trabalho, a taxa de desocupação do estado em 2021 foi de 11,1%. O rendimento médio mensal do trabalhador formal era de 2.377,00 nesse mesmo período. Quanto ao perfil do mercado de trabalho regional, dados de 2020 indicavam um total de 302.551 estabelecimentos registrados no estado. E quanto à distribuição dos empregos

formais, um total de 3.086.129 vagas estavam distribuídas entre: serviços (1.060.496), indústria (691.109), comércio (649.669), administração pública direta e indireta (451.448), construção civil (134.519), e agropecuária (98.888).
Informações adicionais a respeito do estado do Paraná (território, infraestrutura, características demográficas e sociais da população, economia, indicadores) podem ser encontradas no documento disponível no link: Anuário Estatístico do Estado do Paraná.

A UNIVERSIDADE

Com Destaque de atuação neste cenário, a Universidade Federal do Paraná, com sede no Município de Curitiba no Estado do Paraná, fundada em 19 de dezembro de 1912 e restaurada em 1º de abril de 1946, é autarquia de regime especial com autonomia administrativa, financeira, didática e disciplinar, mantida pela União nos termos da Lei nº 1.254 de 04 de dezembro de 1950.

> (...) A UFPR está presente em todas as regiões do estado através de seus campi, unidade administrativa e unidade acadêmica. No centro da capital do Estado, a instituição se faz presente através do Campus Reitoria, Campus Saúde, Campus Edifício Central, Campus Estudantes, Campus PROGEPE, Campus Ubaldino do Amaral e Campus Hospital de Clínicas (HC). No bairro Batel encontram-se o Campus Artes e o Campus Centro da Visão. O Campus Agrárias está instalado no bairro Cabral, no bairro Jardim das Américas encontra-se o Campus Politécnico. No bairro Água Verde está o Campus Maternidade Victor Ferreira do Amaral. Ainda em Curitiba a instituição possui Campi nos bairros Juvevê, Jardim Botânico e Rebouças (Edifício Teixeira Soares, reinaugurado no dia 25 de junho e 2018 e em processo de ocupação). Na Região Metropolitana estão instaladas a Fazenda Experimental do Canguiri, no Município de Pinhais e a Unidade Administrativa Piraquara, no município de mesmo nome. No litoral paranaense a UFPR se faz presente por meio do Campus Litoral, no Município de Matinhos, do Centro de Estudos do Mar, em Pontal do Sul, Unidade Acadêmica de Mirassol, Museu de Arqueologia e Etnologia de Paranaguá e Centro de Administração Federal, também no Município de Paranaguá. No interior do estado a presença da instituição se dá através dos Campi Palotina, Jandaia do Sul, das Unidades Acadêmicas de Maripá e Toledo além das fazendas experimentais em Bandeirantes, Castro, Paranavaí, Rio Negro e São João do Triunfo, ocupando uma área de 15.697.898,37 m2 em terrenos e 585.227,35 m2 de área construída em 314 edificações. Possui também o Complexo do Hospital de Clínicas, que envolve o Hospital de Clínicas e o Hospital Maternidade Victor Ferreira do

> Amaral, no qual atua por meio de contrato de gestão com a EBSERH − Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares. Mantém vínculo com o Hospital do Trabalhador em parceria com o Governo do Estado do Paraná e com a Secretaria Municipal de Saúde de Curitiba. Esses hospitais associam a prestação de serviços à população, principalmente nos procedimentos de alta complexidade, à formação de recursos humanos em saúde, como requer a uma instituição universitária. Fazem parte também da estrutura da UFPR o HV − Hospital Veterinário de Curitiba, ligado ao Setor de Ciências Agrárias e o HV/P − Hospital Veterinário do Setor Palotina, localizado no município de mesmo nome. (UFPR, 2017-2021, p.26-27),

Atualmente a UFPR atua "no ensino superior nos níveis de graduação (licenciaturas, bacharelados e cursos superiores de tecnologia) e pós-graduação (stricto e lato sensu), no desenvolvimento da pesquisa e nos programas e projetos de extensão e cultura". (UFPR, 2017-2021, p.27).

O DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E APLICADA

Na estrutura departamental da UFPR se encontra o Departamento de Administração Geral e Aplicada, vinculado ao Setor de Ciências Sociias Aplicadas da UFPR, unidade na qual está vinculada o curso de Administração Pública. A história do SCSA – Setor de Ciências Sociais Aplicadas da UFPR inicia-se em 22 de setembro de 1945, dia exato da instalação da ainda Faculdade de Administração e Finanças do Paraná no prédio histórico da UFPR, localizado na Praça Santos Andrade. O curso de Administração era subordinado financeiramente à Faculdade de Direito do Paraná e foi criado por meio do Decreto Federal 17.552 de 09 de janeiro.

A partir de 2002 e até o presente momento o SCSA e os cursos do setor passaram a funcionar no Campus Botânico da UFPR. A nova sede foi fundamental para a melhoria da qualidade do ensino, pesquisa e extensão. A estrutura do edifício conta com salas de aulas amplas, auditórios para grandes e pequenos eventos, ampla área de interação com mesas de trabalho para alunos, salas para pesquisas, sala de conferências, além de laboratórios de informática, biblioteca com acervo específico, estacionamento gratuito, restaurante universitário e cantina.

Fachada externa do SCSA UFPR Campus Botânico (2022).
Imagens disponíveis nas redes sociais do SCSA UFPR.

Auditório e saguão do SCSA UFPR Campus Botânico (2022).
Imagens disponíveis nas redes sociais do SCSA UFPR.

Biblioteca, sala de conferências e laboratório de informática do SCSA UFPR Campus Botânico (2022).
Imagens disponíveis nas redes sociais do SCSA UFPR.

Atualmente, o curso de graduação em Administração Pública integra o Departamento de Administração Geral e Aplicada (DAGA) do Setor de Ciências Sociais Aplicadas (SCSA) da Universidade Federal do Paraná. O DAGA é responsável pela distribuição de encargos didáticos, execução orçamentária, elaboração e aprovação de planos de ensino, entre outras atividades didáticas e administrativas ligadas aos professores. A Coordenação do Curso de graduação, por sua vez, é responsável pela gestão de questões relacionadas à vida estudantil tais como matrículas, ajustes e demais assuntos relacionados ao percurso acadêmico dos estudantes: equivalências, atividades formativas, estágio, colação de grau, dentre outros.

- Curso de graduação em Administração na modalidade presencial;
- Curso de graduação em Administração Pública na modalidade EAD;
- Cursos de especialização lato sensu coordenados pelo CEPPAD - Centro de Pesquisa e Pós-Graduação em Administração: MBA Gestão de Talentos e Comportamento Humano, MBA Gestão em Estratégica, MBA em Finanças, MBA em Banking para Cooperativas de Crédito, MBA em Gestão de Operações, MBA em Marketing.[4]
- Programas de pós-graduação stricto sensu: PPGADM (Programa de Pós-Graduação em Administração) e PPGOLD (Programa de Pós-Graduação em Gestão de Organizações, Liderança e Decisão).

Atualmente o corpo docente do Departamento de Administração Geral e Aplicada é formado por 55 docentes, sendo 89% doutores, 9% mestres e 2% com grau de especialização. Quanto às áreas de formação, somando-se as áreas de formação para os graus de doutorado, mestrado e graduação, predomina a própria área de administração (70%), seguida pelas engenharias (12%), ciências de dados e de sistemas (6%), ciências sociais aplicadas em áreas afins à administração (4%), psicologia (4%), outras ciências humanas e ciências da saúde (4%). E quanto aos locais de formação dos docentes, somando-se os graus de doutorado, mestrado e graduação, predominam as universidades federais brasileiras (total de 56%, distribuídas em 31% na UFPR e 25% em outras universidades), as universidades estaduais ou regionais brasileiras (20%) e as universidades particulares brasileiras (15%).

Além das contribuições na área de ensino nos níveis de graduação, lato e stricto sensu, os docentes realizam e publicam pesquisas científicas em âmbito nacional e internacional. Entre 2020 e 2022, de acordo com dados da Plataforma Lattes, foram publicados pelos docentes do departamento de administração da UFPR mais de 150 artigos científicos em periódicos nacionais e internacionais, além de livros, capítulos de livros, prêmios e menções honrosas.

No âmbito das atividades extensionistas, atualmente os professores do DAGA ofertam 15 projetos de extensão aos quais os alunos podem se vincular. Os projetos atualizados se encontram descritos na página http://www.sociaisaplicadas.ufpr.br/portal/administracao/projetos-de-extensao/.

[4] Os cursos de pós-graduação da Escola de Administração da UFPR (ceppad.com) possuem convênios internacionais com a University of Florida (Gainesville, EUA) e com a Universidade Nova de Lisboa (Portugal), visando à certificação internacional e a dupla titulação dos alunos. Além disso, o MBA em Marketing está, desde 2012, entre os 100 melhores cursos do mundo pela Eduniversal, é o MBA mais bem conceituado no Paraná e o 19º da América Latina.

O CURSO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Os cursos de Administração Pública no Brasil e no mundo se inserem em uma sociedade crescentemente marcada – ao longo dos séculos XX e XXI – pela importância das organizações públicas e empresas privadas na configuração e desenvolvimento da sociedade.

De acordo com Santiago e Gonçalves (1995), o estudo sistemático da administração no Brasil coincide com um projeto industrializador no país. Inicia formalmente na década 30 com a criação do IDORT – Instituto de Desenvolvimento da Organização Racional do Trabalho, da primeira revista de administração no país (a Revista do Serviço Público) e do DASP – Departamento de Administração do Serviço Público. A FGV – Fundação Getúlio Vargas, surgiu na década de 40 a partir do DASP e consolidou o caráter acadêmico-científico da administração no Brasil, primando pela interação entre teoria e prática que ainda caracteriza o padrão de qualidade esperado pelas escolas de administração brasileiras.

Também caracteriza o nascimento e desenvolvimento do pensamento administrativo científico no Brasil a importação de conhecimento acadêmico norte-americano. Quanto ao conteúdo, destacam-se a preocupação com a racionalização do trabalho produtivo, o planejamento e a eficiência econômica. E decorrem, ainda, desse empréstimo de conteúdos, a valorização da hierarquização, do controle e de todos os outros princípios da burocracia na administração pública. Ao longo do tempo, a administração como campo de conhecimento científico continuou a importar modelos e teorias de origem estrangeira nem sempre adequados à realidade local.

Em relação aos primeiros movimentos de escolarização do curso de Administração no país e no mundo, mantemos o alinhamento do entendimento a respeito:

- da importância das ciências sociais como base do conhecimento do campo de administração;
- da crescente necessidade de profissionalização da função gerencial em organizações públicas, privadas e sem fins econômicos;
- da crescente necessidade de aumento da produtividade e competitividade nos diversos contextos organizacionais.

Em relação ao cenário recente da educação superior no país e, em particular ao contexto de oferta do curso de Administração no país, destacamos:

- a necessidade de contrapor tendências de massificação e decréscimo da qualidade do curso de Administração, especialmente no setor privado;
- a importância de desenvolver e fortalecer o alinhamento entre graduação, lato sensu e stricto sensu.

Recentemente, a globalização de mercados intensificada a partir do final do século XX aumentou a demanda pela formação de administradores capazes de atuar ao mesmo tempo em países tecnologicamente avançados e em um Brasil no qual convivem práticas rudimentares de produção e trabalho com esses avanços tecnológicos cada vez mais intensos. Trata-se, ainda, de um país com indicadores relevantes de subdesenvolvimento econômico, desemprego, desigualdade social, violência, falta de qualidade na educação básica, problemas crônicos de moradia e urbanismo, destruição ambiental, corrupção crônica e dificuldade de efetiva participação política democrática.

A JUSTIFICATIVA PARA O NÚMERO DE VAGAS

Considerando os dados acima apresentados, de demanda regional, a estrutura da Universidade Federal do Paraná, em especial do Departamento de Administração Geral e Aplicada, o número de vagas ofertadas pelo curso de Administração Pública sintetizados na tabela abaixo, são justificados pelos tópicos que seguem:

Vagas Ofertadas	Polo de Apoio Presencial	Ano de Ingresso
300 vagas	Colombo, Rio Negro, Foz do Iguaçu, Lapa e Paranaguá.	2010
240 vagas	Colombo, Lapa, Paranaguá e Rio Negro.	2011
240 vagas	Colombo, Lapa, Paranaguá e Rio Negro.	2012
130 vagas	Curitiba e Rio Negro.	2017
100 vagas	Terra Roxa.	2021

1. QUANTIDADE DE INGRESSANTES E CONCLUINTES DA GRANDE ÁREA DE NEGÓCIOS, ADMINISTRAÇÃO E DIREITO NO PAÍS: de acordo com o INEP (2020), em comparação às outras áreas de cursos ofertados no país, a área geral de Negócios, Administração e Direito apresenta o maior número de ingressantes (15,2) e de concluintes (12,7) para cada 10.000 habitantes entre o período de 2014-2020. A segunda maior área é a de Engenharia, produção e construção em termos de número de ingressantes (10,5) e de concluintes (8,1) para cada 10.000 habitantes entre o período de 2014-2020. O curso de Administração Pública, portanto, está inserido em uma área de grande demanda e atratividade no campo dos cursos de graduação no Brasil.

2. POPULAÇÃO PROJETADA REGIONALMENTE 2021-2040: De acordo com dados do IPARDES (2022), a população do estado do Paraná em idade de ingresso

na Educação Superior tende a reduzir progressivamente, entretanto não de forma radical, nos próximos 20 anos. Há uma tendência, portanto, de manutenção da demanda atual por vagas no curso.

POPULAÇÃO PROJETADA TOTAL (PARANÁ 2021): 11.597.484
POPULAÇÃO PROJETADA TOTAL (PARANÁ 2040): 12.542.478
POPULAÇÃO PROJETADA 15 a 19 ANOS (PARANÁ 2021): 789.079
POPULAÇÃO PROJETADA 15 a 19 ANOS (PARANÁ 2040): 762.965
POPULAÇÃO PROJETADA 20 a 24 ANOS (PARANÁ 2021): 895.868
POPULAÇÃO PROJETADA 20 a 24 ANOS (PARANÁ 2040): 778.579

3. INFRAESTRUTURA ATUAL E CARGA HORÁRIA DO CORPO DOCENTE DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA UFPR: as condições de infraestrutura física e carga horária docente do curso de Administração Pública da UFPR são suficientes para a abertura de até 300 vagas anuais em período noturno.

4. INTEGRAÇÃO E ARTICULAÇÃO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA DA UFPR AO SISTEMA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL - UAB

A UFPR, por meio da CIPEAD está credenciada junto a Universidade Aberta do Brasil (UAB), projeto criado pelo Ministério da Educação, em 2005, no âmbito do Fórum das Estatais pela Educação, para a articulação e integração experimental de um sistema nacional de educação superior. Esse sistema é formado por instituições públicas de ensino superior, as quais levam ensino superior público de qualidade aos Municípios brasileiros que não têm oferta ou cujos cursos ofertados não são suficientes para atender a todos os cidadãos.

A CIPEAD oferece suporte técnico-pedagógico e tecnológico para: trabalhar com disciplinas na plataforma Moodle; elaborar projetos e realizar cursos de extensão, atualização e pós-graduação com Educação a Distância; incluir nos cursos presenciais carga horária com Educação a Distância; criar e ofertar curso de graduação com Educação a Distância.

Aos interessados em Educação a Distância, a CIPEAD oferece ainda cursos de: Instrumentalização em Moodle; Uso pedagógico de recursos tecnológicos no Moodle; Curso de Capacitação para Tutores.

UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

A Universidade Aberta do Brasil (UAB) é um programa do Ministério da Educação (MEC), gerido pela Diretoria de Educação a Distância (DED) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES) e pela Secretaria de Educação a Distância (SEED).

A UAB foi implantada, oficialmente, por meio de editais públicos, em 2006 e 2007, ofertando, em 2008, 40.000 (quarenta mil) vagas em diversos cursos, abrangendo 562 Pólos de Apoio Presencial ao ensino, em quase todas as regiões do País, conforme pode ser observado na Figura 1.

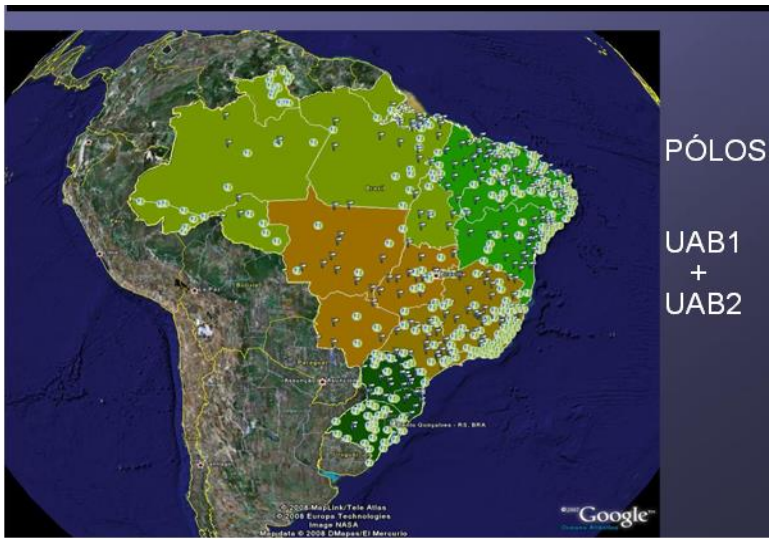


Figura 1: Distribuição dos Pólos de Apoio Presencial da UAB no Brasil, por Estados – 2008

Foram várias as ações precursoras da criação da UAB. Dentre elas é possível destacar:

a) Curso de Pedagogia, do Núcleo de Educação Aberta e a Distância (NEAD) da Universidade Federal do Mato Grosso, em 1995;
b) Consórcio CEDERJ do Rio de Janeiro (da Fundação Centro de Ciências e Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro) em 2000;
c) Projeto Veredas: Formação Superior de Professores, da Universidade Federal de Minas Gerais, em 2002;
d) Projeto Piloto Curso de Administração, modalidade a distância, numa parceria Banco do Brasil – MEC e Instituições Públicas de Ensino Superior em 2006.

Outra experiência foi com o Pró-Licenciatura, lançado pelo MEC em 2005, para formar 180 mil professores de 5ª a 8ª série do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. O público-alvo foram os professores atuantes nas salas de aula sem a formação exigida por lei. Nesse Programa estão previstas bolsas de estudo e a oportunidade de fazer a graduação, em serviço e a distância, em instituições públicas, comunitárias e confessionais.

Os cursos a distância do Pró-Licenciatura têm a mesma duração dos cursos presenciais ofertados pelas IES e a instituição precisa ser credenciada para trabalhar com educação a distância. Abrange cursos para formação de professores do Ensino Fundamental e Ensino Médio em língua portuguesa e estrangeira, história, geografia, educação física, ciências biológicas, matemática, física e química.

Também em 2005, o MEC lançou o consórcio entre IPES para oferecer licenciatura a distância em biologia. Equipes de oito universidades integrantes deste consórcio ofereceram 1.300 vagas em curso de licenciatura a distância em biologia.

O consórcio é integrado pela Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal de Goiás (UFG), Universidade Estadual de Goiás (UEG), Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC).

O Curso foi montado em parceria por equipes das oito universidades para concorrer à Chamada Pública da Secretaria de Educação a Distância (Seed/MEC), que destinava recursos para instituições públicas de ensino superior que tivessem projetos para cursos de graduação a distância.

O conteúdo da licenciatura, produzido em conjunto por professores da área de biologia das instituições, foi dividido em módulos e ministrado por meio de fascículos impressos e via internet. Os estudantes sem acesso à rede fazem o curso por meio de material impresso. O Curso tem duração mínima de quatro anos, e priorizou professores que atuem na rede pública.

A seleção de estudantes foi feita por meio de vestibular, aplicado em 45 municípios nos estados participantes. Nestes municípios ocorrem as fases presenciais do curso, que constituem de 20 a 30% do conteúdo total.

Mais uma ação de EaD foi lançado pelo MEC em 2006: o Pró-Formar com a oferta do curso de Licenciatura em Educação Infantil – modalidade a distância. É resultado de parceria interinstitucional estabelecida pelo consórcio Pró-Formar, assinado pelos reitores das Universidades, visando a formação de rede de formação entre: Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Universidade Federal de São João Del Rei (UFSJ), Universidade Federal de Lavras (UFLA) e Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

Estas IPES, ao ofertarem cursos de formação inicial e continuada, gratuitos e de qualidade, usando para isso a modalidade à distância, firmaram seu compromisso com a escola pública e exercendo seu papel social, função e dever do Estado. O curso é destinado preferencialmente aos profissionais em exercício na Educação Infantil, em instituições públicas de atendimento as crianças de até 6 anos, que tenham ensino médio completo, residentes nos municípios convenentes.

Os objetivos deste programa ultrapassam os limites de uma profissionalização restrita apenas a obtenção de uma titulação e apontam para perspectivas de continuidade e de abrangência que contemplem a qualificação acadêmica, o plano de carreira e a política de remuneração. Essa formação específica em que a teoria e prática se mesclam numa

dinâmica transformadora e construtora de novos saberes, capaz de proporcionar, cada vez mais, um atendimento de qualidade às crianças menores de 6 anos de idade.

4.1 Objetivos da UAB

A Diretoria de Educação a Distância da CAPES (UAB) tem como objetivos principais:

I. Fomentar as instituições públicas de ensino superior e pólos municipais de apoio presencial, visando a oferta de qualidade de cursos de licenciatura na modalidade a distância;
II. Articular as instituições públicas de ensino superior aos pólos municipais de apoio presencial, no âmbito da Universidade Aberta do Brasil - UAB;
III. Subsidiar a formulação de políticas de formação inicial e continuada de professores, potencializando o uso da metodologia da educação a distância, especialmente no âmbito da UAB;
IV. Apoiar a formação inicial e continuada de profissionais da educação básica, mediante concessão de bolsas e auxílios para docentes e tutores nas instituições públicas de ensino superior e tutores presenciais e coordenadores nos pólos municipais de apoio presencial;
V. Planejar, coordenar e avaliar, no âmbito das ações de fomento, a oferta de cursos superiores na modalidade a distância pelas instituições públicas e a infra-estrutura física e de pessoal dos pólos municipais de apoio presencial, em apoio à formação inicial e continuada de professores para a educação básica.

4.2 Experiência da UAB e do DAGA/UFPR no curso de Administração

O curso piloto de graduação em Administração inaugurou, efetivamente, a UAB em 2006. Foi iniciado com a participação de 25 universidades públicas brasileiras – federais e estaduais – com mais de 10.000 estudantes em vários Estados. Isso foi possibilitado com a parceria entre o MEC/SEED, o Banco do Brasil (integrante do Fórum das Estatais pela Educação) e as universidades que aderiram ao projeto (despacho no anexo 1).

Os estudantes ingressaram por vestibular atendendo aos requisitos de cada uma das instituições vinculadas ao sistema UAB. O curso, nível bacharelado, com duração de quatro anos e meio, foi organizado em nove módulos semestrais, com carga horária total de 3.000 (três mil) horas. Além de participar dos encontros presenciais, que ocorrem preferencialmente aos sábados, o estudante desenvolve atividades a distância, como o estudo do material didático e trabalhos escritos, estudo de casos, pesquisas, acompanhado por um sistema de tutoria que permite o monitoramento do seu desempenho. Com a supervisão da SEED/MEC e da CAPES, coordenadores das 25 IPES que oferecem o curso piloto, se reúnem (por meio de um Fórum) de três em três meses para avaliar o andamento da experiência, avaliar a modalidade, discutir os métodos de ensino e de aprendizado, tomar

decisões sobre o material didático e, sobretudo, socializar as experiências para garantir qualidade do curso.

Este Fórum foi uma experiência impar no setor público brasileiro, pois coordenou uma rede de IPES que atuam colaborativamente na busca de um objetivo comum, ou seja, o ensino público de administração à distância gratuito e de qualidade.

Quanto ao DAGA/UFPR, convém registrar que o Departamento ofereceu uma turma experimental (piloto, com início em 30 de setembro de 2006) do Curso de Graduação em Administração à distância, da UAB (conforme acima mencionado), desde o ano de 2007*, sob a coordenação do Prof. Dr. Cleverson Renan da Cunha e com a participação de diversos professores do Departamento de Administração Geral e Aplicada, tanto quanto de outros departamentos da UFPR, em ação conjunta com o antigo Núcleo de Educação a Distância, agora CIPEAD. O adequado andamento da turma, a estrutura já parcialmente instalada e a experiência acumulada nos semestres de desenvolvimento do curso são fatores facilitadores da continuidade de expansão da atuação do DAGA em Educação a Distância, que se dá agora por meio deste curso de Graduação em Administração Pública.

5. ASPECTOS INSTITUCIONAIS

O compromisso da Instituição é com a qualidade do ensino, com a democratização da educação, com a socialização de seus benefícios, com a democracia e com o desenvolvimento cultural, artístico, científico, tecnológico e sócio-econômico do País. Manifesta igual preocupação com a paz, com a defesa dos direitos humanos e com a preservação do meio ambiente.

Atualmente a UFPR está constituída da seguinte maneira:[5]

Fisicamente, além de manter sede na capital paranaense, seus *campi* fora de sede se distribuem desde o litoral do Estado, até o oeste e norte do Paraná, com o Centro de Estudos do Mar e as Unidades Acadêmicas de Balneário Mirassol, no município litorâneo de Pontal do Paraná; o Setor Litoral no Município de Matinhos; em Palotina, o Setor que leva o nome do Município; Jandaia do Sul que abriga o *Campus* Jandaia do Sul; e no município de Toledo, a instalação do *Campus* Toledo. Nestas cidades são ofertados cursos de graduação e pós-graduação.

O ensino na UFPR acontece nos âmbitos da Educação Superior, oferecendo cursos técnicos de nível médio, graduação, pós-graduação *lato sensu e* pós-graduação *stricto sensu*, ofertados na modalidade presencial e na modalidade a distância, distribuídos em sua sede e nos vários *campi* na capital do Estado e nos municípios de Palotina, Pontal do Paraná, Matinhos, Jandaia do Sul e Toledo e no novo Polo EaD em Terra Roxa e naqueles compartilhados via regime de colaboração com o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB).

O Polo Terra Roxa, foi estabelecido a partir da parceria com o município homônimo, para oferta do Curso de Administração Pública (Bacharelado), desde 2020. O Polo Terra Roxa conta com espaço físico cedido pelo município e com equipamentos de tecnologias para a promoção da EaD assegurados pela UFPR.

5.1 Missão

Fomentar, construir e disseminar o conhecimento, contribuindo para a formação do cidadão e desenvolvimento humano sustentável.

5.2 Princípios e Valores

Princípios: Universidade pública, gratuita, de qualidade e comprometida socialmente; Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão; Liberdade na construção e

[5] Atualizado em Ajuste de 02/08/2023.

autonomia na disseminação do conhecimento; Respeito a todas as instâncias da sociedade organizada;Participação democrática e representativa dos três segmentos da comunidade universitária nas políticas e decisões institucionais.

Valores:

- Comprometimento com a construção do saber e formação de profissionais competentes e compromissados socialmente;
- Ambiente pluralista, onde o debate público é instrumento da convivência democrática;
- Preservação e disseminação da cultura brasileira;
- Proposição de políticas públicas;
- Comprometimento da comunidade universitária com a Instituição;
- Gestão participativa, dinâmica e transparente, comprometida com melhores condições de trabalho e qualidade de vida;
- Isonomia no tratamento dispensado às Unidades da Instituição;
- Respeito aos critérios institucionais aprovados em Conselhos Superiores, usados na alocação interna de recursos;
- Cultura de planejamento e avaliação contínua da vida universitária.

5.3 O Departamento de Administração Geral e Aplicada[6]

O DAGA foi implantado simultaneamente com a criação do Curso de Administração da UFPR, em fevereiro de 1967. Atualmente esse departamento tem um quadro de 55 professores. Os principais cursos atendidos pelo DAGA são o Curso de Graduação em Administração, diurno e noturno, curso de Graduação em Administração Pública EAD, diversos cursos de Especialização em Gestão e os programas de pós-graduação stricto-sensu: Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGADM) e Programa de Pós-Graduação em Gestão de Organizações, Liderança e Decisão (PPGOLD). Além disso, estão ativos atualmente 15 projetos de extensão, os quais podem ser acompanhados na página http://www.sociaisaplicadas.ufpr.br/portal/administracao/projetos-de-extensao/.

CURSOS DE GRADUAÇÃO

O objetivo dos Cursos de Graduação em Administração e Administração Pública é oferecer à sociedade profissionais de qualidade mediante o exercício competente e ético das modernas formas de gestão, conectadas com a dinâmica do ambiente e permitir a formação

[6] Atualizado em Ajuste de 02/08/2023.

de competência empreendedora para o exercício de atividades que contribuam com desenvolvimento econômico e social da região e do País.
O curso presencial de Administração, com duração de 4 anos, oferta 220 vagas anuais.[7]

CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO
Ligado ao DAGA foi criado o Centro de Pesquisa e Pós-Graduação em Administração, CEPPAD, objetivando a educação permanente dos profissionais da administração e o desenvolvimento de uma extensa parceria com a comunidade, realizando pesquisas e eventos científicos e prestando serviços de consultoria e treinamento.
Anualmente são realizados inúmeros Cursos de Pós-Graduação "Lato Sensu", objetivando a educação permanente dos profissionais da administração. Os cursos são realizados "in company" para empresas privadas ou instituições governamentais ou abertos ao público em geral. Estes cursos são promovidos e administrados pelo CEPPAD - Centro de Pesquisa e Pós-Graduação em Administração que, paralelamente às atividades de ensino e formação, tem realizado estudos e pesquisas nas áreas de Administração.
Pós - Graduação Lato Sensu
Os cursos de Especialização oferecidos e ministrados pelos professores do Departamento de Administração Geral e Aplicada trazem benefícios aos estudantes pela melhoria da qualidade do processo ensino-aprendizagem, através da transferência do conhecimento dos docentes, além de propiciarem a continuidade do aperfeiçoamento dos egressos do curso de graduação. Os cursos de especialização encaminham recursos para o DAGA, com a finalidade de compra de equipamentos, móveis e melhoria das instalações, permitindo melhores condições físicas para a aprendizagem.
Pós - Graduação Stricto Sensu[8]
Quanto à interface do curso de Administração Pública com a pós-graduação *stricto sensu*, esta se concretiza por meio de um conjunto de elementos já consolidados e novas iniciativas:

- Atuação na graduação em Administração e Administração Pública de 18 (dezoito) docentes do DAGA que integram o programa de mestrado e doutorado acadêmico - PPGADM (início em 1992, nota 5 na Capes);
- Atuação na graduação em Administração e Administração Pública de 15 (quinze) docentes do DAGA que integram o programa de mestrado profissional - PPGOLD (início em 2019);

[7] Atualizado em Ajuste de 02/08/2023.

[8] Atualizado em Ajuste de 02/08/2023.

- Participação dos discentes de graduação em programas de iniciação científica ofertados pelos docentes dos programas stricto sensu do DAGA;
- Criação recente pelo PPGADM de um Comitê de Integração com a Graduação, o qual será responsável por (i) desenvolver atividades de sensibilização relacionadas à pesquisa científica durante a semana de integração de calouros e durante a semana acadêmica e (ii) divulgar as vagas de iniciação científica dos docentes do programa;

CURSOS A DISTÂNCIA

O DAGA/CEPPAD iniciou em fevereiro de 1997 seu projeto de cursos na modalidade à distância. Inicialmente desenvolveu um curso de Planejamento Estratégico para pequenas e médias empresas da Espanha, em parceria com a Universidad Pontifícia Comillas de Madrid.

O curso em Gestão da Qualidade, criado em 1998, foi o primeiro curso na modalidade a distância inteiramente desenvolvido pela UFPR, por solicitação da Confederação Nacional da Indústria – CNI e Serviço Nacional da Indústria – SENAI-PR. Esse curso não está mais sendo oferecido pelo Departamento.

O curso de especialização em Gestão Empresarial foi realizado na modalidade presencial em 2001 e foi oferecido na modalidade a distância em 2002.

O DAGA/CEPPAD sempre utilizou modernas tecnologias de EaD em seus cursos, que passaram pela teleconferência, videoconferência, internet e CD-ROM, multimídias interativas, ambientes virtuais de aprendizagem. Para suporte aos cursos, sempre contou com sistema próprio, desenvolvido especialmente para dar suporte aos cursos à distância, sistema de tutoria, orientação de projetos técnicos, discussões em grupo, pesquisa bibliográfica e comunicações entre alunos, professores e tutores.

Em 2006 o DAGA e a UFPR aderiram ao Projeto Piloto do Curso de Graduação em Administração a Distancia. Nessa ocasião foram oferecidas 250 vagas, em convênio com o Banco do Brasil.

MISSÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Proporcionar um conjunto de conhecimentos técnicos e científicos, de atitudes e habilidades que sirvam de suporte à formação e à orientação de futuros gestores de organizações, visando à construção permanente da democracia e da justiça social e a promoção do desenvolvimento e da transformação da sociedade.

PRINCÍPIOS QUE REGEM A GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DA UFPR

- Excelência

- Flexibilidade
- Empreendedorismo
- Construção do conhecimento
- Interatividade
- Aplicabilidade do conhecimento
- Multidisciplinaridade/ Interdisciplinaridade
- Universalidade
- Ética e cidadania
- Consciência ecológica

PRESSUPOSTOS

Para que se realize a Missão, têm-se como pressupostos:

- uma estrutura de curso mais flexível que responda melhor às necessidades de formação e informação do administrador público do que uma estrutura tradicional e rígida;
- o profissional que se pretende formar deve ser capaz de viabilizar empreendimentos humanos de forma ética e democrática;
- o administrador público deve possuir conhecimentos, habilidades e atitudes que o ajudem a concretizar o trabalho de outras pessoas;
- o administrador público deve possuir três grupos básicos de habilidades: teórica, técnica e comportamental.

CORPO DOCENTE[9]

O corpo docente do Curso de Graduação em Administração Pública à distância é vinculado ao Departamento de Administração Geral e Aplicada da Universidade Federal do Paraná,. Atualmente o corpo docente do Departamento de Administração Geral e Aplicada é formado por 55 docentes, sendo 89% doutores, 9% mestres e 2% com grau de especialização. Quanto às áreas de formação, somando-se as áreas de formação para os graus de doutorado, mestrado e graduação, predomina a própria área de administração (70%), seguida pelas engenharias (12%), ciências de dados e de sistemas (6%), ciências sociais aplicadas em áreas afins à administração (4%), psicologia (4%), outras ciências humanas e ciências da saúde (4%). E quanto aos locais de formação dos docentes, somando-se os graus de doutorado, mestrado e graduação, predominam as universidades federais brasileiras (total de 56%, distribuídas em 31% na UFPR e 25% em outras

[9] Atualizado em Ajuste de 02/08/2023.

universidades), as universidades estaduais ou regionais brasileiras (20%) e as universidades particulares brasileiras (15%).

Além das contribuições na área de ensino nos níveis de graduação, lato e stricto sensu, os docentes realizam e publicam pesquisas científicas em âmbito nacional e internacional. Entre 2020 e 2022, de acordo com dados da Plataforma Lattes, foram publicados pelos docentes do departamento de administração da UFPR mais de 150 artigos científicos em periódicos nacionais e internacionais, além de livros, capítulos de livros, prêmios e menções honrosas.

No âmbito das atividades extensionistas, atualmente os professores do DAGA ofertam 15 projetos de extensão aos quais os alunos podem se vincular. Os projetos atualizados se encontram descritos na página http://www.sociaisaplicadas.ufpr.br/portal/administracao/projetos-de-extensao/.

INFRA-ESTRUTURA FÍSICA

Desde o ano de 2002, o curso de administração presencial está instalado na sede do Setor de Ciências Sociais Aplicadas, no Jardim Botânico, adequada para comportar as áreas administrativas do curso, as salas de aula e os laboratórios de informática. Esse também é o ambiente físico do curso na modalidade à distância.

Laboratórios De Informática

Os laboratórios de informática possuem equipamentos em bom funcionamento durante os três períodos do dia. Também estão disponíveis *softwares* para edição de textos, planilhas de cálculo, *slides*, bancos de dados e *softwares* específicos para o Curso de Administração Pública. Atendem, também, às demandas específicas das disciplinas que possuem carga horária em aulas práticas nos laboratórios de informática. Durante os horários de funcionamento, os laboratórios tem técnicos responsáveis pelos equipamentos, mantendo-os em funcionamento e, quando necessário, solucionar dúvidas e prestar auxílio aos acadêmicos.

Biblioteca

A área de Biblioteca comporta o acervo das obras para os cursos do Setor de Ciências Sociais Aplicadas presenciais e a distância, dentro de uma moderna concepção de sistemas de informação, com amplo uso dos recursos da *Internet.* Está prevista uma política de atualização de livros e periódicos, tomando-se por base a indicação dos professores e catálogos das editoras. O horário de atendimento inclui também os sábados, com a finalidade de facilitar o atendimento aos alunos.

EMPRESA JÚNIOR[10]

A JR Consultoria tem mais de 20 anos de mercado é a empresa júnior do Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná. O objetivo da JR é desenvolver potenciais, tanto dos alunos que fazem parte do projeto, quanto dos clientes atendidos, por meio da aplicação dos conhecimentos que aprendem na sala de aula em serviços de consultoria inovadores e personalizados. Focados em gestão empresarial, os projetos da JR são desenvolvidos sob orientação de professores e mentores especialistas no assunto, trabalhando com metodologias cujos focos são a otimização de processos, o aumento da lucratividade e o lançamento de ideias no mercado.

ENVOLVIMENTO COM A COMUNIDADE

O Curso de Graduação em Administração Pública mantém fortes laços com a comunidade local, nacional e internacional. Estes vínculos existem na comunidade acadêmica, na empresarial e na governamental, entre outras. O curso tem como objetivo intensificar o envolvimento existente.

No âmbito internacional, os professores do DAGA estão dando apoio no sentido de viabilizar mais termos de cooperação técnica e convênios com instituições de ensino de outros países. Através dos convênios firmados, será possível encaminhar estudantes do curso de Administração Pública para intercâmbio em outras universidades do exterior. Uma das motivações é propiciar a estes alunos a oportunidade de equivalência de disciplinas (e não somente "participação em convênio") e, também, num futuro próximo, viabilizar a "dupla validação de diplomas", ou seja, que este aluno obtenha o grau tanto na Universidade Federal do Paraná, assim como, na Universidade onde tenha cursado créditos suficientes que viabilizem este grau.

[10] Atualizado em Ajuste de 02/08/2023.

6. O CURSO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

O desenvolvimento de uma sociedade mais justa, com melhor distribuição de renda e permanente geração de empregos é conseqüência de uma serie de fatores econômicos, sociais e políticos, dentre outros. Sendo assim, são muito importantes as práticas de organização e administração do trabalho adotadas na sociedade no decorrer de seu desenvolvimento, tanto na área pública, como na área privada.

O espaço reservado aos Cursos de Administração presencial e Administração Pública à distância como consequência das afirmações feitas acima, é de grande relevância, na medida em que são responsáveis pela formação de agentes de mudança, nos diferentes aspectos do desenvolvimento socioeconômico, capazes de se configurarem como agentes catalisadores no crescimento da sociedade.

Em ambientes onde as mudanças ocorrem permanentemente e em velocidade, caracterizados ainda pela escassez de recursos e pelo alto nível de competitividade exigido pela sociedade contemporânea, o profissional responsável pela condução das organizações - sejam industriais, comerciais, de serviços ou de caráter público - necessita, antes de tudo, desenvolver sua criatividade, espírito crítico e capacidade de absorção de novos conhecimentos.

Aliada a esta personalidade dinâmica e flexível - traço essencial na garantia de um bom desempenho do profissional da gerência - é preciso ainda que o administrador desenvolva uma visão estratégica dos negócios, o que pode ser obtido a partir do estudo sistemático e aprofundado das diversas áreas de ação no campo da administração pública e da integração destas áreas através de conhecimento conceitual e analítico.

Desde meados da década de 1990, a gestão pública no Brasil vem passando por transformações importantes, notadamente no que se refere à redefinição do papel do Estado nacional, em geral, e do papel desempenhado pelas três esferas de governo: União, Estados-Membros e Municípios.

A partir da Constituição Federal de 1988, os estados e os municípios ganharam mais importância, assumindo diversas atividades antes desempenhadas pela União. Com a introdução de um Estado mais forte, porém menor, este reduz seu papel nacional-desenvolvimentista, que vigorou por meio século (ABRUCIO; COUTO, 1996; PINHO; SANTANA, 2001)**.** Dentro da concepção neoliberal, a partir de 1990, a União passa a exercer as “verdadeiras” funções de Estado: regulação e indução.

Nesse sentido, os dois níveis governo subnacionais passam a assumir papéis complexos (antes exercido pela União), que exigem competências específicas de regulação e uma **nova gestão** de atividades essenciais, competências essas colocadas em segundo plano durante a fase desenvolvimentista. Segundo Pinho e Santana (2001), o esgotamento da capacidade de

lidar com problemas complexos e extensos levou o governo central a transferir esses problemas para estados e municípios, sobretudo para os últimos, que adota o *welfarismo* municipal.

As políticas de saúde pública e de educação, por exemplo, ganham força no município com a organização do Sistema Único de Saúde (SUS) e com a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), respectivamente. Em 2007, este foi ampliado para incluir a educação infantil e o ensino médio, sendo transformado em Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB).

Diante desse cenário, estados e municípios tiveram de redesenhar sua estrutura organizacional para se adequar aos novos papéis que lhes foram impostos (ABRÚCIO; COUTO, 1996; ABRUCIO, 2005)**.** Na realidade, até o presente momento muitos deles ainda não conseguiram sair do *status quo* anterior e, por isso, encontram dificuldades em se relacionar com os demais níveis de governo, com o mercado e com a sociedade civil organizada. Mesmo aqueles que tiveram um avanço maior, ainda necessitam amadurecer um modelo de gestão que contemple essa nova fase de governança pública, como sugerem Kissler e Keidemann (2006)**.**

Um dos pontos que merecem destaque diz respeito à conscientização do seu verdadeiro papel constitucional. Na Constituição Federal (CF), há funções exclusivas de Estado, funções não exclusivas e funções de mercado (privadas) que devem ser pensadas e assumidas.

No entanto, Poder Público Municipal não está preparado, do ponto de vista administrativo, para cumprir a legislação relacionada à sua gestão. É razoável afirmar que isso se deve à carência de quadro de servidores preparados para gerenciar a máquina administrativa.

Nesse sentido, tanto no desenho de nova estrutura organizacional quanto na gestão dos processos/atividades, União, estados e municípios necessitam de profissionais capacitados em gestão. Na União, essa tarefa já se acha mais bem desenvolvida, com a (re) estruturação e (re) valorização de diversas carreiras típicas de Estado (planejamento, fiscalização tributária, auditoria etc.). No âmbito estadual e municipal, muito trabalho ainda precisa ser feito para que esses níveis de governo possam exercer, satisfatoriamente, seus papéis constitucionais.

Para tanto, é preciso que seja dada oportunidade a cidadãos e a estados e prefeituras de todo o Brasil de se capacitarem para o exercício de uma administração pública profissional. Dado a baixa capilaridade dos cursos de Administração Pública no estado do Paraná, faz-se necessário a oferta desse curso na modalidade a distância, permitindo assim que outros contextos regionais também tenham acesso a esses conteúdos. Além de um maior alcance geográfico, o curso a distância garante maior flexibilidade e autonomia aos alunos,

permitindo o seu desenvolvimento concomitantemente as atividades profissionais dos futuros alunos.

6.1 Diretrizes Metodológicas para Formação do Curso

A proposta metodológica adotada neste curso considera as seguintes diretrizes:

i. Nortear a concepção, a criação e a produção dos conhecimentos a serem trabalhados no curso, de forma que contemplem e integrem os tipos de saberes, hoje reconhecidos como essenciais às sociedades do Século XXI: os fundamentos teóricos e os princípios básicos dos campos de conhecimento; as técnicas, as práticas e os fazeres deles decorrentes; o desenvolvimento das aptidões sociais ligadas ao convívio ético e responsável;
ii. Promover permanente instrumentalização dos recursos humanos envolvidos no domínio dos códigos de informação e comunicação, bem como suas respectivas tecnologias, além de estimular o desenvolvimento do pensamento autônomo, da curiosidade e da criatividade;
iii. Selecionar temas e conteúdos que reflitam, prioritariamente, os contextos das realidades vividas pelos estudantes, nos diferentes espaços de trabalho e também nas esferas local e regional;
iv. Adotar um enfoque pluralista no tratamento dos temas e conteúdos, recusando posicionamentos unilaterais, normativos ou doutrinários;
v. Nortear as atividades avaliativas da aprendizagem, segundo uma concepção que resgate e revalorize a avaliação enquanto informação e tomada de consciência de problemas e dificuldades, com o fim de resolvê-los.
vi. Em síntese, as diretrizes do curso oportunizarão a formação que privilegie competências profissionais, sociais e políticas, baseadas nos aspectos:
    - técnico-científico, condizente com as exigências que a gestão pública contemporânea impõe;
    - ético-humanístico e político-social, que a formação do cidadão e do gestor público requer.

6.2 Dimensões de Formação

A formação e o perfil do administrador público serão expressos através de duas dimensões:

i. **epistemológica**: que diz respeito à escolha e aos recortes teórico-metodológicos das áreas e disciplinas ligadas ao currículo da Administração Pública;
ii. **profissionalizante**: que, implicando a primeira, diz respeito aos suportes teórico-práticos que possibilitam uma compreensão do fazer do administrador público e a construção de competências para atuação em todas suas relações sócio-político-culturais e nas perspectivas da moral e da ética.

6.3. Aspectos do Curso

A justificativa do Curso de Bacharelado em Administração Pública está voltada para a formação de egressos capazes de atuar de forma eficiente e eficaz no contexto da gestão pública, à luz da ética, buscando contribuir para o alcance dos objetivos e desenvolvimento das organizações governamentais e não governamentais, de forma a possibilitá-las atender às necessidades e ao desenvolvimento da sociedade.

Para tal, o curso contempla sólida formação nas teorias administrativas e enfatiza o desenvolvimento de competências necessárias ao bom desempenho profissional do gestor público, além de formação generalista, permitindo definir um perfil de administrador público moderno, capacitado a planejar, organizar, dirigir e controlar a ação e as políticas públicas nas diversas esferas de poder e de governo.

O projeto pedagógico do curso procura valorizar a formação de atitudes de reflexão, de busca de inovações, de prospecção e criação de caminhos próprios que possam suprir as necessidades da gestão pública e permitir a atuação nos processos operacionais e decisórios sob a égide do conhecimento, da ética, da cidadania e da humanidade.

O desenvolvimento dos aspectos estruturais do curso de Administração Pública, sua vocação e organização caracterizam-se pelos seguintes elementos compositivos:

i. Transversalidade – Os conteúdos sempre que vinculados a outras disciplinas, serão estudados de forma integrada, perpassados por questões ligadas aos aspectos éticos, de transparência, de inovação e de sustentabilidade. Isso possibilitará aos autores dos textos didáticos e aos estudantes a construção holística de determinado tema.

ii. Atividades Acadêmicas Articuladas ao Ensino – envolvendo discentes em práticas de pesquisa e extensão, com o objetivo de despertar neles atitudes de investigação, de reflexão, de análise crítica e de prospecção de soluções inovadoras, assim como propiciando vivências administrativas inseridas nos setores produtivos e de serviços. Dentre as atividades Acadêmicas Articuladas ao Ensino estão os seminários temáticos, que possibilitam o desenvolvimento de pesquisas, articulando atividades acadêmicas com as necessidades do Estado e da sociedade, como também a realização do Estágio Curricular Supervisionado, inserindo o discente em atividades reais de administração pública, aprimorando assim a sua formação profissional.

iii. Trabalho aplicados – que consiste na elaboração de pesquisas desenvolvidas pelo acadêmico, ao longo dos Seminários Temáticos distribuídos nos Módulos V, VI, VII e VIII, com foco nos conteúdos contemporâneos de gestão pública. No seminário final, o estudante deverá demonstrar domínio significativo do conteúdo programático do curso, dos procedimentos metodológicos da pesquisa e das normas técnicas de elaboração de trabalhos científicos.

6.4 Objetivos

6.4.1 Objetivo Geral

Formar profissionais com amplo conhecimento de Administração Pública, capazes de atuar no âmbito federal, estadual e municipal, administrando com competência as organizações governamentais e não-governamentais, de modo pró-ativo, democrático e ético, visando à transformação e ao desenvolvimento da sociedade e do país.

6.4.2 Objetivo Específicos

Os objetivos específicos do curso são:

i. Oportunizar a conscientização do estudante para agir dentro de princípios éticos, morais, legais e cívicos, promovendo o ser humano como força de trabalho e capital intelectual.
ii. Propiciar formação integral do egresso de tal forma a permitir-lhe pesquisar, estudar, analisar, interpretar, planejar, implantar, coordenar e controlar ações no campo da administração pública, fazendo vigorar a legislação profissional e normas éticas a que está sujeita a gestão.
iii. Formar profissionais capazes de ampliar os níveis de competitividade organizacional frente ao dinamismo das transformações no âmbito interno e externo às organizações.
iv. Capacitar o estudante para enfrentar os desafios e as peculiaridades locais e regionais e do próprio mercado de trabalho, considerando a função social que deve exercer, por meio de formação sólida que lhe dê um embasamento de cultura geral, complementado pela visão holística em sua dimensão humanística e técnica.
v. Preparar o estudante para atuar como gestor, envolvendo-se com decisões, estratégias e adversidades, buscando estabelecer vantagens competitivas no mercado globalizado, frente às mudanças impostas pelo ambiente.
vi. Preparar lideranças para a administração pública, gerar novos empreendedores e capacitar mão-de-obra já inserida no mercado para atuação na gestão pública.
vii. Despertar no estudante o interesse de capacitar-se como gestor público empreendedor, gerente e técnico preparado para enfrentar as mais diferentes situações de mercado e de necessidades da sociedade, com liderança, iniciativa e criatividade para interferir na realidade, antecipando-se aos fatos ou adequando-se às novas tendências.

6.5 Perfil do Egresso

O curso de Administração Pública à distância da UFPR está organizado visando formação de profissionais com perfil aderente àquele demandado pelas organizações públicas contemporâneas, permitindo, por meio de disciplinas obrigatórias, disciplinas optativas, dos seminários temáticos e do estágio curricular supervisionado, a formação de competências que preparem o egresso às contingências da gestão pública.

As organizações públicas modernas buscam o administrador público generalista, integral e integrado, notadamente um agente de mudanças, que gere novos conhecimentos e caminhos para o aprimoramento e o desenvolvimento socioeconômico, político, técnico e cultural. Em outras palavras, um profissional autônomo, detentor de amplo portfólio de conhecimento, consciente da contínua necessidade de aprofundamento do conhecimento da Administração Pública e atualização das interfaces entre esta e outras áreas relacionadas, especialmente as afins, sem perder de vista as descobertas daquelas correlatas, uma vez que qualquer que seja o objeto de trabalho, estará inserido no contexto integral de uma sociedade globalizada.

Para atender às expectativas dessa sociedade emergente, o curso Bacharelado em Administração Pública procura formar profissionais de competência sólida e moderna, em condições plenas de atuação eficiente e eficaz, preocupados com a relevância social do produto de seus trabalhos, apresentando habilidades para pró-atividade e criatividade; raciocínio lógico, crítico e analítico; visão sistêmica e estratégica para negociações, tomada de decisão, liderança e trabalhos em equipe.

O egresso do curso de Administração Pública à distância estará apto a:

i. atuar e desenvolver atividades específicas da gestão nas organizações públicas e participar da elaboração, do planejamento, da coordenação e do controle de políticas públicas;
ii. compreender de forma sistêmica o meio social, político, econômico e cultural onde está inserido e assim tomar decisões em um contexto diversificado e interdependente da área pública, promovendo o estreitamento das relações entre Governo e Sociedade Civil;
iii. empreender e promover transformações de forma interdisciplinar, compreendendo a necessidade do contínuo aperfeiçoamento profissional e do desenvolvimento da autoconfiança, participando da modernização e inovação das estruturas e funcionamento do Serviço Público;
iv. expressar-se e comunicar-se com clareza e assertividade;
v. promover com determinação e vontade política e administrativa a educação continuada de servidores públicos;
vi. liderar processos de mudança das desigualdades e de exclusão econômica e social;

vii. adequar os recursos financeiros, físicos e tecnológicos visando o bem-estar coletivo e promover processos democráticos participativos no âmbito estatal que possibilitem a iniciativa e o desenvolvimento pleno das pessoas;
viii. reconhecer e definir problemas, equacionar soluções, pensar estrategicamente, introduzir modificações nos processos organizacionais, atuar preventivamente, transferir e generalizar conhecimentos e exercer, em diferentes graus de complexidade, o processo da tomada de decisão;
ix. refletir e atuar criticamente sobre a esfera da produção de serviços públicos, compreendendo sua posição e função na estrutura produtiva sob seu controle e gerenciamento;
x. desenvolver raciocínio lógico, crítico e analítico para operar com valores e formulações matemáticas presentes nas relações formais e causais entre fenômenos produtivos, administrativos e de controle em diferentes contextos organizacionais e sociais;
xi. elaborar, implementar e consolidar projetos, realizar consultoria e auditoria, elaborar pareceres e perícias administrativas em organizações públicas.

6.6 Organização Curricular

A estrutura curricular do curso contempla disciplinas cujos conteúdos revelam as inter-relações das dimensões da realidade público-privado, nacional-internacional e das esferas federal, estadual e municipal, numa perspectiva histórica e contextualizada de sua aplicabilidade no âmbito das organizações e do meio, utilizando tecnologias inovadoras assim como atendendo aos seguintes campos interligados de formação:

i. **Conteúdos de Formação Básica:** relacionados com estudos antropológicos, sociológicos, filosóficos, psicológicos, ético-profissionais, políticos, comportamentais, econômicos e contábeis, bem como os relacionados com as tecnologias da comunicação e da informação e das ciências jurídicas, através das disciplinas: Sociologia Organizacional; Psicologia Organizacional; Filosofia e Ética; Contabilidade Geral; Macroeconomia; Instituições de Direito Público e Privado; Legislação Tributária e Comercial; Auditoria e Controladoria; Contabilidade Pública; Orçamento Público; Políticas Públicas e Sociedade; Economia Brasileira; Direito Administrativo; Introdução à Economia; e Ciência Política. Aqui se inserem conteúdos curriculares obrigatórios voltados à promoção da história e cultura afro-brasileira e indígena e ao estudo dos direitos humanos (Filosofia e Ética e Sociologia Organizacional).[11]

[11] Atualizado em Ajuste de 02/08/2023.

ii. **Conteúdos de Formação Profissional:** abrangendo as disciplinas Administração Estratégica; Elaboração e Gestão de Projetos; Fundamentos de Marketing; Gestão Ambiental e Sustentabilidade; Gestão da Regulação; Gestão de Operações e Logística I; Gestão de Operações e Logística II; Gestão de Pessoas no Setor Público; Gestão de Redes de Cooperação na Esfera Pública; Marketing Público; Negociação e Arbitragem; Organização, Processos e Tomada de Decisão; Planejamento e Programação na Administração Pública; Relações Internacionais; Sistemas de Informação e Comunicação no Setor Público; Tecnologia e Inovação; Teoria das Finanças Públicas; Teorias da Administração I; Teorias da Administração II e Teorias da Administração Pública. Aqui se inserem conteúdos curriculares obrigatórios voltados à valorização do meio ambiente (Gestão Ambiental e Sustentabilidade).[12]

iii. **Conteúdos de Estudos Quantitativos e suas Tecnologias**: abrangendo pesquisa operacional, matemática, modelos matemáticos e estatísticos e aplicação de tecnologias que contribuam para a definição e utilização de estratégias e procedimentos inerentes à administração, contemplados nas disciplinas: Matemática para Administradores; Estatística Aplicada à Administração; Matemática Financeira e Análise de Investimentos, além de conteúdos transversais apresentados em outras disciplinas.

iv. **Conteúdos de Formação Complementar:** estudos de caráter transversal e interdisciplinar para o enriquecimento do perfil do formando, contemplados nas disciplinas de ementa flexíveis Seminário Integrador e mais sete Seminários Temáticos, nas disciplinas de Metodologia de Estudo e de Pesquisa em Administração; e Estágio Curricular Supervisionado, em que os alunos desenvolvem seu projeto de intervenção e horas em atividades formativas complementares. Aqui se discutem de maneira transversal todos os conteúdos do curso, incluindo os componentes obrigatórios voltados à valorização do meio ambiente, à promoção da história e cultura afro-brasileira e indígena e ao estudo dos direitos humanos (Seminário Temático IV na LFE I/ II/ III).[13]

v. **Disciplinas optativas:** conteúdos optativos oferecidos aos alunos: Informática para Administradores, Redação Oficial e Libras, conforme Res. 70/04- CEPE/UFPR. Aqui se inserem conteúdos curriculares de libras.[14]

---

[12] Atualizado em Ajuste de 02/08/2023.

[13] Atualizado em Ajuste de 02/08/2023.

[14] Atualizado em Ajuste de 02/08/2023.

A estrutura curricular foi concebida de maneira a permitir o atingimento do objetivo do curso focando em cada aspecto do perfil desejado de egresso. Assim, prioriza-se um currículo flexível (sem pré-requisitos, com disciplinas optativas e com uma disciplina por semestre com ementa flexível adaptável a realidade de cada época). Além disso possibilita e facilita que o aluno construa seu percurso, de acordo com periodização recomendada, com articulação entre os componentes curriculares e transversalidade nas disciplinas de seminários temáticos. Por fim, o desenvolvimento de projeto de intervenção vinculado ao Estágio Curricular Supervisionado garante a prática profissional em ambiente supervisionado.

Ressalta-se aqui a existência de temas tratados de maneira transversal. No curso de Administração Pública, além das disciplinas optativas de Comunicação em Língua Brasileira de Sinais-LIBRAS e Comunicação em Língua Brasileira de Sinais-LIBRAS: Fundamentos da Educação Bilíngue para Surdos, outros temas são abordados com o objetivo de atender à legislação atual:

a) Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012 - Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.
b) Lei nº 11.645, de 10 Março de 2008: Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena.
c) RESOLUÇÃO Nº 1, DE 17 DE JUNHO DE 2004 CNE/CP – Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.
d) LEI Nº 9.795, DE 27 DE ABRIL DE 1999**.** - Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.
e) DECRETO Nº 4.281**, DE 25 DE JUNHO DE 2002.** - Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências.

Os conteúdos voltados à valorização do meio ambiente, à promoção da história e cultura afro-brasileira e indígena e ao estudo dos direitos humanos são contemplados de forma transversal nas disciplinas Filosofia e Ética, Sociologia Organizacional e Seminário Temático IV na LFE I/ II/ III.

A Universidade Federal do Paraná (UFPR) também ingressou oficialmente, no dia 30 de março de 2020, no Pacto Global da Organização das Nações Unidas - ONU (https://www.pactoglobal.org.br/a-iniciativa). A iniciativa serve para incentivar empresas e organizações a adotarem políticas de responsabilidade social e sustentabilidade

(https://www.ufpr.br/portalufpr/noticias/ufpr-adere-ao-pacto-global-da-onu-com-o-compromisso-de-promover-politicas-de-desenvolvimento-sustentavel/).

Ao integrar o Pacto Global, a UFPR também assume a responsabilidade de contribuir para o alcance dos **17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS**, propostos em 2015 pela ONU, como uma nova agenda de desenvolvimento sustentável para o período entre 2015 e 2030, a Agenda 2030 (https://www.pactoglobal.org.br/ods). Os 17 ODS são os seguintes: 1. Erradicação da pobreza; 2. Fome zero e agricultura sustentável; 3. Saúde e Bem-estar; 4. Educação de qualidade; 5. Igualdade de Gênero; 6. Água potável e Saneamento; 7. Energia Acessível e Limpa; 8. Trabalho decente e crescimento econômico; 9. Indústria, Inovação e Infra-estrutura; 10. Redução das desigualdades; 11. Cidades e comunidades sustentáveis; 12. Consumo e produção responsáveis; 13. Ação contra a mudança global do clima; 14. Vida na água; 15. Vida terrestre; 16. Paz, justiça e instituições eficazes e 17. Parcerias e meios de implementação (https://www.pactoglobal.org.br/ods).

Essas iniciativas podem decorrer das disciplinas da graduação e da pós-graduação, bem como dos três pilares: ensino, pesquisa ou extensão. Por exemplo, podem ser abordadas em disciplinas obrigatórias ou optativas, núcleos de pesquisa, projetos de extensão, cátedras, entre outras.[15]

6.7 Carga Horária

A carga horária total do curso contempla 3.000 horas. Destas 80% são cumpridas em atividades a distância, conforme consta em Guia Didático de cada disciplina. Os demais 20% da carga horária do curso são cumpridos em atividades presenciais, que incluem: atendimento de dúvidas de tutores; encontros presencias mensais e atividades de síntese presencias ao final de cada semestre letivo.

6.8 Vagas e Polos de Apoio Presencial do Curso[16]

Em seu primeiro ano do oferta, o curso de Administração – EaD foi aprovado para ser ofertado em 5 (cinco) Pólos de Apoio Presencial, conforme quadro abaixo:

Município Pólo		Nº de vagas
1	Colombo	60
2	Rio Negro	60
3	Foz do Iguaçu	60
4	Lapa	60

[15] Atualizado em Ajuste de 02/08/2023.

[16] Atualizado em Ajuste de 02/08/2023.

5	Paranaguá	60
TOTAL		**300**

Seguindo seu objetivo de atendimento das demandas regionais e interiorização da educação os processos seletivos seguintes contaram com a seguinte distribuição de vagas.

Vagas Ofertadas	Polo de Apoio Presencial	Ano de Ingresso
240 vagas	Colombo (60), Lapa (60), Paranaguá (60) e Rio Negro (60).	2011
240 vagas	Colombo (60), Lapa (60), Paranaguá (60) e Rio Negro (60).	2012
130 vagas	Curitiba (100) e Rio Negro (30).	2017
100 vagas	Terra Roxa (100).	2021

O processo seletivo para ocupação destas vagas é o vestibular e atende o previsto na legislação interna com relação ao sistema de cotas.

6.9 Matriz Curricular

As disciplinas que integram a matriz curricular estão distribuídas em oito semestres letivos e são de natureza:

I. Obrigatória – que garantem o perfil desejado para o egresso, totalizando 2820 horas.
II. Optativa –60 horas relativas às disciplinas Informática para Administradores, Redação Oficial ou Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).
III. Atividades Formativas Complementares - 120 horas relativas às atividades complementares, conforme regimento em anexo 3.

A distribuição da carga horária para integralização do currículo do Curso de Administração Pública está representada abaixo:

Quadro Resumo de Distribuição de Carga Horária

Conteúdos	Créditos	Carga Horária	%
Disciplinas Obrigatórias	**188**	**2.820**	**94**
- Conteúdos de Formação Básica (FB)	60	900	30
- Conteúdos de Formação Profissional (FP)	76	1140	38
- Conteúdos de Formação Complementar (FC)	40	600	20
- Conteúdos de Estudos Quantitativos e suas Tecnologias (EQT)	12	180	06
Disciplinas Optativas	**04**	**60**	**02**
- Disciplina Optativa (OP)	04	60	02
Atividades Complementares	**08**	**120**	**04**
Carga Horária Total do Curso	**200**	**3.000**	**100**

As disciplinas que integram a matriz curricular do curso de Administração Pública da UFPR estão especificadas na tabela a seguir e seguem fluxo recomendado constante no anexo 2.

Matriz Curricular
Curso Bacharelado em Administração Pública

Semestre	Código	Disciplina	Nº CR	C. H.	Conteúdo	Natureza
1	EDAP01	Filosofia e Ética	4	60	FB	Obrigatória
1	EDAP09	Informática para Administradores	4	60	OP	Optativa
1	EDAP02	Introdução à Economia	4	60	FB	Obrigatória
1	EDAP03	Metodologia de Estudo e de Pesquisa em Administração	4	60	FC	Obrigatória
1	EDAP04	Psicologia Organizacional	4	60	FB	Obrigatória
1	EDAP05	Seminário Integrador	2	30	FC	Obrigatória
1	EDAP06	Teorias da Administração I	4	60	FP	Obrigatória
2	EDAP07	Ciência Política	4	60	FB	Obrigatória
2	EDAP08	Contabilidade Geral	4	60	FB	Obrigatória
2	EDAP10	Macroeconomia	4	60	FB	Obrigatória
2	EDAP11	Matemática para Administradores	4	60	EQT	Obrigatória
2	EDAP12	Redação Oficial	4	60	OP	Optativa
2	EDAP13	Seminário Temático I	2	30	FC	Obrigatória
2	EDAP14	Teorias da Administração II	4	60	FP	Obrigatória
3	EDAP15	Contabilidade Pública	4	60	FB	Obrigatória
3	EDAP16	Economia Brasileira	4	60	FB	Obrigatória
3	EDAP17	Instituições de Direito Público e Privado	4	60	FB	Obrigatória
3	EDAP54	Libras	4	60	OP	Optativa
3	EDAP18	Seminário Temático II	2	30	FC	Obrigatória
3	EDAP19	Sociologia Organizacional	4	60	FB	Obrigatória
3	EDAP20	Teorias da Administração Pública	4	60	FP	Obrigatória
4	EDAP21	Direito Administrativo	4	60	FB	Obrigatória
4	EDAP22	Estatística Aplicada à Administração	4	60	EQT	Obrigatória
4	EDAP23	Organização, Processos e Tomada de Decisão	4	60	FP	Obrigatória
4	EDAP24	Seminário Temático III	2	30	FC	Obrigatória
4	EDAP25	Sistemas de Informação e Comunicação no Setor Público	4	60	FP	Obrigatória
4	EDAP26	Teoria das Finanças Públicas	4	60	FP	Obrigatória
5	EDAP28	Gestão de Operações e Logística I	4	60	FP	Obrigatória
5	EDAP29	Gestão de Pessoas no Setor Público	4	60	FP	Obrigatória
5	EDAP30	Legislação Tributária e Comercial	4	60	FB	Obrigatória
5	EDAP31	Matemática Financeira e Análise de Investimentos	4	60	EQT	Obrigatória
5	EDAP32	Planejamento e Programação na Adm. Públ	4	60	FP	Obrigatória
5	EDAP33	Seminário Temático I na LFE I / LFE II/ LFE III	2	30	FC	Obrigatória
6	EDAP34	Administração Estratégica	4	60	FP	Obrigatória
6	EDAP35	Elaboração e Gestão de Projetos	4	60	FP	Obrigatória
6	EDAP37	Gestão de Operações e Logística II	4	60	FP	Obrigatória
6	EDAP38	Gestão de Redes de Cooperação na Esfera Pública	2	30	FP	Obrigatória
6	EDAP39	Orçamento Público	4	60	FB	Obrigatória

6	EDAP40	Seminário Temático II na LFE I / LFE II/ LFE III	2	30	FC	Obrigatória
7	EDAP41	Auditoria e Controladoria	4	60	FB	Obrigatória
7	EDAP43	Fundamentos de Marketing	4	60	FP	Obrigatória
7	EDAP44	Gestão da Regulação	2	30	FP	Obrigatória
7	EDAP45	Negociação e Arbitragem	4	60	FP	Obrigatória
7	EDAP46	Seminário Temático III na LFE I / LFE II/ LFE III	2	30	FC	Obrigatória
7	EDAP47	Tecnologia e Inovação	4	60	FP	Obrigatória
8	EDAP49	Gestão Ambiental e Sustentabilidade	4	60	FP	Obrigatória
8	EDAP50	Marketing Público	4	60	FP	Obrigatória
8	EDAP51	Políticas Públicas e Sociedade	4	60	FB	Obrigatória
8	EDAP52	Relações Internacionais	4	60	FP	Obrigatória
8	EDAP53	Seminário Temático IV na LFE I / LFE II/ LFE III	2	30	FC	Obrigatória
8	EDAP55	Estágio Curricular Supervisionado	20	300	FC	Obrigatória

EQT Conteúdos de Estudos Quantitativos e suas Tecnologias
FB Conteúdos de Formação Básica
FC Conteúdos de Formação Complementar
FP Conteúdos de Formação Profissional
OP Conteúdos d Disciplinas Optativas

6.10 Conteúdo Programático[17]

Os conteúdos curriculares são divididos entre obrigatórios e optativos. A carga horária dos componentes obrigatórios é de 2.820 horas e a dos optativos é de 60 horas totalizando 96% da carga horária total que é de 3.000 horas. As disciplinas são ofertadas na modalidade a distância, com 80% da carga horária do curso a distância e 20% presencial. A carga-horária do curso é contabilizada em horas-relógio.

Libras é uma disciplina optativa, com 60 horas de carga. Nas disciplinas de Filosofia e Ética e Sociologia Organizacional são trabalhados os conteúdos relativos a Direitos Humanos, em Seminário Temático IV na LFE I/ LFE II/ LFE III são abordados os temas pertinentes à educação das relações étnico-raciais, o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena. Em Gestão Ambiental e Sustentabilidade, são abordados os temas relativos educação ambiental.

O curso possui uma periodização recomendada, porém não pré-requisitos) o que garante, de maneira interconectada que possamos desenvolver o perfil profissional do egresso considerando que existem espaços de atualização, a incorporação de metodologias ativas de ensino, adequação da bibliografia com acesso a novos títulos por meio da base de dados Minha Biblioteca.

O ementário das disciplinas está apresentado no anexo 5 deste PPC.

[17] Atualizado em Ajuste de 02/08/2023.

6.11 Seminários Temáticos

Para contribuir com a formação integral do profissional da Administração Pública, há na estrutura curricular do curso os Seminários Temáticos. Foram pensados como um dos elementos centrais do processo de aprendizagem do estudante, servindo de elemento motivador para o desenvolvimento de processos de pesquisa sobre e no cotidiano das práticas de administração.

Em cada período do curso está prevista a realização de um Seminário Temático. O estudante realizará pesquisa sobre determinado fato, relacionado com a realidade em que está inserido e envolvendo o campo da Administração Pública, fará conexão entre conteúdos trabalhados em outras disciplinas, fará projetos aplicados multidisciplinares para resolução de problemas específicos.

No primeiro período do curso, o seminário possui uma característica específica de promover a inserção e a integração do estudante como o curso na modalidade a distância, sendo nominado como Seminário Integrador.

A partir do segundo período os Seminários Temáticos possibilitam a aplicação dos conteúdos estudados, oportunizando vivências na administração das organizações públicas e revelando caráter sistêmico do comportamento organizacional.

Os Seminários Temáticos serão sempre precedidos de planejamento específico, podendo incluir modalidades diversas de trabalho: grupos de trabalho, oficinas, conferências, palestras etc. devendo ser acompanhados pelo alunado, tutores, professores e aberto ao público interessado em geral.

6.12 Estágio Curricular Supervisionado

O estágio supervisionado, totalizando 300 horas correspondentes a 10% do total de carga horária do curso, será cumprido de acordo com Regimento e Resoluções da UFPR.

O Estágio Curricular Supervisionado será ofertado a partir do quinto período do curso para que o estudante tenha flexibilidade para decidir em que momento o cursar. Toda a carga horária deve ser cumprida dentro de um semestre letivo e desta experiência prática no campo profissional resultará um Relatório Final, que compreende seu projeto de intervenção, conforme item constante nas DCN's do curso (inclusão obrigatória de trabalho de conclusão de curso na modalidade projetos de intervenção centrados em área teórico-prática ou de formação profissional).[18] Assim, estágio e projeto de intervenção caminham juntos, propiciando trocas de práticas e saberes, fazendo pontes entre a prática e teoria,

[18] Atualizado em Ajuste de 02/08/2023.

entre o mundo acadêmico e o campo profissional, entre o vivido no mundo do trabalho e o olhar crítico sobre ele.

Além do Estágio Supervisionado, os alunos também poderão desenvolver estágios extra-curriculares (não obrigatórios), segundo as orientações da Lei No 11.788, de 25 de setembro 2008.

No anexo 4 se encontra regimento de estágio do curso, que obedece às seguintes resoluções:

1. A Lei federal nº 11.788/ 2008 - que define os parâmetros gerais dos estágios, e dispõe sobre as responsabilidades das partes envolvidas.
2. A Resolução nº 70/04-CEPE (publicada em 13/07/2004) - que dispõe sobre as Atividades Formativas na flexibilização dos currículos dos cursos de graduação e de ensino profissionalizante da UFPR.
3. A Resolução nº 46/10-CEPE - que dispõe sobre os estágios na UFPR.
4. A Instrução Normativa 01/12-CEPE - que normatiza os estágios curriculares não obrigatórios previstos na Resolução nº 46/10-CEPE.
5. A Instrução Normativa 02/12-CEPE - que normatiza os estágios previstos na Resolução nº 46/10, realizados no exterior.
6. A Instrução Normativa 01/13-CEPE - que normatiza os estágios previstos na Resolução 46/10-CEPE, realizados no âmbito da UFPR.
7. O Projeto Pedagógico do Curso de Administração Pública da UFPR.[19]

7.13 Atividades Formativas Complementares

As atividades complementares formativas compreendem 120 horas e estão regulamentadas por regimento próprio, conforme anexo 3.[20]

As atividades previstas estão listadas a seguir:

- Participação em: seminários, jornadas, congressos, eventos, simpósios, cursos, palestras e atividades afins.
- Participação em cursos da área de administração pública (presenciais ou a distância).
- Curso de língua estrangeira
- Frequência e aprovação em disciplinas eletivas de áreas afins, efetivamente cursadas na UFPR.
- Participação em estágios não obrigatórios em atividades de áreas afins.

[19] Atualizado em Ajuste de 02/08/2023.

[20] Atualizado em Ajuste de 02/08/2023.

- Participação em atividades de pesquisa.
- Participação em atividades de extensão.
- Participação em atividades de representação acadêmica.
- Participação em programas de voluntariado
- Participação em programas e projetos institucionais da UFPR
- Estudos de "casos empresariais"
- Realização de visitas técnica
- Elaboração e publicação de artigos científicos
- Programa de iniciação científica
- Participação em projetos de Empresa Júnior (reconhecida formalmente pela UFPR)

7. ESTRUTURA ADMINISTRATIVO-PEDAGÓGICA

Estamos vivendo um período histórico de "crise", de "transição", onde modelos e paradigmas tradicionais de compreensão e explicação da realidade estão sendo revistos enquanto outros estão emergindo. As teorias clássicas no campo da educação e da Administração não dão mais conta da complexidade dos fenômenos contemporâneos e, especificamente, das práticas no campo dos processos de ensinar e de aprender e da Administração Pública.

O paradigma positivista precisa ser substituído por um outro ou outros. Os atuais paradigmas educacionais falam da necessidade da participação, da construção do conhecimento, da autonomia de aprendizagem, de currículo aberto, de redes de conhecimentos, da interconectividade dos problemas, das relações. No campo da Administração Pública fala-se de proatividade, de *empowerment*, de fidelização, de gestão do conhecimento, de ética, de responsabilidade social, de inclusão, de "Estado Necessário", entre outros.

A EaD, neste sentido, oferece possibilidades de novas práticas educativas e sociais, por suas características e sua forma de organizar o ensino e a aprendizagem e os processos formativos profissionais.

Para tal, exige uma *organização de apoio institucional* e uma *mediação pedagógica* que garantam as condições necessárias à efetivação do ato educativo. Pois, na EaD, quem ensina não é um professor, mas uma instituição, uma "instituição ensinante". Trata-se, então, de uma ação mais complexa e coletiva, em que todos os sujeitos do processo ensino e aprendizagem estão envolvidos direta ou indiretamente: na equipe que concebeu e construiu o Projeto Pedagógico aos estudantes e orientadores, sujeitos ativos na implementação do mesmo, de quem vai conceber e elaborar o material didático a quem irá cuidar para que este chegue às mãos do estudante, do coordenador de curso e dos professores ao tutor, passando pela equipe multidisciplinar.

Por isso, a modalidade de EaD deve ser pensada e implementada pela "instituição ensinante" numa perspectiva sistêmica e colaborativa. A metáfora da rede traduz bem esta nova visão da organização do trabalho pedagógico.

O Curso de Administração Pública na modalidade a distância possui estrutura administrativa-pedagógica que contempla:

- O estudante: estudante matriculado no curso e que irá estudar "a distância";
- Professores: responsáveis pela produção dos materiais didáticos (impressos e/ou em Ambientes Virtuais de Aprendizagem) e responsáveis pela oferta de determinada disciplina no curso. Estes são também professores pesquisadores e/ou extensionistas,

ligados a projetos de pesquisa, projetos de extensão, programas de pós-graduação da IPES, ou com projeto específico, com a função de acompanhar o desenvolvimento do curso para monitorar e avaliar o sistema como um todo, ou alguns de seus subsistemas, para contribuir no processo de reconstrução da caminhada da Instituição na modalidade a distância;

- Tutores presenciais e a distância: graduados e/ou pós-graduandos em áreas afins a disciplina em que atuam como tutores, atuando no Polo de Apoio Presencial, ou na Instituição. Têm a função de acompanhar, apoiar e avaliar os estudantes em sua caminhada. Recebem formação em EaD, antes de iniciarem suas atividades e ao longo do curso, sob a supervisão do coordenador de curso. Em edital de processo seletivo constam as habilidades, atitudes e competências específicas exigidas dos tutores que irão atuar no curso.
- Coordenação de Curso: as atribuições do coordenador de curso estão previstas no Regimento Geral da Universidade Federal do Paraná.
- Equipe de apoio multidisciplinar: com a função de viabilizar as ações planejadas pela equipe pedagógica e de produção de material didático;

A figura abaixo esquematiza a estrutura administrativo-pedagógica do Curso:

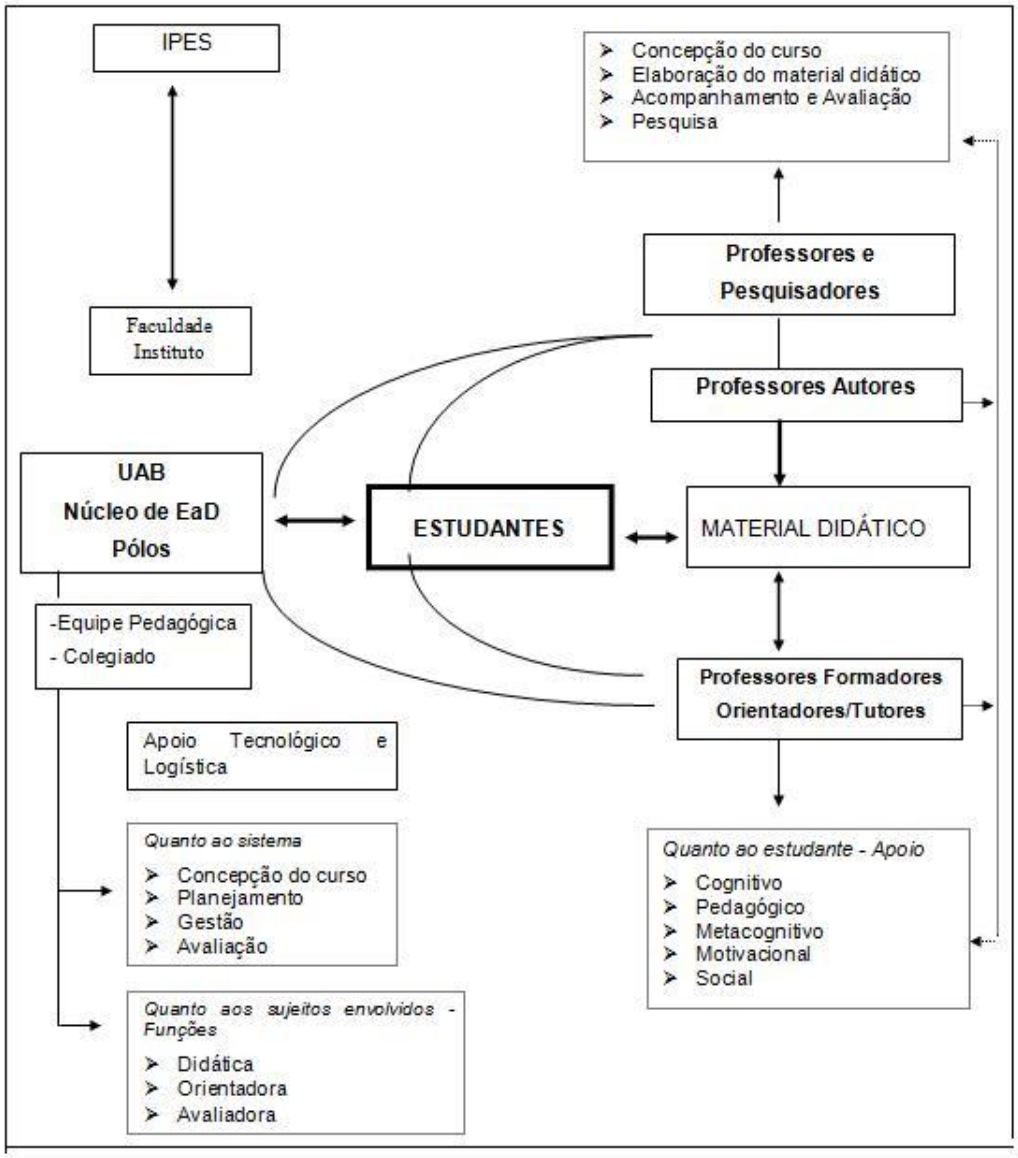


Figura 1 – Componentes da ação formativa no curso de Administração - a distância
Fonte: PRETI, 1996 (adaptação).

Assim organizada, a "instituição ensinante" pode oferecer saber atualizado (filtrando o mais válido das recentes produções científicas), dando prioridade aos conhecimentos instrumentais ("aprender a aprender"), visando educação permanente do cidadão e estando compromissada com o meio circundante.

Para tal, nessa organização estarão presentes constantemente:

- *A estrutura organizativa*, composta pelos sub-sistemas de concepção, produção e distribuição dos materiais didáticos, de gestão, de comunicação, de condução do processo de aprendizagem e de avaliação, e os Pólos de Apoio Presencial.

- *A comunicação:* que deverá ser multidirecional, com diferentes modalidades e vias de acesso. A comunicação multimídia, com diversos meio e linguagens, exige, como qualquer aprendizagem, implicação consciente do estudante, intencionalidade, atitude adequada, destrezas e conhecimentos prévios necessários. Os materiais utilizados também atenderão aos interesses, necessidades e nível dos estudantes.
- *O trabalho cooperativo:* Na modalidade a distância, o que há, na maioria das vezes, são trabalhos de parcerias entre diferentes profissionais (autores, designer instrucional, web designer, tecnólogos educacionais, orientadores), com muita interação e diálogo. A ação pedagógica e a construção de conhecimento, numa perspectiva heurística e construtiva, se sustentarão sobre o alicerce do trabalho colaborativo ou cooperativo, na construção de uma rede ou de uma "comunidade de aprendizagem".

7.1 Equipe Multidisciplinar[21]

I-Dados

Unidade Adm.: Coordenadoria de Integração de Políticas de Educação a Distância (CIPEAD/PROGRAD)

Projeto de Pesquisa: Educação Superior e Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC): das implicações institucional, organizacional e didático-pedagógica

Projeto de Extensão: Núcleo de Estudo Interdisciplinar de Tecnologias Educacionais (NEITE)

Coordenadora da CIPEAD e dos Projetos: Geovana Gentili Santos

Membros da CIPEAD e dos Projetos: Anna Jungbluth; Celso Yoshikazu Ishida; Elizabete Terezinha Gomes; Kelly Priscilla Lóddo Cezar; Marina Lupepso; Naia Paula Yolanda Bittencourt Tortato; Piero Enrico Ribas Salamone; Sarah Menon Domingos do Nascimento; Tatiana Raquel Baptista Greff.

Tema: Instituição da Equipe Multidisciplinar da CIPEAD.

I. A Equipe Multidisciplinar na legislação da Educação a Distância (EaD)

A Educação a Distância (EaD), no Brasil, tem sua normatização em 1998, por meio do Decreto Nº 2.494, de 10 de fevereiro de 1998, em que se regulamentava o art. 80 da Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), compreendendo-a inicialmente como "uma forma de ensino". Em abril do mesmo ano, as Instituições de Educação Superior (IPES) puderam se credenciar para a oferta de cursos de

[21] Atualizado em Ajuste de 02/08/2023.

graduação e educação tecnológica a distância, com base na Portaria MEC Nº 301, de 7 de abril de 1998.

No processo de amadurecimento na compreensão sobre a modalidade EaD e suas práticas, em 2003, a Secretaria de Educação a Distância (SEED) publicou a primeira versão do documento orientativo **Referenciais de Qualidade para a Educação Superior a Distância**, como forma de destacar procedimentos e elementos imprescindíveis para a manutenção da qualidade nas ofertas em EaD. Em virtude das renovações na legislação e dos avanços na modalidade, em 2007, uma nova comissão de especialistas reuniu-se para a atualização do referido documento, este ainda disponível e referenciado em outros documentos, como o **Glossário dos Instrumentos do INEP** (2019).

Nos **Referenciais de Qualidade para a Educação Superior a Distância** (2007), indica-se que a Equipe Multidisciplinar deve integrar o Projeto Político Pedagógico, como um dos itens essenciais para as propostas de cursos na EaD.

> Em educação a distância, há uma diversidade de modelos, que resulta em possibilidades diferenciadas de composição dos recursos humanos necessários à estruturação e funcionamento de cursos nessa modalidade.
>
> No entanto, qualquer que seja a opção estabelecida, os recursos humanos devem configurar uma equipe multidisciplinar com funções de planejamento, implementação e gestão dos cursos a distância, onde três categorias profissionais, que devem estar em constante qualificação, são essenciais para uma oferta de qualidade. (BRASIL, 2007, p.19)

Da perspectiva do Ministério da Educação (MEC) e da Secretaria da Educação a Distância (SEED) a composição de uma equipe multidisciplinar é indispensável, no âmbito institucional, para as ações pedagógicas na modalidade EaD. Para tanto, no conjunto de profissionais envolvidos na equipe, devem ser considerados indispensavelmente**: a) docentes; b) tutores; e c) pessoal técnico-administrativo, em especial, Coordenador de Polo EaD**. (Cf. BRASIL, 2007, p. 23).

Na dinamicidade do sistema educacional, a EaD que, inicialmente, era concebida apenas como "forma de ensino", avança gradativamente até a definição em vigor, constante no Decreto Nº 9.057, de 25 de maio de 2017, no art. 1º:

> A Educação a Distância (EaD) caracteriza-se como a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorra com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação

> compatíveis, entre outros, e desenvolva atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos. (BRASIL, 2017)

Nota-se que, como modalidade educacional, a EaD exibe uma complexidade em sua organização prevendo a participação de diferentes profissionais qualificados para sua execução. Essa especificidade da composição profissional, a partir de 2017, passa a ser avaliada nos atos regulatórios de credenciamento/recredenciamento das IES, ao constar nos indicadores dos Instrumentos de Avaliação do INEP.

No **Instrumento de Avaliação Institucional Externa (IAIE). Presencial e a Distância. Recredenciamento. Transformação de Organização Acadêmica** (INEP, 2017) a necessidade da instituição de uma Equipe Multidisciplinar fica evidenciada no Indicador 4.6 – "Sistema de controle de produção e distribuição de material didático", no qual, apenas no conceito 1, o mais baixo, não se menciona "a existência de uma equipe técnica multidisciplinar" (imagem 1). Já no **Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação (IACG). Presencial e a Distância. Reconhecimento. Renovação de Reconhecimento** (INEP, 2017) há o Indicador 2.2 – "Equipe Multidisciplinar" específico em que se destaca a importância de que seja constituída por profissionais de diferentes áreas do conhecimento e que, por sua qualificação e experiência, sejam responsáveis pelo pensar de metodologias, tecnologias, recursos educacionais para a EaD (imagem 2).

CONCEITO	CRITÉRIO DE ANÁLISE
1	O sistema de controle e distribuição de material didático **não** está formalizado.
2	O sistema de controle de produção e distribuição de material didático **não considera** o atendimento da demanda, a existência de uma equipe técnica multidisciplinar responsável **ou** estratégias que garantem a acessibilidade comunicacional.
3	O sistema de controle de produção e distribuição de material didático **considera** o atendimento da demanda, a existência de uma equipe técnica multidisciplinar responsável **e** estratégias que **garantem** a acessibilidade comunicacional.
4	O sistema de controle de produção e distribuição de material didático **considera** o atendimento da demanda, a existência de uma equipe técnica multidisciplinar responsável, estratégias que **garantem** a acessibilidade comunicacional **e** disponibilização por diferentes mídias, suportes e linguagens.
5	O sistema de controle de produção e distribuição de material didático **considera** o atendimento da demanda, a existência de uma equipe técnica multidisciplinar responsável, estratégias que **garantem** a acessibilidade comunicacional, disponibilização por diferentes mídias, suportes e linguagens, **plano de atualização** do material didático **e** apoio à produção de material autoral pelo corpo docente.

Imagem 1 – Indicador 4.6 do **Instrumento de Avaliação Institucional Externa (IAIE).**

CONCEITO	CRITÉRIO DE ANÁLISE
1	**Não há** equipe multidisciplinar estabelecida.
2	A equipe multidisciplinar **não está** em consonância com o PPC, **ou não é** constituída por profissionais de diferentes áreas do conhecimento, **ou não é** responsável pela concepção, produção e disseminação de tecnologias, metodologias e os recursos educacionais para a educação a distância.
3	A equipe multidisciplinar, **estabelecida** em consonância com o PPC, **é constituída** por profissionais de diferentes áreas do conhecimento **e é responsável** pela concepção, produção e disseminação de tecnologias, metodologias e os recursos educacionais para a educação a distância.
4	A equipe multidisciplinar, **estabelecida** em consonância com o PPC, **é constituída** por profissionais de diferentes áreas do conhecimento, **é responsável** pela concepção, produção e disseminação de tecnologias, metodologias e os recursos educacionais para a educação a distância **e possui** plano de ação documentado e implementado.
5	A equipe multidisciplinar, **estabelecida** em consonância com o PPC, **é constituída** por profissionais de diferentes áreas do conhecimento, **é responsável** pela concepção, produção e disseminação de tecnologias, metodologias e os recursos educacionais para a educação a distância **e possui** plano de ação documentado e implementado **e** processos de trabalho formalizados.

Imagem 2 – Indicador 2.2 do **Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação (IACG).**

Observa-se, portanto, que a Equipe Multidisciplinar desenvolve um papel estratégico para a modalidade EaD sendo avaliada não só no âmbito dos cursos EaD, mas, no da própria organização institucional. **Constata-se assim a relevância para a EaD da composição de um Equipe Multidisciplinar com profissionais de diferentes áreas de formação que, com suas expertises, contribuam para pensar, propor, articular, acompanhar e avaliar ações que visem a qualidade nas práticas didático-pedagógicas para a modalidade EaD a partir da disseminação de tecnologias, metodologias e recursos digitais educacionais**.

III. Equipe Multidisciplinar UAB/UFPR

Na Universidade Federal do Paraná (UFPR), a Equipe Multidisciplinar está instituída no âmbito do Programa Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), criado pelo Decreto Nº 5.800, de 08 de junho de 2006, sob a gestão da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), seguindo as normativas desta instituição para sua composição na UFPR, quais sejam: na Portaria CAPES Nº 183, de 21 de outubro de 2016, alterada por Portaria CAPES Nº 15, de 23 de janeiro de 2017, Portaria CAPES Nº 139, de 13 de julho de 2017 e Portaria CAPES Nº 33, de 16 de fevereiro de 2023, na Instrução Normativa CAPES N° 2, de 19 de abril de 2017.

Por meio de Edital de Seleção, entre 2018 e 2019, compôs-se a Equipe Multidisciplinar UAB com os docentes: Celso Y. Ishida, Geovana Gentili Santos, Kelly Priscilla Lóddo Cezar e Ana Carolina de Araújo Silva responsáveis, respectivamente, pelos eixos: tecnologias educacionais, pedagógico, acessibilidade e comunicação/designer. Essa Equipe Multidisciplinar dedicou-se, principalmente, à reconfiguração do ambiente virtual de aprendizagem – AVA Moodle. Para tanto, analisaram-se aspectos de navegabilidade, recursos de acessibilidade, uso pedagógico da plataforma e sua apresentação estética. Em março de 2020, a Equipe Multidisciplinar entregou com resultado de suas ações um AVA

completamente remodelado e personalizado à UFPR. Seu lançamento deu-se junto à comunidade interna em pleno início da pandemia COVID-19, passando a denominar-se UFPR Virtual.

A Equipe Multidisciplinar UAB também foi responsável pela elaboração de materiais de instrução para as ofertas no Programa Sistema UAB com orientações para coordenação de curso, produção de materiais e organização da sala virtual do Curso e disciplinas na UFPR Virtual – Manual de Produção para Cursos UAB (2020), Templates de Produção de Objetos Digitais de Aprendizagem (ODA) – na elaboração da identidade visual dos cursos aprovados no Edital Nº 05/2018. Além da oferta de oficinas e cursos de capacitação para professores e tutores participantes do Programa – "Curso Práticas Tutoriais na EaD", "Acessibilidade", "H5P e recursos do Moodle", "Linguagem em AVA".

Durante a pandemia, a Equipe Multidisciplinar UAB atuou fortemente junto à Equipe da CIPEAD nas ações emergenciais para a formação e capacitação dos docentes para o uso das tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC) para a continuidade das atividades didáticas pelo Ensino Remoto Emergencial (ERE) – Curso "Práticas-docente com recursos tecnológicos" (PDRT), com 10 turmas ofertadas, qualificando quase 600 docentes – e para posterior retomada do calendário acadêmico – Curso "Do ensino remoto ao ensino híbrido: percursos de aprendizagem", ofertado em outubro de 2021 – ; bem como pelo atendimento do Suporte da UFPR Virtual, supervisionando estagiários.

Apesar de toda a contribuição e da relevância da Equipe Multidisciplinar UAB para as ações no Programa Sistema UAB e para a própria CIPEAD, pelo fato de a manutenção financeira dessa Equipe estar diretamente vinculada ao número de cursos em oferta no Programa, com o encerramento das ofertas do Edital DED/CAPES Nº 75/2014, as mensalidades de bolsas disponibilizadas para Equipe Multidisciplinar, conforme políticas de fomento da CAPES, passaram a não ser mais suficientes para manter a composição inicial da Equipe.

Diante dessa instabilidade, observou-se que, para o atendimento das recomendações do MEC para a modalidade e para a promoção da integração de políticas da EaD na UFPR de forma planejada e constante, faz-se necessária uma reformulação na política institucional para Equipe Multidisciplinar.

Para que as ações de uma Equipe Multidisciplinar contemplem um planejamento e uma atuação mais ampla para a modalidade EaD na UFPR, acompanhando o intenso movimento no cenário educacional brasileiro, como tem sido com a inserção da discussão sobre Educação Híbrida e sobre as Políticas para Educação Digital, bem como de Formação e Qualificação Docente, é imperativa a institucionalização da Equipe Multidisciplinar para além de um Programa específico, como o do Sistema UAB, e o avanço para seu reconhecimento institucional.

IV. Proposição de Equipe Multidisciplinar da CIPEAD/PROGRAD

Como resultado da análise das ações indicadas no **Plano de Desenvolvimento Institucional 2022-2026 (PDI)** sob a responsabilidade da Pró-Reitoria de Graduação e Educação Profissional (PROGRAD), num movimento interno de análise das Coordenadorias da PROGRAD coordenado pelo Pró-Reitor, instituiu-se o *Programa Institucional da PROGRAD "UFPR Onde você estiver"* e, nele, foram agregados todos os projetos e ações em andamento que, em sua natureza, visam a formação inicial e continuada dos membros das comunidades acadêmica e externa, mediada por meios e tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC), em que se desenvolvam atividades educativas por estudantes e profissionais da educação em lugares e tempos diversos; ultrapassando fronteiras e alargando o alcance do ensino de qualidade promovido pela UFPR.

Para a manutenção dos vários projetos desenvolvidos no *Programa "UFPR Onde você estiver"* – quais sejam: UFPR EaD-UAB, UFPR Híbrida, UFPR Virtual, UFPR Aberta, UFPR Digital (NEITE e NTE)e LabCIPEAD –, observa-se a urgência de se institucionalizar pela Pró-Reitoria de Graduação e Educação Profissional (PROGRAD) uma **Equipe Multidisciplinar da CIPEAD**.

A Equipe Multidisciplinar da CIPEAD, com caráter propositivo e consultivo na CIPEAD, designada por Portaria pelo Pró-Reitor da PROGRAD, ouvida a Coordenação da CIPEAD, terá por tempo de vigência a referência do **Plano de Desenvolvimento Institucional** da UFPR, com dedicação de 8h semanais, podendo seus membros serem reconduzidos.

A Equipe Multidisciplinar da CIPEAD seria composta pelos seguintes membros:

- Coordenador(a) da CIPEAD – Presidente da Equipe;
- Coordenadores(as) Geral e Adjunta da UAB;
- 1 Servidor(a) da CIPEAD – TAE ou Pedagogo;
- 1 Servidor(a) da CIPEAD – audiovisual ou designer gráfico;
- Até 2 Docentes por áreas de interesse – preferencialmente: pedagógico, tecnologias educacionais, acessibilidade, design/comunicação - para a EaD e com experiência na modalidade;
- Até 2 Servidores(as), preferencialmente técnicos, com experiência comprovada em tutoria EaD;
- 1 representante dos Polos EaD em que há ofertas de cursos da UFPR.

A composição proposta para a formação da Equipe Multidisciplinar da CIPEAD justifica-se por quatro importantes movimentos:

I) fortalecer a articulação entre a Coordenação Geral da CIPEAD e a Coordenação do Programa Sistema UAB para a gestão administrativa e pedagógica da modalidade EaD, com vistas à unidade de compreensão e práticas na EaD na UFPR, independentemente do nível ou da etapa formativa;

II) abrir espaço para que os servidores de diferentes áreas do conhecimento da CIPEAD assumam esse lugar que objetiva prezar pela qualidade dos processos educacionais mediados por TDIC, conferindo-lhes voz e maior participação;

III) permitir que docentes e servidores técnico-administrativos atuantes na modalidade EaD contribuam a partir de suas experiências para constante melhoria na compreensão e nas práticas para a modalidade EaD na UFPR;

IV) assegurar a participação de profissionais externos a UFPR, mas parceiros nas ofertas de cursos EaD, tal como o são os coordenadores de Polos EaD, que, por meio de suas vivências e experiências podem contribuir da percepção do dia a dia das práticas pedagógicas nos diferentes modelos de EaD.

Com essa composição atende-se o que se expressa nos **Referenciais de Qualidade para a Educação Superior a Distância** (2007) com todos os profissionais destacados como importantes de configurarem na Equipe Multidisciplinar: a) docentes; b) tutores; e c) pessoal técnico-administrativo, em especial, Coordenador de Polo EaD. (Cf. BRASIL, 2007, p. 23)

A Equipe Multidisciplinar da CIPEAD deverá desenvolver suas atividades considerando a concepção de EaD fomentada pela Coordenadoria de Integração de Políticas de Educação a Distância (CIPEAD/PROGRAD) que se pauta na dialogicidade como essência para uma Educação como prática para a liberdade.

> Por isto, o diálogo é uma exigência existencial. E, se ele é o encontro em que se solidarizam o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado, não pode reduzir-se a um ato de depositar ideias de um sujeito no outro, nem tampouco tornar-se simples troca de ideias a serem consumidas pelos permutantes. (FREIRE, 2021, p. 109)

Compreende-se assim, que a Educação se dá pelo diálogo entre sujeitos complexos, constituídos por suas histórias e mediatizados pelo mundo. Não havendo, portanto, conhecimento maior ou melhor, e, sim, diferentes e novos saberes a serem construídos na interação entre homens. Afinal, “não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão” (FREIRE, 2021, p. 108).

Dessa perspectiva, antes da tecnologia que media todo o processo de ensino e aprendizagem que caracteriza a modalidade EaD está um conceito maior – o de Educação –

que, no âmbito das práticas educativas defendidas na CIPEAD, compreende saberes que assegurem uma pedagogia que conduza à liberdade, à criticidade e à autonomia dos sujeitos. Para isso, faz-se necessário: reflexão, pesquisa, rigor metodológico, ética, estética, criticidade, bom-senso, comprometimento, escuta, diálogo, tomada de decisões, tolerância e luta em defesa dos direitos humanos.

Nesse sentido, as atividades a serem desenvolvidas pela Equipe Multidisciplinar da CIPEAD devem orientar-se para a consolidação de uma Educação mediada por TDIC em que as práticas pedagógicas assegurem a qualidade do ensino não só pelo cumprimento das bases legais brasileiras, mas, em especial, pelo exercício crítico do próprio fazer educacional, com vistas ao cumprimento da própria finalidade da CIPEAD na UFPR:

a) democratizar o acesso ao conhecimento científico;
b) assegurar o desenvolvimento humano, individual e coletivo, oportunizando a qualificação profissional e consequente melhoria na condição de vida de uma maior parcela da população;
c) zelar pela qualidade nos processos de ensino e aprendizagem na Educação a Distância, na Educação Aberta e na Educação Híbrida; e
d) articular e propor ações para Educação Digital.

Para tanto, entende-se que caberá à Equipe Multidisciplinar da CIPEAD:

- reunir-se com regularidade;
- elaborar um plano de ação institucional em conformidade com as diretrizes da CIPEAD/PROGRAD e da UFPR;
- fazer registro formal por meio de canais institucionais de suas ações e proposições;
- manter-se atualizada em relação às políticas públicas e legislação concernentes à modalidade EaD, a Educação Híbrida e a Educação Digital;
- acompanhar e participar de discussões e reflexões teóricas sobre metodologias, recursos e tecnologias para a EaD, Educação Híbrida e Educação Digital;
- propor formação continuada para profissionais da educação envolvidos na modalidade EaD tanto aquelas específicas para a comunidade da UFPR quanto para a externa;
- elaborar materiais de apoio para atuação na modalidade EaD;
- colaborar nos projetos desenvolvidos no Programa Institucional da PROGRAD "UFPR Onde você estiver";
- participar do Projeto de Extensão da CIPEAD “Núcleo de Estudo Interdisciplinar de Tecnologias Educacionais” (NEITE).

Com tal organicidade e atribuições, as atividades da Equipe Multidisciplinar da CIPEAD estarão em consonância à missão da própria UFPR, estabelecida em seu **Plano de Desenvolvimento Institucional 2022-2026 (PDI)** e no comprometimento para seu cumprimento: "Produzir, disseminar, fomentar e aplicar o conhecimento, contribuindo para a construção de uma sociedade inclusiva, equânime, solidária e para o desenvolvimento sustentável" (UFPR, 2022, p. 36).

7.2 Programa de Capacitação e Atualização da Equipe Multidisciplinar

A capacitação dos profissionais envolvidos ocorrerá com a realização dos seguintes cursos, além da participação dos professores em diversos cursos e seminários oferecidos fora do âmbito da UFPR:

- Produção dos Materiais – Curso para a capacitação de professores e técnicos para a produção e avaliação de recursos destinados ao ensino/aprendizagem dos participantes do curso.
- Formação de Tutores – Curso oferecido para a capacitação dos tutores envolvidos com o curso.
- Capacitação em Gestão de Educação a Distância - Curso para capacitação do pessoal técnico-administrativo e de coordenação, até mesmo acadêmica, para a gestão dos processos estratégicos, logísticos e operacionais do Curso. Poderá ser mantido como oferta contínua, com material auto-instrucional e apoio pela Internet para a equipe de gerenciamento e execução administrativa do Curso de Administração.
- Formação de pessoal Técnico/Administrativo - Curso sobre a estrutura e o projeto político-pedagógico do curso, bem como sobre o AVA utilizado.
- Metodologia de ensino-aprendizagem em EAD
- Produção e elaboração de vídeos e objetos de aprendizagem

8. INFRA-ESTRUTURA E PROCESSO DE GESTÃO ACADÊMICO-ADMINISTRATIVA

A Educação a Distância, embora prescinda da relação face-a-face em todos os momentos do processo ensino e aprendizagem, exige relação dialógica efetiva entre estudantes, professores formadores e orientadores. Por isso, impõe uma organização de sistema que possibilite o processo de interlocução permanente entre os sujeitos da ação pedagógica.
Dentre os elementos imprescindíveis ao sistema estão:

- a implementação de uma rede que garanta a comunicação entre os sujeitos do processo educativo;
- a produção e organização de material didático apropriado à modalidade;
- processos de orientação e avaliação próprios;
- monitoramento do percurso do estudante;
- criação de ambientes virtuais que favoreçam o processo de estudo dos estudantes.

Para o curso de Administração Pública, na modalidade a distância, a estrutura e a organização do sistema que dá suporte à ação educativa, prevêem:

8.1 Rede Comunicacional

Torna-se necessário o estabelecimento de uma rede comunicacional que possibilite a ligação dos vários Pólos com a IPES e entre eles. Para tanto, é imprescindível a organização de estrutura física e acadêmica na IPES, com a garantia de:

- manutenção de equipe multidisciplinar para orientação nas diferentes disciplinas/áreas do saber que compõem o curso;
- designação de coordenador que se responsabilize pelo acompanhamento acadêmico e administrativo do curso;
- manutenção dos núcleos tecnológicos na UFPR (Campus Botânico) e nos Pólos, que dêem suporte à rede comunicacional prevista para o curso;
- organização de um sistema comunicacional entre os diferentes Pólos e a UFPR.

8.2 Produção de Material Didático

O material didático configura-se como dinamizador da construção curricular e balizador metodológico. A estrutura pedagógica de EaD do Curso de Administração Pública conta com os seguintes atores: Coordenador de Curso, professores autores, formadores,

pesquisadores e extensionistas, tutores presenciais e a distância, equipe de apoio multidisciplinar, estudantes.
Todos os atores da estrutura pedagógica de EaD têm como função básica assistir ao estudante, acompanhá-lo e motivá-lo ao aprendizado.

8.3 Seleção de Tutores[22]

A equipe de tutores é formada a partir de processo seletivo mediante Edital de Chamada Pública e trabalhará sob a supervisão dos professores responsáveis pelas diversas Disciplinas e sob a coordenação do Coordenador de Curso**.**

Normalmente são exigidos dos candidatos a tutoria os seguintes requisitos mínimos:

- Ser aluno regularmente matriculado e frequente de curso de pós-graduação *stricto sensu* da UFPR, em área afim as disciplinas em que se candidatar.
- Não ser aluno regularmente matriculado do curso de graduação em Administração Pública da UFPR.
- Não receber bolsa de estudos CNPQ ou Capes para mestrado e/ou doutorado cumulativamente a remuneração de tutoria.
- Ter concluído ou estar cursando o curso de capacitação de tutores oferecido pela UFPR, OU ingressar no curso que será ofertado aos selecionados.
- Ter acesso e habilidade no uso de computadores e ferramentas de Tecnologia de Informação e Comunicação, incluindo recursos de conectividade e interatividade (internet e ambientes virtuais de aprendizagem).
- Dispor de 20 (vinte) horas semanais para atendimento dos alunos, por meio eletrônico e/ou presencial, nas cidades polo.
- Residir nas cidades polos – ou até 60 Km de distância de uma das cidades polo, desde que o tutor tenha disponibilidade para se deslocar até o polo para fazer atendimento presencial aos alunos.
- Possuir disponibilidade para participar das reuniões mensais de planejamento, que poderão ocorrer de segunda a sábado, em horário a ser agendado pela Coordenação do Curso, em regime de convocação.

São atribuições dos tutores:

- O tutor do curso de Administração Pública desempenhará tanto atividades à distância quanto atividades presenciais.

[22] Atualizado em Ajuste de 02/08/2023.

- As atividades à distância compreendem configuração dos espaços no ambiente virtual de aprendizagem onde a disciplina será ofertada, atendimento ou redirecionamento, conforme o caso, das dúvidas dos alunos em relação ao uso dos recursos tecnológicos, procedimentos acadêmicos e conteúdo da disciplina, além de correção das atividades à distância postadas pelos alunos na plataforma.
- As atividades presenciais compreendem atendimento dos alunos nos polos a fim de receber, organizar e encaminhar documentação à secretaria do curso, dirimir dúvidas relacionadas ao uso dos recursos tecnológicos, procedimentos acadêmicos e conteúdo da disciplina, conduzir ou acompanhar os encontros presenciais, aplicar provas e outras avaliações presenciais, corrigir provas e avaliações presenciais.
- O Tutor deverá acompanhar as atividades coordenadas pelo Professor Formador responsável pela disciplina na qual for alocado e seguir as orientações dadas por ele em relação ao atendimento das dúvidas de conteúdo da disciplina.
- O Tutor deverá acompanhar as atividades coordenadas pela Coordenação do Curso em relação aos procedimentos operacionais e acadêmicos e calendário de atividades.
- O Tutor deverá dinamizar as atividades programadas e proceder as avaliações dos alunos sob orientação do Professor Formador de cada disciplina do curso, dando *feedback* das atividades avaliativas aos estudantes em um prazo máximo de 10 dias.
- O Tutor deverá manter regularidade de acesso ao ambiente virtual de aprendizagem e dar retorno às solicitações dos cursistas no prazo máximo de 1 dia útil.
- O Tutor deverá participar de reuniões previamente agendadas, mediante convocações, presenciais ou virtuais, com Professores Formadores e Coordenação do Curso.
- O Tutor deverá colaborar na construção do conhecimento do aluno e com o desenvolvimento do Curso como um todo, sugerindo melhorias no material didático, propondo atividades, aplicando instrumentos de avaliação e participando do processo de avaliação da aprendizagem do aluno e do sistema de EaD.
- O Tutor deverá auxiliar a Coordenação do Curso e Professor Formador em atividades acadêmicas e nos registros em relação ao desenvolvimento, acompanhamento e avaliação do curso, mediante encaminhamento de relatórios.
- O Tutor deverá, no final de cada semestre, enviar Planilha de Acompanhamento das Atividades à Coordenação do Curso.

8.4 Sistema de Tutoria

A tutoria no curso de Administração Pública como componente fundamental do sistema, tem a função de realizar a mediação entre o estudante e o material didático de curso. Nesse sentido, o tutor deve ser concebido como sendo um "facilitador" da aprendizagem, ou um orientador.

A tutoria é um dos elementos do processo educativo que possibilita a (res)significação da educação a distância, por possibilitar o rompimento da noção de tempo/espaço da escola tradicional. O processo dialógico que se estabelece entre estudante e tutor deve ser único, O tutor, paradoxalmente ao sentido atribuído ao termo "distância", deve estar permanentemente em contato com o estudante, mediante a manutenção do processo dialógico, em que o entorno, o percurso, as expectativas, as realizações, as dúvidas, as dificuldades sejam elementos dinamizadores desse processo.

Na fase de planejamento, o tutor deve participar da discussão, com os professores, a respeito dos conteúdos a serem trabalhados, do material didático a ser utilizado, da proposta metodológica, do processo de acompanhamento e avaliação de aprendizagem, dos Seminários Temáticos e do Estágio Curricular Supervisionado.

No desenvolvimento do curso, o tutor é responsável pelo acompanhamento e avaliação do percurso de cada estudante sob sua orientação: em que nível cognitivo se encontra, que dificuldades apresenta, se o estudante coloca-se em atitude de questionamento re-construtivo, se reproduz o conhecimento socialmente produzido, necessário para compreensão da realidade, se reconstrói conhecimentos, se é capaz de relacionar teoria-prática, se consulta bibliografia de apoio, se realiza as tarefas e exercícios propostos, como estuda, quando busca orientação, se relaciona-se com outros estudantes para estudar, se participa de organizações ligadas à sua formação profissionais, a movimentos sociais locais.

Além disso, o tutor deve, neste processo de acompanhamento, estimular, motivar e, sobretudo, contribuir para o desenvolvimento da capacidade de organização das atividades acadêmicas e de aprendizagem.

Por todas essas responsabilidades, torna-se imprescindível que o tutor tenha formação específica, em termos dos aspectos político-pedagógicos da educação a distância e da proposta teórico metodológica do curso. Essa formação deve será oportunizada pela IPES antes do início do curso e ao longo do curso.

Como recursos para interlocução poderão ser utilizados: ambiente Virtual, com recursos de fórum, chat, biblioteca virtual, agenda, guia didático de estudos e atividades, questionários, recursos de acompanhamento e controle de cada estudante, entre outros; videoaula (web conferência); telefone; e-mail; estúdio de gravação de videoaulas; redes sociais.

8.5 Encontros Presenciais

Os encontros presenciais serão motivos de amplo planejamento, envolvendo os atores pedagógicos e administrativos dos subsistemas do Curso. Entre as atividades a serem contempladas incluem-se avaliação do desempenho discente, apresentação de palestras, aulas, pesquisas desenvolvidas, visitas técnicas e integração social da comunidade acadêmica.

Os encontros presenciais serão mensais e ocorrerão nos polos de apoio presencial. Para que isto seja viável, cada tutor acompanhará o encontro no seu respectivo pólo.

Além dos encontros presenciais que serão distribuídos ao longo de cada período letivo, semanalmente os alunos se encontram com tutores para discussão dos conteúdos, orientação, redirecionamento, resolução de dúvidas, interação, etc.

8.6 Controle da Produção e Distribuição do Material Didático

O controle da produção e distribuição do material didático segue políticas gerais estabelecidas pela Universidade Aberta do Brasil e Coordenação do Curso na UFPR.

9. AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL E AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação é entendida como atividade política que tem por função básica subsidiar tomadas de decisão. Nesse sentido, pressupõe não só análises e reflexões relativas a dimensões estruturais e organizacionais do curso, numa abordagem didático-pedagógica, como também a dimensões relativas aos aspectos políticos do processo de formação de profissionais no campo da Administração Pública.

Dentre os aspectos de maior significação para o processo de tomada de decisões relativas ao curso destacam-se: a avaliação da proposta curricular; a avaliação da aprendizagem; a avaliação do material didático; a avaliação da orientação; a avaliação do sistema comunicacional da EaD e a avaliação do impacto do curso na formação de profissionais no campo da Administração Pública.

9.1 Avaliação Institucional

Nos últimos anos a UFPR tem buscado um processo de avaliação integrado que analise toda a Instituição, que resulte na melhoria constante da qualidade da formação, produção de conhecimento e da extensão realizadas na UFPR. A avaliação institucional deve possibilitar a construção de um projeto acadêmico sustentado por princípios como a gestão democrática e a autonomia, que visam a consolidar a responsabilidade social e o compromisso científico-cultural da instituição.

A Comissão Própria de Avaliação responsável pela Auto-avaliação tem realizado periodicamente reuniões de trabalho, participado em eventos regionais e nacionais sobre Avaliação, acompanhado a temática no panorama nacional, com troca de informações e experiências com outras instituições e elaboração de proposta de trabalho, em discussão na comunidade e está preparando a operacionalização do processo.

Por meio da avaliação é possível identificar estratégias, instrumentos e ações institucionais necessárias para a formulação de políticas acadêmicas de mais largo alcance e, ao mesmo tempo, fornecer subsídios para a necessária prestação de contas à sociedade. Nesse sentido, a avaliação institucional é um processo por meio do qual não só a universidade se conhece, como se torna conhecida por outros setores da sociedade.

A participação dos membros da comunidade acadêmica tem sido um componente importante desse processo, bem como a promoção da articulação entre avaliação, planejamento e o processo de tomada de decisões, que torne possível que a avaliação institucional atue efetivamente como instrumento de mudança e correção de rumos.

9.2 Avaliação dos Subsistemas de EaD

A avaliação dos subsistemas de EaD presentes no curso de Administração Pública tem por objetivo controlar e aprimorar as etapas do processo pedagógico para garantir o alcance dos objetivos propostos para o curso.

Para tanto, aplicar-se-á avaliação 360 graus, de forma continuada, realizada pelos atores do processo ensino-aprendizagem, entre eles, estudantes, professores tutores, professores conteudistas, professores formadores e coordenador do curso, contemplando os seguintes aspectos:

- desempenho do estudante;
- desempenho dos professores-tutores;
- desempenho dos professores formadores;
- adequação do sistema de tutoria;
- adequação do ambiente virtual de aprendizagem;
- qualidade do material impresso e da multimídia interativa;
- qualidade e adequação do atendimento administrativo;
- desempenho da coordenação do curso e
- eficácia do programa.

Como instrumentos de avaliação serão utilizados pesquisa formais e informais, realizada com os participantes do curso. A estrutura de EaD projetada para o curso possibilita a integração das ações dos atores de EaD, possibilitando controle e sinergia no processo ensino-aprendizagem, assim como a prática de acompanhamento efetivo do estudante e sua avaliação em dimensão sistêmica e continuada. Os resultados das avaliações deverão ser utilizados com a função de retro-alimentar os subsistemas de EaD objetivando o aprimoramento e novos patamares de qualidade e eficácia.

9.3 Avaliação de Aprendizagem

O processo de avaliação de aprendizagem na Educação a Distância, embora se sustente em princípios análogos aos da educação presencial, requer tratamento e considerações especiais em alguns aspectos.

Primeiro, porque um dos objetivos fundamentais da Educação a Distância deve ser a de obter dos estudantes não a capacidade de reproduzir idéias ou informações, mas sim a capacidade de produzir e re-construir conhecimentos, analisar e posicionar-se criticamente frente às situações concretas que se lhes apresentem.

Segundo, porque no contexto da EaD o estudante não conta, comumente, com a presença física do professor. Por este motivo, faz-se necessário desenvolver método de estudo individual e em grupo, para que o acadêmico possa:

- buscar interação permanente com os colegas, os professores e com os tutores todas as vezes que sentir necessidade;
- obter confiança e auto-estima frente ao trabalho realizado;
- desenvolver a capacidade de análise e elaboração de juízos próprios.

O trabalho do autor, então, ao organizar o material didático do curso de Administração Pública, é levar o estudante a questionar aquilo que julga saber e, principalmente, para que questione os princípios subjacentes a esse saber.
Nesse sentido, a relação teoria-prática coloca-se como imperativo no tratamento dos conteúdos selecionados para o curso de Administração Pública e a relação intersubjetiva e dialógica entre professor-estudante, mediada por textos, é fundamental.
O que interessa, portanto, no processo de avaliação de aprendizagem é analisar a capacidade de reflexão crítica do aluno frente a suas próprias experiências, a fim de que, possa atuar dentro de seus limites sobre o que o impede de agir para transformar aquilo que julga limitado no campo da Administração Pública.
Por isso, é importante desencadear processo de avaliação que possibilite analisar como se realiza não só o envolvimento do estudante no seu cotidiano, mas também como se realiza o surgimento de outras formas de conhecimento, obtidas de sua prática e de sua experiência, a partir dos referenciais teóricos trabalhados no curso.
O estudante será avaliado em três situações distintas:

- processualmente, durante a oferta das disciplinas, a partir de atividades realizadas a distância, como pesquisas, exercícios, e outras tarefas planejadas para o desenvolvimento da disciplina;
- processualmente, durante os encontros presenciais, a partir de dinâmicas, seminários, entregas de tarefas e trabalhos, interação.
- formalmente, a partir da realização de atividades de síntese semestrais (provas), apresentação de trabalhos e realização de outras tarefas propostas;

Nessas situações de avaliação, os tutores e os professores deverão estar atentos para observar e fazer o registro dos seguintes aspectos: a produção escrita do estudante, seu método de estudo, sua participação nos Encontros Presenciais, nos fóruns e nos bate-papo, se está acompanhando e compreendendo o conteúdo proposto em cada uma das disciplinas, se é capaz de posicionamentos crítico-reflexivos frente às abordagens trabalhadas e frente à

sua prática profissional (dimensão cognitiva) e na realização de estudos de caso e de pesquisa, a partir de proposições temáticas relacionadas ao seu campo de formação profissional, entre outros fatores.

10. PROCESSO DE COMUNICAÇÃO-INTERAÇÃO ENTRE OS PARTICIPANTES

Em função de uma das principais características do ensino a distância: a dupla relatividade do espaço e do tempo, faz-se necessário o uso de ferramentas que operacionalizem o processo de comunicação e troca de informação nas suas formas sincrônica e diacrônica.
As ferramentas utilizadas nos processos de comunicação sincrônica serão: ambiente virtual de aprendizagem, incluindo chat, web conferência, telefone e grupos em redes sociais. Como processos de comunicação diacrônicos serão utilizados os recursos disponíveis no ambiente virtual de aprendizagem, como fóruns e e-mail.
Cada turma terá acesso a estrutura de comunicação sincrônica e diacrônica e será orientada pelo Tutor sobre a forma e os momentos de uso de cada uma delas.
Como sujeito que participa ativamente do processo avaliativo, o estudante será informado por seu tutor e pelo professor formador sobre o que está sendo avaliado, a partir de que critérios, se a atividade que lhe é proposta é objeto de avaliação formal, o que se espera dele naquela atividade, etc.
Em outras palavras, a postura de avaliação assumida no processo de ensino-aprendizagem do curso de Administração Pública pressupõe, por um lado, a compreensão do processo epistêmico de construção do conhecimento e, por outro, a compreensão da ação de avaliar como processo eminentemente pedagógico de interação contínua entre estudante-conhecimento-tutor-professor formador.
Considerando que atualmente (2023/1) o curso de Administração Pública possui alunos em fase de conclusão de curso no polo Curitiba (sede da instituição e área administrativa e acadêmica do curso) e também alunos a cursar o quinto período do curso no Polo Terra Roxa (cidade do interior do Paraná, distante 622 km de Curitiba), atuam no curso as seguintes figuras:

- um tutor por disciplina: atualmente (2023/1) o curso possui vínculo com sete tutores bolsistas. Todos vinculados a programas de doutorado da UFPR. Cada um desses tutores atua em uma disciplina específica do semestre em oferta, além de atender alunos em disciplinas de reoferta (alunos reprovados em alguma disciplina já ofertada no curso). Para os alunos da cidade de Curitiba os tutores acumulam atividades presenciais e a distância. Para os alunos de Terra Roxa os tutores atuam apenas a distância.

- um tutor a distância no polo Terra Roxa: este curso é ofertado na cidade de Terra Roxa em parceria com a prefeitura municipal. Dessa forma, atende o curso neste polo uma servidora municipal, vinculada à área de educação.

- docentes: professores da UFPR, vinculados ao Setor de Ciências Sociais Aplicadas, em sua maioria lotados no Departamento de Administração Geral e Aplicada.

- coordenador e vice-coordenador: professores vinculados ao Departamento de Administração Geral e Aplicada da UFPR, eleitos por seus pares e estudantes, com mandato de dois anos.

- secretária: uma servidora efetiva da UFPR que atua na secretaria do curso, junto ao Departamento de Administração Geral e Aplicada e Setor de Ciências Sociais Aplicadas no Campus Botânico de Curitiba.

A interação entre estas figuras está prevista em PPC da seguinte maneira: "Em função de uma das principais características do ensino a distância: a dupla relatividade do espaço e do tempo, faz-se necessário o uso de ferramentas que operacionalizem o processo de comunicação e troca de informação nas suas formas sincrônica e diacrônica. As ferramentas utilizadas nos processos de comunicação sincrônica serão: ambiente virtual de aprendizagem, incluindo chat, webconferência; e telefone). Como processos de comunicação diacrônicos serão utilizados os recursos disponíveis no ambiente virtual de aprendizagem, como fóruns e e-mails). Cada turma terá acesso a estrutura de comunicação sincrônica e diacrônica e será orientada pelo Tutor sobre a forma e os momentos de uso de cada uma delas. Como sujeito que participa ativamente do processo avaliativo, o estudante será informado por seu tutor e pelo professor formador sobre o que está sendo avaliado, a partir de que critérios, se a atividade que lhe é proposta é objeto de avaliação formal, o que se espera dele naquela atividade, etc. Em outras palavras, a postura de avaliação assumida no processo de ensino-aprendizagem do curso de Administração pressupõe, por um lado, a compreensão do processo epistêmico de construção do conhecimento e, por outro, a compreensão da ação de avaliar como processo eminentemente pedagógico de interação contínua entre estudante-conhecimento-tutor-professor formador."

De forma prática, as relações e interações se dão da seguinte maneira:

- coordenação de curso e professores fazem parte da banca do processo seletivo dos tutores. Em geral estes tutores já possuem algum vínculo com os professores, pois os tutores são estudantes de programa de pós-graduação stricto sensu em que professores ministram aulas. No decorrer das disciplinas, coordenação, professores e tutores estão cadastrado na plataforma UFPRVirtual interagindo com alunos;

- coordenação de curso possui grupo de WhatsApp formado com tutores para agilizar comunicação a respeito do andamento das disciplinas e também com secretaria do curso;

- tutor de polo (presencial) é servidor da prefeitura municipal de Terra Roxa, e participa de grupo de WhatsApp com alunos do curso para atender e mediar demandas mais urgentes dos estudantes;

- tutores e professores mantém contato constante ao longo do semestre letivo (reunião no início do semestre para alinhar procedimentos e interação virtual ao longo do semestre), sendo que os tutores mantem acesso diário à plataforma UFPRVirtual e levam aos professores as demandas do curso;

- todos possuem acesso e meios de comunicação com a coordenação e secretaria (por meio da plataforma UFPRVirtual, plataforma Microsoft Teams, e-mail do curso, telefone da secretaria, grupo de WhatsApp);

- a cada semana os estudantes tem momento de Webconferência com os tutores das disciplinas por meio do Microsoft Teams. Por vezes, professores, coordenação e tutora presencial também participam das interações;

- reuniões com coordenação e professores, normalmente, acontecem de maneira presencial. Reuniões com tutores e alunos acontecem por meio do Microsoft Teams;

- a cada disciplina há um encontro presencial que ocorre da seguinte maneira: professores e tutores à distância se conectam online por meio do Microsoft Teams com estudantes e tutora presencial que estão em sala de aula no polo Terra Roxa. Neste espaço de aula e interação, todos as figuras interagem. Por vezes, a coordenação do curso também participa para questões pontuais.

- ao final do semestre acontecem presencialmente no polo as provas (chamadas de atividade de síntese). Tutora presencial é quem faz as aplicações. Durante as avaliações Microsoft Teams está aberto na sala de aula com alguma figura à distância para resolver problemas e/ou tirar dúvidas: estão online neste momento tutor à distância e/ou professor, e coordenação de curso.

- a secretaria do curso, se comunica, principalmente por meio de e-mail, telefone, e por meio da Plataforma UFPRVirtual atendendo demandas e dúvidas de alunos, docentes, tutores e coordenação.

Dessa maneira, entende-se estar criado um ambiente propício para trocas e colaboração. Como explicitado no PPC, a necessidade de interação por meio de ferramentas digitais se faz imperativo na educação a distância, de maneira a estreitar laços. Pode-se afirmar que os mecanismos utilizados garantem mediação entre tutores, docentes e coordenador do curso. No decorrer de cada semestre todas as figuras atuantes no curso têm espaço para feedback e são realizadas adaptações para melhorias.

Em reunião com alunos, por exemplo, já foram demandadas mudanças no formato das videoaulas gravadas. Tutores, frequentemente, trazem para a coordenação feedback de como acreditam podermos melhorar as relações de ensino-aprendizagem. Tutores levam aos professores avaliações a respeito do conteúdo. Professores estão atentos as demandas

para garantir boa comunicação e aprendizado dos alunos. Nem sempre essas interações e comunicações são documentadas formalmente, mas podem ser verificadas pelo histórico de mensagens de e-mails, mensagens de WhatsApp e fluxo de interação por meio das plataformas Microsoft Teams e UFPRVirtual.[23]

[23] Atualizado em Ajuste de 02/08/2023.

11. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRÚCIO, Fernando L. Reforma do Estado no federalismo brasileiro: a situação das administrações públicas estaduais. In: **Revista de Administração Pública-RAP**, v. 39, n. 2, p. 401-420, mar./abr. 2005.

ABRÚCIO, Fernando L.; COUTO, Cláudio G. A redefinição do papel o Estado no âmbito local. In: **São Paulo em Perspectiva**, v. 10, n. 3, p. 40-47, 1996.

BANCO MUNIDIAL. **Brasil: elementos de uma estratégia de cidades**. *Document of the World Bank*.Relatório Nº 35749-BR. Brasília: Banco Mundial/Departamento do Brasil, novembro 2006. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/INTBRAZIL/Resources/Cidadesbr.pdf>. Acesso em 12/07/2008.

BRANDIÃO, Hugo J.; PALASSI, Márcia P.; FERREIRA, Dirce N. A. **Administração Pública**. Campo Grande/MS: MEC/UAB-UFMS, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução CNE/CES Nº 1, de 11 de março de 2016. Estabelece Diretrizes e Normas Nacionais para a Oferta de Programas e Cursos de Educação Superior na Modalidade a Distância. **Diário Oficial da União.** Brasília, DF, 14 de mar. 16, n. 49, 1, p. 23. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/21393466/do1-2016-03-14-resolucao-n-1-de-11-de-marco-de-2016-21393306. Acesso em: 28 de maio de 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Pesquisa Anísio Teixeira. Diretoria de Avaliação da Educação Superior. Instrumento de Avaliação Institucional Externa (IAIE). Presencial e a Distância. Recredenciamento. Transformação de Organização Acadêmica. **Portal gov.br**. Brasília-DF, 2017. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_institucional/instrumentos/2017/IES_recredenciamento.pdf. Acesso em 14 de maio de 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Pesquisa Anísio Teixeira. Diretoria de Avaliação da Educação Superior. Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação (IACG). Presencial e a Distância. Reconhecimento. Renovação de Reconhecimento. **Portal gov.br**. Brasília-DF, 2017. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/instrumentos/2017/curso_reconhecimento.pdf. Acesso em 14 de maio de 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Pesquisa Anísio Teixeira. Glossário dos Instrumentos de Avaliação Externa. 4. ed. atual. **Portal gov.br**. Brasília-DF, 2019. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_institucional/apresentacao/glossario_4_edicao.pdf . Acesso em 28 de maio de 2022.

BRASIL. Ministério da Educação**.** Portaria Nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019. Dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância - EaD em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior – IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino. **Diário Oficial da União.** Brasília, DF, 11 de dez. 19, n. 239, 1, p. 131. Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-2.117-de-6-de-dezembro-de-2019-232670913. Acesso em 28 de maio de 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação a Distância (SEED). Referenciais de Qualidade para a Educação Superior. **Portal MEC.** Brasília-DF, 2007 Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/refead1.pdf. Acesso em 23 de maio de 2023.

BRASIL. Presidência da República. Decreto Nº 5.800, de 08 de junho de 2006. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB. **Diário Oficial da União.** Brasília, DF, 09 de jun. 2006, 1, p.4. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5800.htm. Acesso em: 20 de maio de 2023.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União.** Brasília, DF, 26 de maio 96, n. 100, 1, p. 3. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/20238603/do1-2017-05-26-decreto-n-9-057-de-25-de-maio-de-2017-20238503. Acesso em: 20 de maio de 2023.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União.** Brasília, DF, 23 de dez. 96, n. 248, 1, p. 1. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 28 de maio de 2022.

COSTA, Marisa V. **Discutindo a escola básica em tempos de neoliberalismo**: uma conversa introdutória. In: COSTA, Marisa V. (org.). Escola básica na virada do século: cultura, política e currículo. São Paulo: Cortez, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 80. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

KISSLER, Leo; HEIDEMANN, Francisco G. Governança pública: novo modelo regulatório para as relações entre Estado, mercado e sociedade? In: **Revista de Administração Pública-RAP**, v. 40, n. 3, p. 479-499, mai./jun. 2006.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Gabinete (GAB). Portaria CAPES Nº 183, de 21 de outubro de 2016. Diretrizes para concessão e pagamento de bolsas do Sistema UAB. **Diário Oficial da União.** Brasília, DF, 24 de set. 2016, 1, p. 17-18. Disponível em: http://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detalhar?idAtoAdmElastic=294#anchor. Acesso em: 20 de maio de 2023.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Gabinete (GAB). Portaria CAPES Nº 15, de 23 de janeiro de 2017. Altera regulamento das diretrizes para a concessão e pagamento de bolsas aos participantes da preparação e execução dos cursos e programas de formação superior, inicial e continuada no âmbito do Sistema Universidade Aberta (UAB). **Diário Oficial da União.** Brasília, DF, 25 de jan. 2017, 1, p. 21. Disponível em: http://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detalhar?idAtoAdmElastic=261#anchor. Acesso em: 20 de maio de 2023.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Diretoria de Educação a Distância (DED). Instrução Normativa CAPES N° 2, de 19 de abril de 2017. Estabelece procedimentos de pagamento e parâmetros atinentes à concessão das bolsas UAB regulamentadas pela Portaria CAPES nº 183, de 21 de outubro de 2016, e pela Portaria CAPES nº 15, de 23 de janeiro de 2017. **Diário Oficial da União.** Brasília, DF, 24 de abril 2017, 1, p. 36-37. Disponível em: http://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detalhar?idAtoAdmElastic=3#anchor. Acesso em: 20 de maio de 2023.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Gabinete (GAB). Portaria CAPES Nº 139, de 13 de julho de 2017. Altera a Portaria nº 183, de 21 de outubro de 2016, que regulamenta as diretrizes para concessão e pagamento de bolsas aos participantes da preparação e execução dos cursos e programas de formação superior, inicial e continuada no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB). **Diário Oficial da União.** Brasília, DF, 19 de jul. de 2017, 1, p. 18. Disponível em: http://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detalhar?idAtoAdmElastic=179#anchor. Acesso em: 20 de maio de 2023.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Portaria CAPES Nº 33, de 16 de fevereiro de 2023. Dispõe sobre o reajuste dos valores das bolsas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, no país. **Diário Oficial da União.** Brasília, DF, 17 de fev. 2023, nº 35,

1, p. 149. Disponível em: https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-capes-n-33-de-16-de-fevereiro-de-2023-465078368. Acesso em: 20 de maio de 2023.

PADINHA, Paulo Roberto. **Planejamento dialógico:** como construir o projeto político-pedagógico da escola. 3. Ed. São Paulo: Ed. Cortez, 2002.

PINHO, José A. G.; SANTANA, Mercejane, W. O governo municipal no Brasil: construindo uma nova agenda política na década de 90. Programa Gestão Pública e Cidadania. In: **Cadernos de Gestão Pública e Cidadania**, v. 20, 2001.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR). Pró-Reitor de Planejamento, Orçamento e Finanças (PROPLAN). Unidade. Plano de Desenvolvimento Institucional 2022-2026 (PDI)**.** Curitiba, 2022. **Secretaria dos Órgãos Colegiados (SOC).** Disponível em: https://homologa.ufpr.br/wp-content/uploads/2022/11/Plano-de-Desenvolvimento-Institucional-UFPR-2022-2026.pdf. Acesso em 20 de maio de 2023.

Anexo 1 – Despacho da Secretaria de Educação Superior acerca do curso de Bacharelado em Administração Pública

Art. 3º Tornar sem efeito os termos do Art. 5º da Deliberação nº 156, de 12 de maio de 2006, no que se refere à prorrogação do prazo de captação e revisão orçamentária do projeto "Escolhas".

Art. 4º - Prorrogar o prazo de captação e realizar a revisão orçamentária de acordo com a Instrução Normativa 42, de 30 de agosto de 2005 do projeto audiovisual relacionado abaixo, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos através da comercialização de Certificados de Investimento e da formalização de contratos de co-produção nos termos dos Arts. 1º e 3º da Lei nº 8.685/93.

040355 - Escolhas

Processo: 01580.015083/2004-52

Proponente: FR Saluki Produções Artísticas e Filmes Ltda

Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ

CNPJ: 07.027.722/0001-89

Valor total do orçamento aprovado: de R$ 3.058.314,00 para R$ 3.008.314,00

Valor Aprovado no Art. 1º da Lei nº 8.685/93: R$ 2.500.000,00

Banco: 001- Agência: 0598-3 Conta Corrente: 17.408-4

Valor Aprovado no Art. 3º da Lei nº 8.685/93: R$ 405.398,30 para R$ 355.398,30

Banco: 001- Agência: 0598-3 Conta Corrente: 17.409-2

Prazo de captação: de 01/01/2006 até 31/12/2006.

Art. 5º - Prorrogar o prazo de captação e realizar a revisão orçamentária de acordo com a Instrução Normativa 42, de 30 de agosto de 2005 do projeto audiovisual relacionado abaixo, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos através da comercialização de Certificados de Investimento nos termos do Art. 1º da Lei nº 8.685/93 e mediante doações ou patrocínios, na forma prevista nos Arts. 25 e 26 da Lei nº 8.313/91

023991 - Ângelo Espelho da Memória

Processo: 01400.005810/2002-82

Proponente: Comboio Produções Artísticas e Eventos Ltda

Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ

CNPJ: 01.206.414/0001-34

Valor total do orçamento aprovado: de R$ 5.370.782,30 para R$ 5.238.649,87

Valor Aprovado no Art. 1º da Lei nº 8.685/93: R$ 2.950.000,00 para R$ 2.817.867,57

Banco: 001- Agência: 0287-9 Conta Corrente: 16.089-x

Valor Aprovado na Lei nº 8.313/91: R$ 1.330.505,50

Banco: 001- Agência: 0287-9 Conta Corrente: 16.368-6

Prazo de captação: de 01/01/2006 até 31/12/2006.

Art. 6º - Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ FERNANDO NOEL DE SOUZA

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

PORTARIA Nº 198, DE 8 DE MAIO DE 2006

O PRESIDENTE DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 5.040, de 07 de abril de 2004 e tendo em vista o disposto na Portaria nº 354, de 22 de dezembro de 2004, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e item 14.4 do Edital nº 01, de 22 de junho de 2005, resolve:

Prorrogar o prazo de validade do Concurso Público destinado a selecionar candidatos para o provimento de cargos vagos de Analista e Técnico, do Quadro de Pessoal do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, até 22 de dezembro de 2006.

LUIZ FERNANDO DE ALMEIDA

Ministério da Educação

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

ATO Nº 857, DE 16 DE MAIO DE 2006

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais e, considerando o Aviso de Edital nº . 5/2006-CCS, publicado nos meios de comunicação escrita local - Jornal O DIA e Jornal DIÁRIO DO POVO, páginas 5 e 12, respectivamente, resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo para Professor Substituto, em regime de Tempo Parcial com 20 (vinte) horas semanais, na área de Pediatria, do Departamento de Materno-Infantil, do Centro de Ciências da Saúde, habilitando os candidatos: ELAINE BORGES FERRO, REGINA CÉLIA DE VASCONCELOS, ANA PAULA RODRIGUES MELO, ALBERTO DE ALMEIDA BURLAMAQUI DO RÊGO MONTEIRO, primeiro, segundo, terceiro e quarto colocados, respectivamente, e classificando para contratação os (03) três primeiros habilitados.

LUIZ DE SOUSA SANTOS JÚNIOR

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR
DEPARTAMENTO DE SUPERVISÃO DO ENSINO SUPERIOR

DESPACHOS DO DIRETOR

Em 15 de maio de 2006

O Diretor do Departamento de Supervisão do Ensino Superior, no uso de suas atribuições legais, decide:

Indeferir o pedido de autorização do curso de Engenharia, habilitação em Engenharia da Produção, bacharelado, formulado no Processo nº 23000.002940/2004-71, Registro SAPIEnS nº 20041000668, pela Sociedade Educacional Ideal Ltda., referente à Faculdade Ideal.

Indeferir o pedido de autorização do curso de Engenharia, habilitação em Engenharia da Computação, bacharelado, formulado no Processo nº 23000.002934/2004-13, Registro SAPIEnS nº 20041000655, pela Sociedade Educacional Ideal Ltda., referente à Faculdade Ideal.

Em 16 de maio de 2006

O Diretor do Departamento de Supervisão do Ensino Superior, no uso de suas atribuições legais, esclarece:

1. Tendo em vista o disposto na Resolução CNE/CES nº 4/2005, de 13 de julho de 2005, e publicado em 19 de julho de 2005, as Instituições de Educação Superior (IES), terão o prazo de dois anos, contados a partir da data de publicação da citada Resolução, para adaptarem os projetos pedagógicos dos cursos de Administração às novas Diretrizes Curriculares.

2. As IES que possuem curso de Administração com uma ou mais habilitações, deverão elaborar novo projeto pedagógico único, podendo contemplar o conteúdo curricular que vinha sendo oferecido nas extintas habilitações, em Linhas de Formação Específicas. As Linhas de Formação, quando existirem, não poderão ser extensão do nome do curso, cuja denominação passará a ser, exclusivamente, Bacharelado em Administração. Fica permitida a exceção para o curso de Administração Pública, fundamentada na própria origem dos cursos de Administração no Brasil, e, ainda, acompanhando o entendimento do Parecer SESu/MEC nº 307, de 8 de julho de 1966.

3. O diploma expedido deverá contemplar apenas a denominação "Bacharel em Administração" ou "Bacharel em Administração Pública".

4. Os processos de autorização de cursos de Administração deverão ser solicitados com projetos pedagógicos já adequados às novas Diretrizes Curriculares.

5. Os processos em trâmite, de autorização de novas habilitações do curso de Administração, protocolizados no Sistema SAPIEnS, a partir de 19 de julho de 2005 (data de publicação da Resolução CNE/CES nº 4/2005), solicitados por Instituições já credenciadas e que possuem cursos de Administração em funcionamento, serão arquivados.

6. As Instituições com pedidos de autorização de uma ou mais habilitações do curso de Administração, que já receberam visita de avaliação in loco, receberão comunicado da SESu para optarem pela adequação do projeto pedagógico às novas Diretrizes Curriculares. Se optarem pela adequação, o processo será novamente submetido à comissão de avaliação, que emitirá parecer sobre a adaptação do projeto pedagógico à Resolução CNE/CES nº 4/2005.

7. As IES que possuem habilitações reconhecidas mediante atos distintos deverão formular novo projeto pedagógico único, podendo nele estabelecer as Linhas de Formação Específicas, de acordo com a Resolução CNE/CES nº 04/2005, preservando o direito dos estudantes que ingressaram antes do novo projeto e respeitando o número total de vagas originalmente autorizadas. O novo projeto deverá ser aprovado pelo Colegiado Superior da Instituição, e a nova estrutura curricular, publicada no DOU.

MARIO PORTUGAL PEDERNEIRAS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

PORTARIA Nº 217, DE 12 DE MAIO DE 2006

A Reitora da Universidade Federal de Juiz de Fora no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto na Resolução nº 22/98, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e no Edital nº 014/2006, de 15/03/2006, publicado no DOU de 17/03/2006, retificado pelos Editais nº s 017/2006, de 23/03/2006, publicado no DOU de 24/03/2006 e 022/2006, de 11/04/2006, publicado no DOU de 12/04/2006, bem assim o que consta do Processo nº 23071.002407/2006-37, resolve:

Homologar e tornar público o resultado do Concurso Público para provimento do cargo de Professor Adjunto, para o Departamento de Química, em regime de trabalho de dedicação exclusiva, considerando aprovadas para a área de atuação "Físico-Química", as seguintes candidatas:

a - Renata Diniz, nota final 8,35 - 1 lugar

b - Geórgia Maria Amaral Junqueira, nota final 7,62 - .2º lugar

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA MARGARIDA MARTINS SALOMÃO

PORTARIA Nº 218, DE 15 DE MAIO DE 2006

A Reitora da Universidade Federal de Juiz de Fora no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto na Resolução nº 22/98, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e no Edital nº 014/2006, de 15/03/2006, publicado no DOU de 17/03/2006, retificado pelos Editais nº s 017/2006, de 23/03/2006, publicado no DOU de 24/03/2006 e 022/2006, de 11/04/2006, publicado no DOU de 12/04/2006, bem assim o que consta do Processo nº 23071.002481/2006-53, resolve:

Homologar e tornar público que não houve candidatos aprovados no Concurso Público para provimento do cargo de Professor Adjunto, para o Departamento de Engenharia de Produção, em regime de trabalho de dedicação exclusiva, para o conjunto de disciplinas "Programação e Controle da Produção e Gestão Ambiental".

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA MARGARIDA MARTINS SALOMÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

PORTARIA Nº 800, DE 15 DE MAIO DE 2006

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições conferidas pelo art. 33 do Estatuto da Universidade, com fundamento nos arts. 66; 69; 77; 78, I, II, III e IV; 79, I; 80, III e IV da Lei nº . 8666/93 e no processo nº . 23076.009899/2005-61, resolve:

Rescindir unilateralmente, com data de 15 de agosto de 2005, por infração aos arts. 66; 69; 77; 78, I, II, III e IV; 79, I; 80, III e IV da Lei nº . 8666/93 o contrato de prestação de serviços de manutenção técnica, preventiva e corretiva dos elevadores do HC nº . 08/2005, celebrado em 03 de março de 2005 com a Elevadores Master LTDA., CNPJ 24.134.488/0001-08.

AMARO HENRIQUE PESSOA LINS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO DE POTENCIALIZAÇÃO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 307, DE 16 DE MAIO DE 2006

A Diretora do Departamento de Desenvolvimento de Potencialização de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.011595/2006-85 resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado do Departamento de Enfermagem - NFR, instituído pelo Edital nº 030/DDPP/2006, de 02 de maio de 2006.

Campo de Conhecimento: Atenção Básica de Saúde

Regime de Trabalho: 20 (vinte) horas semanais

Nº de Vagas: 01 (uma)

Classificação	Média Final
1. Mariana Vieira	9,5
2. Artur Henrique Leimann	9,25
3. Francini da Costa	8,0
4. Lysiane de Medeiros	7,25

CARLA CRISTINA DUTRA BÜRIGO

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 283/DDPP/2006, de 11 de maio de 2006, publicado no Diário Oficial da União nº 91, Seção 1 de 15 de maio de 2006, Processo 23080.010830/2006-00, onde se lê "...: Departamento de Língua e Literatura Alemã", leia-se: "...Departamento de Língua e Literatura Estrangeira - LLE/CCE".

Anexo 2 – Sugestão de Fluxo de Disciplinas

1º MÓDULO 330 h/a	2º MÓDULO 330 h/a	3º MÓDULO 330 h/a	4º MÓDULO 330 h/a	5º MÓDULO 330 h/a	6º MÓDULO 300 h/a	7º MÓDULO 300 h/a	8º MÓDULO 570 h/a
Filosofia, Ética	Ciência Política	Teorias da Adm Pública	Teorias das Finanças Públicas	Planejamento e Programação na Adm Publica	Orçamento Público	Auditoria e Controladoria	Políticas Públicas e Sociedade
Teorias da Administração I	Teorias da Administração II	Sociologia Organizacional	Organização, Processos e Tomada Decisão	Gestão de Pessoas no Setor Público	Administração Estratégica	Negociação e Arbitragem	Gestão Ambiental e Sustentabilidade
Introdução à Economia	Macroeconomia	Economia Brasileira	SIC no Setor Público	Gestão de Operações e Logística I	Gestão de Operações e Logística II	Tecnologia e Inovação	Relações Internacionais
Psicologia Organizacional	Contabilidade Geral	Contabilidade Pública	Estatística Aplicada à Administração	Matemática Financeira e Análise de Investimento	Elaboração e Gestão de Projetos	Fundamentos de Marketing	Marketing Público
Metodologia de Estudo e de Pesquisa em Adm.	Matemática para Administradores	Instituições de Direito Público e Privado	Direito Administrativo	Legislação Tributária e Comercial	Gestão de Redes de Cooperação na Esfera Pública	Gestão da Regulação	
Seminário Integrador	Seminário Temático I	Seminário Temático II	Seminário Temático III	Seminário Temático I na LFE I/ LFE II/ LFE III	Seminário Temático II na LFE I/ LFE II/ LFE III	Seminário Temático III na LFE I/ LFE II/ LFE III	Seminário Temático IV na LFE I/ LFE II/ LFE III
							Estágio Curricular Supervisionado

	Disciplinas optativa (60h)	
Informática para Administradores	Redação Oficial	Libras

Atividades complementares desenvolvidas ao longo do curso – 120 horas

Anexo 3 – Regulamento Atividades Formativas Complementares

CAPÍTULO I
DA DEFINIÇÃO E VALIDAÇÃO

Art. 1º. As Atividades Formativas são atividades complementares em relação ao eixo fundamental do currículo do curso, visam o enriquecimento da formação acadêmico-profissional dos alunos e são regulamentadas pelas Resoluções 70/04 e 21/18 CEPE/UFPR.

Art. 2º. As Atividades Formativas visam o enriquecimento da formação acadêmico profissional dos discentes, devendo contemplar a articulação entre o ensino, pesquisa e extensão e assegurando seu caráter interdisciplinar em relação às diversas áreas do conhecimento, respeitando o perfil do egresso e as competências previstas no Projeto Pedagógico do Curso de Administração Pública (2023).

Art. 3º. As Atividades Formativas devem ser realizadas no decorrer do curso de graduação e serão validadas mediante avaliação da Comissão de Atividades Formativas designada pelo Colegiado de Curso.

Art. 4º. As Atividades Formativas validadas pela Comissão de Atividades formativas farão parte do histórico escolar do aluno.

Art. 5º. As atividades formativas complementares integram o currículo pleno do curso de graduação, constituindo-se em elemento indispensável para obtenção do grau correspondente, conforme aponta a legislação vigente, abrangendo a carga mínima de 300 horas, conforme estabelecido no PPC do Curso de Administração Pública (2023).

CAPÍTULO II
DAS ATIVIDADES FORMATIVAS COMPLEMENTARES

Art. 6º. Para compor as 300 horas exigidas pela matriz curricular, podem ser reconhecidas atividades presenciais ou à distância conforme apresentadas na Tabela 1.

Tabela 1: Atividades Formativas e Documentos Comprobatórios por Categoria

Categoria	Atividades formativas	Documentos comprobatórios
1	Frequência e aprovação em disciplinas cursadas em áreas afins na Universidade Federal do Paraná	Histórico escolar ou outra documentação comprobatória da aprovação em disciplina realizada em outro curso da UFPR ou de outra universidade, desde que a disciplina tenha sido iniciada e concluída após o ingresso do estudante no curso de Administração Pública da UFPR Formulário de justificativa da aderência da disciplina com a formação de administrador (ANEXO 2 deste regimento).
2	Participação em estágio não obrigatório conforme regimento do curso de Administração Pública UFPR	Termo de compromisso e termo de rescisão Relatório final assinado pela coordenação de curso, professor orientador e supervisor na empresa
3	Participação em Programa de Iniciação à Docência no DAGA (Monitoria)	Certificado de Monitoria emitido pela instância competente da UFPR, incluindo o período de realização e a carga horária cumprida
4	Participação em Programa de Iniciação Científica (PIBIc), em atividades de pesquisa, ou em grupos de pesquisa da UFPR	Certificado emitido pela instância competente da UFPR ou declaração emitida pelo professor orientador ou pelo coordenador de grupo de pesquisa, incluindo o período de realização e a carga horária cumprida
5	Participação em eventos e cursos de extensão que não tenham sido computados/considerados para a carga horária de curricularização da extensão	Certificado emitido pela instância competente promotora do evento/curso, incluindo o período de realização e a carga horária cumprida
6	Participação em cursos de idiomas	Certificado/comprovante emitido pela organização/escola ofertante e certificadora do curso, incluindo o período de realização e a carga horária cumprida
7	Participação em seminários, jornadas, congressos, eventos científicos, cursos e atividades afins (presenciais ou à distância)	Certificado emitido pela organização do evento, incluindo o período de realização e a carga horária cumprida
8	Participação em Programa Especial de Treinamento (PET)	Certificado/comprovante emitido pela instância competente da UFPR, incluindo o período de realização e a carga horária cumprida
9	Participação em programas de voluntariado	Certificado emitido pela organização na qual realizou a atividade voluntária, incluindo o período de realização e a carga horária cumprida
10	Participação em programas e projetos institucionais da UFPR	Certificado emitido pelo órgão que coordena a atividade na UFPR ou declaração emitida pelo professor orientador, incluindo o período de realização e a carga horária cumprida
11	Composição do quadro de membros de entidades estudantis reconhecidas pela UFPR; desenvolvimento de atividades de representação acadêmica	Certificação emitida pela instituição, com definição de período de participação, carga horária cumprida, atividades realizadas e assinatura da presidência da entidade estudantil
12	Participação em projetos de instituições estudantis externas à UFPR	Certificação emitida pela instituição, com definição de período de participação, carga horária cumprida, atividades realizadas e assinatura do responsável pela chefia/supervisão das atividades

CAPÍTULO III
DAS ATRIBUIÇÕES DA COMISSÃO DE ATIVIDADES FORMATIVAS

Art. 7º. A Comissão de Atividades Formativas será composta por no mínimo 3 (três) membros indicados pelo Colegiado de Curso de Administração Pública, com mandato de dois anos, permitida uma recondução.

Art. 8º. A portaria de designação da Comissão de Atividades Formativas será emitida e assinada pela Coordenação do Curso de Administração Pública.

Art. 9º. A Comissão de Atividades Formativas do Curso de Administração Pública ficará responsável pela validação das atividades dentro das normas contidas neste Regulamento.

CAPÍTULO IV
DAS ROTINAS ADMINISTRATIVAS DE ENVIO E VALIDAÇÃO DE ATIVIDADES FORMATIVAS

Art. 10º. Cabe ao discente preencher o formulário do ANEXO 1 e enviar para a secretaria da Coordenação do Curso de Administração Pública (ead.adm.ufpr@ufpr.br) juntamente com os documentos comprobatórios descritos na Tabela 1.

§ 1º - Os anexos e os documentos comprobatórios das Atividades Formativas devem ser enviados preferencialmente em formato pdf.

§ 2º - Para as atividades formativas das categorias 1, 4, 5, 7, 8, 9, 10 e 12, deve ser preenchido e anexado o formulário do ANEXO 2, com a devida justificativa da aderência da atividade à formação do administrador, conforme as competências e perfil do egresso previstas no PPC (2023) do curso de Administração Pública.

Art. 11º. Cabe à secretaria da Coordenação do Curso de Administração Pública criar um processo SEI a partir da documentação enviada pelo discente e ao Coordenador do Coordenação do Curso de Administração Pública encaminhar o processo SEI à Comissão de Atividades Formativas do Curso de Administração Pública.

Art. 12º. Cabe à Comissão de Atividades Formativas do Curso de Administração Pública devolver o processo SEI à secretaria da Coordenação do Curso de Administração Pública com despacho decisório a respeito da validação ou não das atividades formativas solicitadas.

Art. 13º. Cabe à Comissão de Atividades Formativas do Curso de Administração Pública devolver o processo SEI à secretaria da Coordenação do Curso de Administração Pública com despacho decisório a respeito da validação ou não das atividades formativas solicitadas.

Art. 14º. Cabe à secretaria da Coordenação do Curso de Administração Pública lançar as Atividades Formativas validadas pela Comissão de Atividades Formativas do Curso de Administração Pública no histórico escolar do discente.

CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 15º. Os casos omissos no presente Regulamento serão analisados pela Comissão de Atividades Formativas do Curso de Administração Pública e, persistindo a dúvida, pelo Colegiado de Curso e demais instâncias recursais.

ANEXO 1: FORMULÁRIO PARA SOLICITAÇÃO DE CRÉDITOS PARA ATIVIDADES FORMATIVAS CURRICULARES DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Eu, _____, aluno(a) do Curso de Administração Pública da UFPR sob a matrícula GRR _____ solicito os créditos referentes a Atividades Formativas.

Marque um X na(s) categoria (s)	**Categoria**	**Atividades formativas**	**PREENCHER CARGA HORÁRIA CUMPRIDA (EM HORAS):**
	1	Frequência e aprovação em disciplinas cursadas em áreas afins na Universidade Federal do Paraná	
	2	Participação em estágio não obrigatório conforme regimento do curso de Administração Pública UFPR	
	3	Participação em Programa de Iniciação à Docência no DAGA (Monitoria)	
	4	Participação em Programa de Iniciação Científica (PIBIc), em atividades de pesquisa, ou em grupos de pesquisa da UFPR	
	5	Participação em eventos e cursos de extensão que não tenham sido computados/considerados para a carga horária de curricularização da extensão	
	6	Participação em cursos de idiomas	
	7	Participação em seminários, jornadas, congressos, eventos científicos, cursos e atividades afins (presenciais ou à distância)	
	8	Participação em Programa Especial de Treinamento (PET)	
	9	Participação em programas de voluntariado	
	10	Participação em programas e projetos institucionais da UFPR	
	11	Composição do quadro de membros de entidades estudantis reconhecidas pela UFPR; desenvolvimento de atividades de representação acadêmica	
	12	Participação em projetos de instituições estudantis externas à UFPR	

Declaro que todas as informações apresentadas de que participei das atividades descritas são verdadeiras, assim como os documentos comprobatórios anexados são fidedignos, assumindo toda e qualquer responsabilidade por estas informações.

_____

ASSINATURA DO(A) ALUNO(A)

ANEXO 2: FORMULÁRIO PARA JUSTIFICATIVA DA ADERÊNCIA DA ATIVIDADE À FORMAÇÃO DO ADMINISTRADOR

Eu, _____, aluno(a) do Curso de Administração Pública da UFPR sob a matrícula GRR _____ declaro que a atividade formativa realizada na CATEGORIA (especifique se 1, 4, 5, 7, 8, 9, 10 ou 12): _____ da tabela 1 do REGULAMENTO DAS ATIVIDADES FORMATIVAS COMPLEMENTARES DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA tem aderência à atividade à formação do administrador, conforme a justificativa a seguir:

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

_____

ASSINATURA DO(A) ALUNO(A)

Anexo 4 – Regulamento de Estágio

O Colegiado do Curso de Administração Pública, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 50 do Estatuto da Universidade Federal do Paraná, considerando:

8. A Lei federal nº 11.788/ 2008 - que define os parâmetros gerais dos estágios, e dispõe sobre as responsabilidades das partes envolvidas.
9. A Resolução nº 70/04-CEPE (publicada em 13/07/2004) - que dispõe sobre as Atividades Formativas na flexibilização dos currículos dos cursos de graduação e de ensino profissionalizante da UFPR.
10. A Resolução nº 46/10-CEPE - que dispõe sobre os estágios na UFPR.
11. A Instrução Normativa 01/12-CEPE - que normatiza os estágios curriculares não obrigatórios previstos na Resolução nº 46/10-CEPE.
12. A Instrução Normativa 02/12-CEPE - que normatiza os estágios previstos na Resolução nº 46/10, realizados no exterior.
13. A Instrução Normativa 01/13-CEPE - que normatiza os estágios previstos na Resolução 46/10-CEPE, realizados no âmbito da UFPR.
14. O Projeto Pedagógico do Curso de Administração Pública da UFPR.

RESOLVE:

Capítulo I - DA NATUREZA

Art. 1º. O Projeto Pedagógico do Curso de Administração Pública do Setor de Ciências Sociais e Aplicadas da UFPR prevê a realização de estágio nas modalidades de estágio obrigatório e de estágio não obrigatório, em conformidade com as diretrizes curriculares - Resolução CNE/CES nº 5 de 14 de outubro de 2021, Lei nº 11.788/2008, Resolução nº 70/04-CEPE, Resolução nº 46/10-CEPE e Instruções Normativas decorrentes e serão desenvolvidos conforme o estabelecido no presente Regulamento.

Art. 2º. O estágio, conceituado como elemento curricular de caráter formador e como ato educativo supervisionado previsto para o Curso de Administração Pública, deve estar em consonância com a definição do perfil do profissional egresso, bem como com os objetivos para a sua formação propostos no Projeto Pedagógico do Curso.

Capítulo II - DO OBJETIVO

Art. 3º. O objetivo das duas modalidades de estágio previstas no Art. 1º é viabilizar ao aluno o aprimoramento técnico-científico na formação profissional de Administração, mediante análise e solução de problemas concretos em condições reais de trabalho, por intermédio de situações relacionadas à natureza e à especificidade do curso e da aplicação dos conhecimentos teóricos e práticos adquiridos nas diversas disciplinas previstas no Projeto Pedagógico do Curso.

§ 1º No âmbito do Estágio Supervisionado Extensionista, amplia-se o objetivo da disciplina para incorporar a concepção, as diretrizes e os princípios previstos na RESOLUÇÃO Nº 7, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018 do MEC/CNE, incluindo o propósito de viabilizar ao aluno formação ética e cidadã por meio do contato com questões complexas contemporâneas do contexto social nas quais se aplicam os conhecimentos da administração na busca por mudanças e soluções capazes de promover o desenvolvimento social, equitativo e sustentável da realidade.

Capítulo III - DOS CAMPOS DE ESTÁGIO

Art. 4º. Constituem campos de estágio as entidades de direito público e privado, instituições de ensino, profissionais liberais, a comunidade em geral e as unidades internas da UFPR que apresentem as condições estabelecidas nos artigos 4º e 5º da Resolução nº 46/10-CEPE, denominadas a seguir como Concedentes de Estágio.

Art. 5º. Ao ofertar vagas de estágio, as Concedentes de Estágio, bem como os agentes de integração conveniados com a UFPR, devem respeitar as normas institucionais e as previstas no presente Regulamento.

§1° - No âmbito do Estágio Supervisionado Extensionista, as Concedentes de Estágio, bem como os agentes de integração conveniados com a UFPR, serão informadas pela COE a respeito da realização concomitante das atividades de estágio e de extensão no local de estágio.

Capítulo IV - DAS PRINCIPAIS DISTINÇÕES E REGRAS COMUNS AO ESTÁGIO OBRIGATÓRIO E NÃO-OBRIGATÓRIO

Art. 6º. O estágio obrigatório é uma disciplina prevista na grade curricular do curso de Administração Pública, indispensável à sua integralização, e com carga horária dimensionada de 300 horas.

Art. 7º. O estágio não-obrigatório é uma atividade de caráter opcional.

Art. 8º. Independentemente da modalidade, as atividades relativas ao estágio, em função da legislação vigente, em hipótese alguma devem sobrepor as atividades acadêmicas. Entende-se por horário de atividades acadêmicas o turno de registro do estudante, independentemente da grade horária letiva individual do discente no momento do início do contrato de estágio.

Art. 9º. - As atividades de estágio não configuram vínculo empregatício desde que atendidos os requisitos previstos na Lei 11.788/2008 ou em regulamentações que venham a substituí-la.

Art. 10º. É vedada a realização de estágios simultâneos.

Art. 11º. A previsão do término do estágio do aluno provável formando (ano/semestre) deverá coincidir com a data do período de consolidação das turmas (período de digitação de notas e frequências) definido no calendário acadêmico da UFPR.

Parágrafo único. Não será autorizado estágio não obrigatório para aluno que tenha integralizado o currículo.

Art. 12º. - Organizam as atividades de estágio no curso de Administração Pública da UFPR as seguintes instâncias:

1. UE – Unidade de Estágios, cujas atribuições e responsabilidades estão descritas na Resolução nº 46/10-CEPE.
2. DAGA - Departamento de Administração Geral e Aplicada.
3. Coordenação e Colegiado do Curso de Administração Pública.
4. COE - Comissão Orientadora de Estágio do curso de Administração Pública.
5. Secretaria do Curso de Administração Pública.

Capítulo V - DO DAGA - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E APLICADA

Art. 13º. Cabe ao DAGA indicar os representantes da COE, bem como definir a carga horária da orientação dos estágios atribuída aos docentes, a qual deve ser aprovada pelo Colegiado de Curso e comunicada à Comissão Orientadora de Estágios (COE).

§ 1º Para efeito de atribuição de carga horária docente, considerar-se-á a totalidade da carga horária da disciplina de estágio no caso da orientação direta, 10% (dez por cento) da carga horária da disciplina de estágio para a orientação semidireta e 5% (cinco por cento) da carga horária da disciplina de estágio para a orientação indireta.

Capítulo VI - DA COORDENAÇÃO E DO COLEGIADO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Art. 14º. Cabe à Coordenação do Curso de Administração Pública supervisionar as atividades da secretaria quanto à execução dos procedimentos de estágio e presidir Colegiado do Curso e COE nas questões relacionadas ao estágio.

Art. 15º. Cabe ao Colegiado o Curso de Administração Pública acompanhar a execução e avaliação das atividades de estágio por meio de representante da COE, com o propósito de aperfeiçoar os procedimentos de estágio e o currículo do curso.

Parágrafo único. A avaliação dos estágios deve prover informações e dados para a realimentação do currículo do curso, tendo por enfoque a busca de mecanismos e meios de aprimorar a qualidade do ensino.

Capítulo VII - DA COMISSÃO ORIENTADORA DE ESTÁGIO - COE

Art. 16º. A COE do Curso de Administração Pública será composta pelo Coordenador do Curso e/ou o Vice-Coordenador e dois ou mais professores que compõe o Colegiado de Curso, com a seguinte competência:

1. Definir os critérios mínimos exigidos para o aceite de estágios não obrigatórios e os realizados no exterior, em conformidade com a Instrução Normativa nº 01/12-CEPE e a Instrução Normativa nº 02/12-CEPE, respectivamente.
2. Planejar, controlar e avaliar os estágios não obrigatórios realizados, mantendo o fluxo de informações relativas ao acompanhamento e desenvolvimento dos estágios em processo, bem como assegurar a socialização de informações junto à Coordenação do Curso.
3. Analisar a documentação e a solicitação do estágio frente à natureza do Curso de Administração Pública e às normas emanadas do presente Regulamento.
4. Compatibilizar as ações previstas no Plano de Atividades do Estágio, quando necessário.
5. Convocar reuniões com os professores orientadores e alunos estagiários sempre que se fizer necessário, visando a qualidade do acompanhamento e soluções de problemas ou conflitos.
6. Socializar sistematicamente junto ao corpo discente as normas institucionais e orientações contidas no presente Regulamento.

Art. 17º. A COE do curso de Administração Pública será constituída por no mínimo 2 (dois) professores do curso e atuará sob a presidência da coordenação do curso.

§1° - Os mandatos dos membros da COE serão de até 2 (dois) anos.

§2° - Pelo menos a cada 2 anos haverá rodízio dos membros da COE entre os docentes do curso.

§3° - Os membros da COE não poderão participar simultaneamente do Colegiado do curso, por tratar-se de instância recursal das decisões relacionadas a estágios.

Capítulo VIII - DO ACOMPANHAMENTO, ORIENTAÇÃO E SUPERVISÃO

Art. 18º. Em conformidade com a Resolução nº 46/10-CEPE, todos os estágios devem ser acompanhados e orientados por um professor vinculado ao Curso de Administração Pública e por profissional da área (ou de área afim) da Concedente do Estágio, seja na modalidade de obrigatório ou não obrigatório.

Art. 19º. A orientação de estágio deve ser entendida como assessoria dada por docente da UFPR ao aluno, no decorrer de sua prática profissional e de forma a proporcionar o pleno desempenho de ações, princípios e valores inerentes à realidade da profissão de Administrador.

Art. 20º. A orientação do estágio em conformidade com a normatização interna será pelo professor orientador na modalidade indireta, por meio de acompanhamento, relatórios, reuniões e/ou visitas ocasionais à Concedente do Estágio, onde se realizarão contatos e reuniões com o profissional supervisor.

Art. 21º. A supervisão do estágio será de responsabilidade do profissional da área na Concedente do Estágio, o qual deverá acompanhar o estagiário no desenvolvimento do seu plano de atividades.

Capítulo IX - DO ESTÁGIO OBRIGATÓRIO E ESTÁGIO OBRIGATÓRIO EXTENSIONISTA

Art. 22º. O aluno do Curso de Administração Pública deverá realizar estágio obrigatório com carga horária de 300 horas, mediante matrícula na(s) disciplina(s) de Estágio Supervisionado ou Estágio Supervisionado Extensionista, para fins de integralização curricular.

§1° - A matrícula em estágio obrigatório só poderá ser realizada após aprovação do discente em todas as disciplinas do 1º período do curso.

§2° - No caso do Estágio Supervisionado Extensionista no curso de Administração Pública, de acordo com a INSTRUÇÃO NORMATIVA PROGRAD/PROEC N° 001/2022, em seu artigo 18, para que a carga horária de ACE II seja integralizada no estágio obrigatório, o curso deverá atender as seguintes condições:

1. Observar as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) do curso e a legislação vigente, argumentando-se sobre as interfaces entre o estágio obrigatório e a extensão universitária;
2. Respeitar a carga horária mínima de Estágio Obrigatório definida nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN). Recomenda-se que não ocorra aproveitamento simultâneo de carga horária do componente curricular Estágio Obrigatório e do componente curricular da Extensão. A carga horária superior à mínima definida nas DCNs, para o componente curricular Estágio Obrigatório, poderá ser utilizada como componente curricular da Extensão;
3. Incorporar no regulamento de estágio a articulação das atividades de estágio e de extensão, conforme disposto no Art. 2º da Lei Nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 e no Art. 5º da Resolução 86/20-CEPE;
4. Estar vinculado a um projeto ou programa de extensão;
5. Incluir campo de estágio obrigatório que possibilite o desenvolvimento de atividades que atendam os princípios da extensão;
6. Estabelecer atividades extensionistas que prevejam interação com outros públicos, para além do Supervisor no campo do estágio;
7. Apresentar o Plano de Atividades do estágio articulado com o Plano de trabalho das atividades de extensão.

§3° - Conforme prevê a INSTRUÇÃO NORMATIVA PROGRAD/PROEC N° 001/2022, em seu artigo 19, o Estágio Supervisionado Extensionista no curso de Administração Pública apresenta as seguintes características:

1. As atividades do estágio para a formação profissional do(a) estudante se articulam com os princípios e diretrizes da extensão universitária por meio do alinhamento entre o Plano de Atividades do estágio e do Plano de trabalho das atividades de extensão. Ou seja, as atividades de estágio supervisionado extensionista devem estar subordinadas -em termos de público-alvo, conteúdo e abrangência - às atividades previstas pelo projeto ou programa de extensão ao qual esteja vinculado.
2. A carga horária do estágio supervisionado e a carga horária de extensão serão realizadas em conjunto, distinguindo-se por meio da entrega de planos e relatórios finais distintos para cada uma das modalidades, a saber: (i) Plano de atividades de Estágio; (ii) Plano de Trabalho das atividades de Extensão; (iii) Relatório Final de Estágio e (iv) Relatório Final de Extensão.
3. O Plano de atividades e o Relatório Final de Estágio devem compreender e descrever objetivos, atividades e resultados alinhados ao curso. Trata-se, portanto, do conjunto de atividades relacionadas aos conhecimentos teóricos e práticos da formação profissional do administrador público.
4. O Plano de atividades e o Relatório Final de Extensão devem compreender e descrever objetivos, atividades e resultados alinhados ao programa ou projeto de extensão ao qual o estágio estará vinculado. Trata-se, portanto, do conjunto de atividades relacionadas aos princípios extensionistas: *interação dialógica; interdisciplinaridade e interprofissionalidade; indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; impacto na formação do estudante; e impacto e transformação social. Especificamente, deve atender aos objetivos na RESOLUÇÃO 57/19 – CEPE/UFPR, buscando demonstrar de que forma o desenvolvimento do Estágio Supervisionado Extensionista (i) integra efetivamente o conhecimento da administração com as demandas sociais, (ii) contribui para a formação cidadã, crítica, política e responsável do estudante, (iii) promove o diálogo construtivo e transformador com a comunidade externa, (iv) promove o desenvolvimento* o *desenvolvimento regional, econômico, social e cultural que expressa o compromisso social da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e/ou (v) contribui para o aperfeiçoamento, a reformulação e a implementação de concepções e práticas curriculares da UFPR para a sistematização do conhecimento produzido.*
5. A avaliação do Estágio Supervisionado Extensionista deve considerar a qualidade das contribuições (i) das atividades de estágio de natureza técnico-profissional, (ii) das atividades de extensão alinhadas às atividades de estágio e (iii) o alinhamento entre as atividades de natureza técnico-profissional e as atividades de natureza extensionista.

Art. 23º. Os períodos para matrícula e o cronograma da disciplina de estágio obrigatório serão divulgados pela COE na página do Espaço Geral do Curso no UFPRVirtual.

Parágrafo único - É de responsabilidade do aluno ler periodicamente os editais e avisos na página de estágios do curso, de forma a conferir os prazos.

Art. 24º. A solicitação da matrícula será feita por preenchimento do formulário disponível em edital de estágio obrigatório na página de estágios do website do curso, no qual deve ser indicada a área de estágio (conforme o §1° do **Art. 17º** deste regimento) e anexados os documentos obrigatórios, conforme a definição a seguir:

1. **Para aluno em condição de estágio não-obrigatório no momento da matrícula em estágio obrigatório:** Uma via do Termo de Compromisso ou Termo Aditivo firmado entre o aluno, a organização e o agente de integração devidamente assinada por todas as instâncias e com no mínimo 300h de atividades de estágio previstas entre a data de protocolo e final do período letivo ao qual se refere a disciplina de estágio supervisionado.
2. **Para aluno-funcionário de organização privada:** fotocópia da carteira de trabalho com identificação do aluno e identificação da contratante; carta de autorização da chefia imediata, devidamente assinada e carimbada ou assinada digitalmente, concordando com a realização do estágio e indicando o supervisor na organização.
3. **Para aluno funcionário público:** fotocópia de documento que comprove a condição de funcionário público e carta de autorização da chefia imediata, devidamente assinada e carimbada ou assinada digitalmente, concordando com a realização do estágio e indicando o supervisor na organização.
4. **Para aluno proprietário ou sócio de empresa:** fotocópia da via do contrato social da empresa, indicando sua condição.
5. **Para aluno microempreendedor individual:** fotocópia de documento que comprove a condição.
6. **Para aluno em condição de trabalho voluntário em organização não-governamental**: carta da organização autorizando a realização do estágio e indicando o supervisor na organização.

§1° - O aluno que não estiver com a documentação completa no prazo definido em edital ficará impossibilitado de realizar a matrícula e o estágio obrigatório.

§2º - É de responsabilidade do aluno escolher a área coerente com o projeto de estágio que será desenvolvido. Após a definição dos professores orientadores não é mais possível trocar a área.

Art. 25º. A COE analisará a documentação dos alunos e divulgará em edital - para os estudantes com documentação completa a designação dos professores orientadores para os pedidos deferidos, levando em consideração as áreas escolhidas pelos alunos.

§1° - Para os pedidos indeferidos, a COE informará em edital os motivos de indeferimento e o prazo recursal.

§2° - A designação dos orientadores levará em consideração a carga de trabalho atual de cada professor, conforme estabelecido no Art. 13º deste regimento.

Art. 26º. O aluno pode solicitar cancelamento da disciplina respeitadas as regras e o período definido pelo calendário acadêmico da UFPR.

Art. 27º. O aluno desenvolverá, no período letivo da disciplina, um projeto, um relatório parcial e um relatório final a serem entregues nos períodos especificados pela COE em edital.

§1° - Os relatórios devem seguir padrão de formatação conforme modelo disponibilizado na página de estágio do website do curso de Administração Pública.

Art. 28º. O acompanhamento das etapas desenvolvidas será feito pela participação do aluno e do orientador na plataforma escolhida como padrão pelo DAGA, conforme divulgação no edital de estágio obrigatório.

Parágrafo único - o aluno deverá entregar pela plataforma todas as etapas do trabalho desenvolvidas durante a disciplina.

Art. 29º. No edital serão definidos períodos para 3 (três) encontros entre o aluno e professor orientador.

§1° - Pode-se, de comum acordo, serem realizados quantos encontros forem necessários entre o aluno e o professor orientador durante o período de desenvolvimento da disciplina.

§2° - O aluno que não comparecer a pelo menos 2 (dois) dos 3 (três) encontros previstos no edital de estágio obrigatório será considerado reprovado por nota na disciplina. Entende-se que essa proporção de faltas nas orientações caracteriza trabalho realizado sem supervisão do professor orientador.

Art. 30º. As 300 horas do estágio obrigatório devem ser cumpridas, integralmente, em uma mesma organização. Em caso de rescisão ou término do vínculo que caracterizou o início do estágio obrigatório o aluno fica impossibilitado de continuar a desenvolver o projeto e será considerado reprovado.

§ 1° - A frequência de 300 horas no estágio obrigatório é atribuída de acordo com a carga horária prevista no termo de estágio e considerado o período de realização da disciplina.

Art. 31º. O aluno deverá, ao final do período letivo e na data de submissão do relatório final, entregar formulário de avaliação preenchido, assinado e carimbado ou assinado digitalmente, conforme modelo disponível na página de estágio do website do curso de Administração Pública e situação com a qual se matriculou no estágio obrigatório, a saber:

i) **Para aluno em condição de estágio não-obrigatório:** pelo supervisor do local de estágio;

ii) **Para aluno-funcionário de organização privada:** pelo supervisor do local de trabalho;

iii) **Para aluno funcionário público:** pelo supervisor do local de trabalho;

iv) **Para aluno proprietário ou sócio de empresa:** auto-avaliação quando único proprietário ou avaliação pelo sócio da empresa;

v) **Para aluno microempreendedor individual:** auto-avaliação;

vi) **Para aluno em trabalho voluntário em uma organização não-governamental:** pelo supervisor do local de trabalho.

Art. 32º. O aluno deverá, ao final do período letivo e na data de submissão do relatório final, entregar formulário de avaliação preenchido, assinado e carimbado ou assinado digitalmente, conforme modelo disponível na página de estágio do website do curso de Administração Pública e situação com a qual se matriculou no estágio obrigatório, a saber:

Art. 33º. O Professor Orientador emitirá avaliação final levando em consideração o desenvolvimento processual do trabalho e o resultado final do projeto.

Art. 34º. O aluno será reprovado na disciplina se:

1. Tiver desempenho insuficiente no trabalho desenvolvido durante o período da disciplina.
2. Deixar de cumprir as etapas de entrega do trabalho na plataforma.
3. Não comparecer a dois dos três encontros de orientação com o professor orientador, conforme previstos no edital de estágio obrigatório.

Art. 35º. O Professor Orientador publicará a nota no sistema de gestão acadêmica de acordo com as datas estipuladas no edital.

Art. 36º. Após a conclusão do semestre, a sala da plataforma utilizada durante o semestre será desativada.

Capítulo X - DAS ATRIBUIÇÕES DAS PARTES NO ESTÁGIO OBRIGATÓRIO

Art. 37º. São atribuições da COE:

1. Divulgar o edital de estágio obrigatório na página de estágios do website do curso, incluindo cronograma geral, link para formulário de inscrição, link para plataforma para envio dos documentos e modelos de documentos necessário à realização do estágio obrigatório.
2. Analisar a documentação de inscrição em estágio obrigatório, designar professores orientadores aos discentes cujas solicitações de inscrição forem deferidas e divulgar os editais de resultados de estágio obrigatório na página de estágios do website do curso.
3. Esclarecer dúvidas de discentes e docentes durante a realização do estágio obrigatório.

Art. 38º. São atribuições do Professor Orientador:

1. Realizar o acompanhamento do estágio obrigatório, conforme as regras deste regimento e de acordo com o cronograma estabelecido em edital;
2. Ao final do período letivo, atribuir nota e frequência ao discente no sistema de gerenciamento acadêmico;
3. Comunicar à COE a inobservância por parte do aluno dos deveres previstos no presente regulamento.

Art. 39º. São atribuições do Supervisor da Concedente:

1. No caso de novo contrato de estágio, elaborar e assinar o Plano de Atividades de Estágio em conjunto com o estagiário;

2. No caso de transformação de estágio não-obrigatório (em andamento) em estágio obrigatório, assinar o termo aditivo para o período de estágio obrigatório;
3. Acompanhar o desenvolvimento das atividades previstas;
4. Verificar a frequência e assiduidade do estagiário;
5. Proceder a avaliação do desempenho do estagiário, conforme modelo disponível no edital de estágio obrigatório da página de estágios do website do curso.

Art. 40º. São atribuições da Concedente do Estágio:

1. Manter infraestrutura material, física e de recursos humanos que garantam a formação profissional do estagiário.
2. Conceder vagas regulares para a realização de estágios.
3. Designar supervisor de estágio que reúna competências adequadas para a função.
4. Cumprir as demais normas e condições estabelecidas pela legislação vigente e pelas resoluções internas da UFPR.

Art. 41º. São atribuições do Aluno Estagiário:

1. No caso de novo contrato de estágio, elaborar e assinar o Plano de Atividades de Estágio em conjunto com o supervisor da Concedente;
2. No caso de transformação de estágio não-obrigatório (em andamento) em estágio obrigatório, providenciar o termo aditivo para o período de estágio obrigatório;
3. Realizar a inscrição e as atividades previstas no edital de estágio obrigatório.
4. Respeitar as normas internas da Concedente do Estágio e desempenhar suas atividades dentro da ética profissional.
5. Respeitar as normas de estágio do Curso de Administração Pública.

Art. 42º. São atribuições da Secretaria da Coordenação do Curso de Administração Pública:

1. No caso de novo contrato de estágio, realizar recepção, pré-conferência e protocolo dos documentos de estágio.
2. No caso de transformação de estágio não-obrigatório (em andamento) em estágio obrigatório, realizar recepção, pré-conferência e protocolo do termo aditivo.
3. Realizar a matrícula dos discentes cujas inscrições forem deferidas no edital de estágio obrigatório.

Capítulo XI - DO ESTÁGIO NÃO-OBRIGATÓRIO

Art. 43º. A modalidade de estágio não-obrigatório realizada por alunos do Curso de Administração Pública poderá ser reconhecida como atividade formativa complementar, conforme previsto no Projeto Pedagógico do Curso.

§ 1º. Não serão autorizados estágios para alunos que tenham integralizado o currículo.

Art. 44º. Para a realização de estágio não obrigatório em Administração o discente deverá estar regularmente matriculado no Curso de Administração Pública da UFPR.

Art. 45º. O estágio poderá ser remunerado, caracterizado como bolsa-auxílio, sem vínculo empregatício de acordo com a Lei N° 11.788, de 25 de setembro de 2008.

Art. 46 º. Para a formalização do estágio não obrigatório a Concedente do Estágio deverá providenciar o Termo de Compromisso de Estágio de acordo com a atual legislação de estágio e normas da UFPR.

Parágrafo Único. Os procedimentos e documentação para a formalização do estágio não obrigatório para os alunos do Curso de Administração Pública deverão seguir a ordem abaixo referida:

1. Preenchimento pelo discente do formulário de inscrição em estágio não-obrigatório disponível na página de estágios do website do curso;
2. Entrega pelo discente da documentação via e-mail para a Secretaria da Coordenação do Curso de Administração Pública, incluindo: formulário de inscrição em estágio não-obrigatório em pdf, Termo de Compromisso de Estágio e Plano de Atividades de Estágio devidamente preenchidos e assinados pelos responsáveis na Concedente do Estágio;
3. Conferência de documentos e criação de processo SEI, pela secretaria;
4. Encaminhamento do processo para análise e assinatura da COE e da Coordenação de Curso.
5. Encaminhamento do processo à Unidade de Estágios da PROGRAD para homologação e cadastramento.

Art. 47 º. - O Aluno deve protocolar os documentos relativos ao contrato de estágio para assinaturas com no mínimo 7 (sete) dias úteis de antecedência à data de início do estágio para que haja tempo hábil para coleta de assinaturas.

Art. 48º. A duração do estágio não obrigatório deverá ser de no mínimo um semestre letivo e no máximo dois anos, conforme legislação em vigor.

Art. 49º. O cumprimento das atividades de estágio será comprovado pela apresentação de relatórios semestrais.

§ 1º - Os relatórios poderão seguir o padrão indicado pela COAFE (Coordenação de Atividades Formativas e Estágios) da UFPR, disponível no link: http://200.17.193.102/tela_estagio_formularios/; também poderão ser utilizados os formulários dos órgãos integradores ou das Concedentes de Estágio.

Art. 50º. O aluno não poderá se inscrever em um novo estágio sem antes realizar todos os trâmites de encerramento do estágio atual/anterior.

Art. 51º. Após o término do estágio não obrigatório, o aluno poderá solicitar o respectivo certificado à Unidade de Estágios da PROGRAD, mediante apresentação de relatório e da ficha de avaliação aprovada pela COE do Curso.

Capítulo XII - DAS ATRIBUIÇÕES DAS PARTES NO ESTÁGIO OBRIGATÓRIO

Art. 52º. São atribuições da COE:

1. Analisar a documentação de inscrição e designar professores orientadores para acompanhamento discentes durante o estágio não-obrigatório.
2. Esclarecer dúvidas de discentes e docentes durante a realização do estágio não-obrigatório.
3. Analisar os relatórios de estágio não-obrigatório e fornecer subsídios ao aperfeiçoamento dos processos de estágio e do currículo do curso.

Art. 53º. São atribuições do Professor Orientador:

1. Realizar o acompanhamento do estágio não-obrigatório, conforme as regras deste regimento e de acordo com cronograma estabelecido em comum acordo com o estudante;
2. Avaliar relatórios parcial e final de estágio não-obrigatório;
3. Comunicar à COE a inobservância por parte do aluno, do supervisor da Concedente de Estágio ou da própria Concedente de Estágio dos deveres previstos no presente regulamento.

§ 1° - Para estágio não-obrigatório, em caso de afastamento do professor orientador das suas atividades na UFPR, outro professor da mesma área de conhecimento poderá assinar os documentos.

Art. 54º. São atribuições do Supervisor da Concedente:

1. Elaborar e assinar o Plano de Atividades de Estágio em conjunto com o estagiário;
2. Acompanhar o desenvolvimento das atividades previstas;
3. Verificar a frequência e assiduidade do estagiário;
4. Providenciar relatórios de avaliação parcial e final de estágio não-obrigatório, conforme modelo disponível na página de estágios do website do curso ou conforme modelo-padrão da Concedente de Estágio.

Art. 55º. São atribuições da Concedente do Estágio:

1. Manter infraestrutura material, física e de recursos humanos que garantam a formação profissional do estagiário.
2. Conceder vagas regulares para a realização de estágios.
3. Designar supervisor de estágio que reúna competências adequadas para a função.
4. Cumprir as demais normas e condições estabelecidas pela legislação vigente e pelas resoluções internas da UFPR.

Art. 56º. São atribuições do Aluno Estagiário:

1. No caso de novo contrato de estágio, elaborar e assinar o Plano de Atividades de Estágio em conjunto com o supervisor da Concedente;
2. Providenciar o contrato de estágio ou o termo aditivo para o período de estágio não-obrigatório;
3. Respeitar as normas internas da Concedente do Estágio e desempenhar suas atividades dentro da ética profissional.
4. Respeitar as normas de estágio do Curso de Administração Pública.

5. Atender às solicitações do professor orientador e do supervisor de estágio.
6. Comunicar a secretaria em caso de modificações ou alterações no termo de compromisso, desligamento ou encerramento de contrato.
7. Comunicar à COE a exigência de práticas e atividades de estágio não compatíveis com a Lei nº 11.788/ 2008 por parte da empresa concedente.

§ 1° - O aluno deverá encaminhar via e-mail para a secretaria da graduação do curso comunicação a respeito de qualquer mudança relacionada ao estágio e tomar as devidas providências de envio de documentos tais como aditivos de contrato, rescisão de contrato, mudança de supervisor, entre outros.

§ 2° - Havendo necessidade de interrupção do Estágio, a mesma deverá ser comunicada ao Docente Orientador e à COE, justificando e apresentando relatório anterior à data da interrupção e o termo de rescisão para baixa no sistema junto à secretaria da coordenação de graduação em Administração.

Art. 57º. São atribuições da Secretaria da Coordenação do Curso de Administração Pública:

1. Recepção, pré-conferência e protocolo dos documentos de estágio.
2. Acompanhamento e encaminhamento de alterações nos processos de estágio às instâncias responsáveis.

Capítulo XIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 58º. Todos os casos omissos neste Regulamento serão analisados e resolvidos pela COE, tendo como instância recursal o colegiado do curso de Administração Pública da UFPR.

Art. 59º. Este regulamento substitui todas as normas e regulamentos anteriores que normatizam as práticas dos estágios no curso de Administração Pública da UFPR.

Anexo 5 – Ementas

FICHA No 1 (permanente)

Disciplina: FILOSOFIA E ÉTICA		Código: EDAP01
Natureza: Obrigatória	(x)Semestral ( ) Anual	
Pré-requisito: ----	Co-requisito: ---	

C. H. Semestral: 60 horas AT: AP: EST: Total: 60 horas Créditos: 4

EMENTA (Unidade Didática)

Conceito de Filosofia: Filosofia como doutrina e como ato de pensar. Os períodos da história da Filosofia: principais características. Conceitos de ética, moral e deontologia. A Ética e a Política. Ética e responsabilidade social na Administração Pública. Temas transversais: Educação Ambiental; História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena;
Direitos Humanos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ASSMANN, S. J. Filosofia e Ética. 3 ed. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração /UFSC/[Brasília]: CAPES: UAB, 2014. https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/145346/1/PNAP%20-%20Bacharelado%20-%20Filosofia%20e%20Etica.pdf

ARISTÓTELES (FERREIRA-DE-SOUZA, L.). Ética a Nicômaco. 2 ed. São Paulo: Martin Claret, 2017. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530977467/epubcfi/6/2%5B%3Bvnd.vst.idref%3Dhtml0%5D!/4/2/2%4076:53

Jr., Paulo G. Introdução à Filosofia. Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Manole, 2003. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788520448168/pageid/0

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

Filho, Artur R. I., L. et al. Ética e Cidadania. Disponível em: Minha Biblioteca, (2nd edição). Grupo A, 2018. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595024816/pageid/0

Sá, Antônio Lopes D. Ética Profissional. Disponível em: Minha Biblioteca, (10th edição). Grupo GEN, 2019. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788597021653

Neto, João Augusto M. Filosofia e Ética na Administração. Disponível em: Minha Biblioteca, (2nd edição). Editora Saraiva, 2012. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788502110588/pageid/0

Santos, Ana P., M. et al. Legislação e ética profissional. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2018. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595029019/pageid/0

Ferrari, Sônia Campaner M. Filosofia política. Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Saraiva, 2019. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788571440197

Chefe de Departamento:

Assinatura:

FICHA Nº 1 (permanente)

Disciplina: INTRODUÇÃO À ECONOMIA		Código: EDAP02
Natureza: Obrigatória	(x)Semestral ( ) Anual	Obs. Adm. Geral
Pré-requisito: ----	Co-requisito:	

C. H. Semestral: 60 horas AT: AP: EST: Total: Créditos: 4

EMENTA (Unidade Didática)

Conceitos e princípios de Economia. Noções de Microeconomia: mercado e preços; demanda e oferta; teoria do consumidor; teoria da firma; estrutura de mercado e eficiência. Noções de Macroeconomia: determinação da renda e do produto nacional; mercado de bens e serviços e lado monetário. O setor externo, câmbio e estrutura de balança de pagamento. Setor Público: funções econômicas; estrutura tributária e déficit público.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MENDES, C. M. et al. Introdução à Economia. 3 ed. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC. Brasília: Capes/UAB, 2015. https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/401353/1/introducao_a_economia-3ed-miolo-online-atualizado.pdf

MANKIW, Nicholas Gregory. Introdução à economia. 8 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2019. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522127924/

PINHO, Diva Benevides; VASCONCELLOS, Marco Antonio S. de; TONELO JR., Rudinei. (org.). Manual de Economia. Equipe de Professores da USP. São Paulo: Saraiva, 2013. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788547220303/

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GREMAUD, Amaury Patrick; DIAZ, Maria Dolores Montoya; AZEVEDO, Paulo Furquim de; TONETO JUNIOR, Rudinei. Introdução à Economia. São Paulo: Atlas, 2007. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522465217/

NEVES, Paulo Viceconti Silvério das. Introdução à Economia. 12 ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2013. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788502210615/pageid/0

ROSSETTI, José Paschoal. Introdução à Economia. 21 ed. São Paulo: Atlas, 2016. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597008081/

SAMUELSON, Paul A.; NORDAUS, William D. Economia. 19 ed. Rio de Janeiro: McGraw-Hill, 2012. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788580551051/

Vasconcellos, Marco Antônio Sandoval, D. e Manuel Enriquez Garcia. Fundamentos de economia 6ED. Disponível em: Minha Biblioteca, (6th edição). Editora Saraiva, 2019. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788553131747leg

Chefe de Departamento:

Assinatura:

FICHA Nº 1 (permanente)

DISCIPLINA: METODOLOGIA DE ESTUDO E DE PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO		Código: EDAP03
Natureza: Obrigatória	(x)Semestral ( ) Anual	Obs. Adm. Geral
Pré-requisito: ----	Co-requisito:	

C. H. Semestral: 60 horas AT: AP: EST: Total: Créditos: 4

EMENTA (Unidade Didática)

Conhecimento científico. Métodos quantitativos e qualitativos de pesquisa em Administração. Tipos de Pesquisa. O processo de pesquisa. Estratégia, técnicas e instrumentos de coleta e análise de dados. Estrutura e organização de trabalhos científicos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ZANELLA, Liane Carly Hermes. Metodologia de estudo e de pesquisa em administração. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2008. https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/432206/2/Livro_Metodologia%20da%20Pesquisa%20-%20Comum%20a%20todos%20os%20cursos.pdf

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Metodologia científica. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2022. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559770670/

RICHARDSON, Roberto Jarry; Colaboradores. Pesquisa social: métodos e técnicas. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2017. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597013948/

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

Matias-Pereira, José. Manual de Metodologia da Pesquisa Científica. Disponível em: Minha Biblioteca, (4th edição). Grupo GEN, 2016. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788597008821

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2019. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597020991/

Sampieri, Roberto, H. et al. Metodologia de pesquisa. Disponível em: Minha Biblioteca, (5th edição). Grupo A, 2013. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788565848367

Cooper, Donald, e Pamela Schindler. Métodos de pesquisa em administração. Disponível em: Minha Biblioteca, (12th edição). Grupo A, 2016. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788580555738

VERGARA, Sylvia Constant. Métodos de Pesquisa em Administração. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora Atlas, 2015. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522499052/

Chefe de Departamento:

Assinatura:

FICHA Nº 1 (permanente)

Disciplina: PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL		Código: EDAP04
Natureza: Obrigatória	(x)Semestral ( ) Anual	Obs. Adm. Geral
Pré-requisito: ----	Co-requisito:	

C. H. Semestral: 60 horas AT: AP: EST: Total: Créditos: 4

EMENTA (Unidade Didática)

Psicologia social e das organizações. Modos de organização do trabalho. Psicodinâmica do trabalho. Psicologia e estudos organizacionais. Motivação, aprendizagem, percepção e grupos. Tensão, conflito e Liderança nas organizações.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CAMARGO, Denise de. Psicologia Organizacional. 3 ed. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração /UFSC/[Brasília]: CAPES: UAB, 2014. https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/401287/1/PNAP%20-%20Bacharelado%20-%20Modulo%201%20-%20Psicologia%20Organizacional%20-%203ed%202014%20-%20WEB%20Atualizado.pdf

Bergamini, Cecília W. PSICOLOGIA APLICADA À ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS: Psicologia do Comportamento Organizacional. Disponível em: Minha Biblioteca, (5th edição). Grupo GEN, 2015. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788522498475

Johann, Sílvio L. Comportamento Organizacional - Teoria e prática. Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Saraiva, 2013. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788502212435

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

Fiorelli, José O. Psicologia para Administradores - Razão e Emoção no Comportamento Organizacional. Disponível em: Minha Biblioteca, (10th edição). Grupo GEN, 2018. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788597016116

ZANELLI, José Carlos; BORGES-ANDRADE, Jairo Eduardo Bastos; BASTOS, Antonio Virgilio Bittencourt (org.). Psicologia, organizações e trabalho no Brasil. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2014. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788582710852

Regato, Vilma C. Psicologia nas Organizações, 4ª edição. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo GEN, 2014. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/978-85-216-2600-8

ROTHMANN, Ian; COOPER, Carry. Fundamentos de psicologia organizacional e do trabalho. 24 ed. São Paulo: Campus, 2017. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595152700/

Aguiar, Maria Aparecida Ferreira D. Psicologia Aplicada à Adminstração: Uma abordagem Interdicisplinar. Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Saraiva, 2012. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788502088269

Chefe de Departamento:

Assinatura:

FICHA Nº 1 (permanente)

Disciplina: SEMINÁRIO INTEGRADOR		Código: EDAP05
Natureza: Obrigatória	(x)Semestral ( ) Anual	Obs. Adm. Geral
Pré-requisito: ----	Co-requisito:	

C. H. Semestral: 30 horas AT: AP: EST: Total: Créditos: 2

EMENTA (Unidade Didática)

Introdução a EAD; Introdução ao Projeto Pedagógico do Curso; Atividades de integração dos alunos; Apresentação dos recursos tecnológicos do curso; O processo de ensino/aprendizagem de adultos; técnicas de estudo. Estudos de temas relacionados à inovação na Administração Pública com ênfase em empreendedorismo, alianças intersetoriais e governo eletrônico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BORGES, D. A. H; ROMANIELLO, M. M.; BRITO, M. J. de. Empreendedorismo no setor público: a influência das características organizacionais. Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas, v. 5, n. 1, p. 85-116, 2016. https://www.regepe.org.br/regepe/issue/view/16

FERREIRA, V. da R. S. et al Inovação no setor público federal no Brasil na perspectiva da inovação em serviços. Revista de Administração e Inovação, v. 12, n. 4, p. 99-118, 2015. https://www.revistas.usp.br/rai/article/view/101521

LENZI, F. C. et al. O desenvolvimento de competências empreendedoras na administração pública: um estudo com empreendedores corporativos na prefeitura de Blumenau, Santa Catarina. Gestão & Regionalidade, v. 28, n. 82, p. 117-130, 2012. https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_gestao/issue/view/138

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CAPELLA, A. C. N. Um estudo sobre o conceito de empreendedor de políticas públicas: ideias, interesses e mudanças. Cadernos EBAPE.BR, v. 14, edição especial, p. 1-20, 2016. https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cadernosebape/issue/view/3447

FARAH, M. F. S. Disseminação de inovações e políticas públicas e espaço local. Organizações & Sociedade, v. 15, n. 45, p. 107-126, 2008. https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaoes/issue/view/927

GENOÍNO, R. K.; SIQUEIRA, J. P. L. de. Gestão pública em redes e a nova governança pública: a implementação de parcerias entre o poder público e o terceiro setor. Revista Capital Científico, v. 14, n. 3, p. 1-12, 2016. https://revistas.unicentro.br/index.php/capitalcientifico/article/view/4232

GUIMARÃES, T. de A. A nova administração pública e a abordagem da competência. Revista de Administração Pública, v. 34, n. 3, p. 125-140, 2000. https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/issue/view/708

MENDONÇA, P.; FALCÃO. D. S. Novo marco regulatório para a realização de parcerias entre Estado e Organização da Sociedade Civil (OSC): inovação ou peso do passado? Cadernos Gestão Pública e Cidadania, v. 21, n. 68, p. 44- 62, 2016. https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cgpc/issue/view/3282

Chefe de Departamento:

Assinatura:

FICHA Nº 1 (permanente)

Disciplina: TEORIAS DA ADMINISTRAÇÃO I		Código: EDAP06
Natureza: Obrigatória	(x)Semestral ( ) Anual	Obs. Adm. Geral
Pré-requisito: ----	Co-requisito:	

C. H. Semestral: 60 horas AT: AP: EST: Total: Créditos: 4

EMENTA (Unidade Didática)

O fato administrativo: conceitos, dimensões de análise e dinâmica. Gestão de Organizações públicas e privadas. Evolução do Pensamento Administrativo. Funções administrativas: planejamento, organização, direção e controle. Críticas às teorias organizacionais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

Trigueiro M. C. F. e Marques, N. A. Teorias Da Administração I. 3 ed. Florianópolis: UFSC/Brasília: CAPES: UAB, 2014. https://canal.cecierj.edu.br/recurso/13829

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. Introdução à Teoria Geral da Administração. São Paulo: Atlas, 2015. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522495559/

MOTTA, Fernando C. Prestes; VASCONCELOS, Isabella F. Gouveia de. Teoria Geral da Administração. 4 ed. rev. São Paulo: Cengage Learning, 2021. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555583885/

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

Ribeiro, Antônio de L. Teorias da administração. Disponível em: Minha Biblioteca, (3rd edição). Editora Saraiva, 2016. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/978-85-02-63539-5

Affonso, Ligia M., F. e Fernanda L. Ferrari. Teorias da administração. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2018. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788595026407

Affonso, Ligia M., F. et al. Teoria geral da administração I. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2018. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788595024663

Maximiano, Amaru. Fundamentos da Administração-Introdução à Teoria Geral e aos Processos da Administração. Disponível em: Minha Biblioteca, (3rd edição). Grupo GEN, 2014. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/978-85-216-2751-7

Oliveira, Djalma de Pinho Rebouças D. Teoria geral da administração: edição compacta, 2ª edição. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo GEN, 2012. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788522474998

Chefe de Departamento:

Assinatura:

FICHA Nº 1 (permanente)

Disciplina: CIÊNCIA POLÍTICA		Código: EDAP07
Natureza: Obrigatória	(x)Semestral ( ) Anual	Obs. Adm. Pública
Pré-requisito: ----	Co-requisito:	

C. H. Semestral: 60 horas AT: AP: EST: Total: Créditos: 4

EMENTA (Unidade Didática)

O fato administrativo como fenômeno político. Poder e autoridade. Formas de governo e regimes políticos. Evolução do Pensamento Político. Representação e sistemas partidários. Sistema político brasileiro.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BORBA, Julian. Ciência política. 3 ed. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2014. http://arquivos.eadadm.ufsc.br/somente-leitura/EaDADM/UAB_2017_1/Modulo_1/Ciencia%20Politica/material_didatico/UAB%20-%20Ciencia%20Politica%20-%203ed%20-%20Final.pdf

COELHO, Ricardo Corrêa; SALLES, Helena da Motta. Ciência política. 3 ed. rev. amp. – Florianópolis : Departamento de Ciências da Administração / UFSC ; [Brasília] : CAPES : UAB, 2015. https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/145351/1/PNAP-Bacharelado-CienciaPolitica.pdf

SANTOS, Maria Paula Gomes dos. Políticas públicas e sociedade. 3. ed. rev. atual. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2016. https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/401185/1/Politicas%20Publicas%20e%20Sociedade%203ed%20WEB.pdf

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ABRAMIDES, Maria Beatriz C. O projeto ético-político do serviço social brasileiro: ruptura com o conservadorismo. Disponível em: Minha Biblioteca, Cortez, 2021. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555552317/epubcfi/6/2%5B%3Bvnd.vst.idref%3Dcapa.xhtml%5D!/4/4%5Bcover-image%5D/4%4052:50

CUNHA, Paulo Ferreira D. Teoria geral do Estado e ciência política. Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Saraiva, 2018. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553601912/pageid/0

GIANTURCO, Adriano. A Ciência da Política - Uma Introdução. Disponível em: Minha Biblioteca, (3rd edição). Grupo GEN, 2020. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530991562/epubcfi/6/2%5B%3Bvnd.vst.idref%3Dcover%5D!/4/2/2%4051:37

MOREIRA, Adriano. Ciência Política. Disponível em: Minha Biblioteca, (6th edição). Grupo Almedina (Portugal), 2014. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9789724058146/epubcfi/6/2%5B%3Bvnd.vst.idref%3DcoverPage%5D!/4/2/2%4051:46

WEBER, Max. Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. Rio de Janeiro: LTC, 1998.

Chefe de Departamento:

Assinatura:

FICHA Nº 1 (permanente)

Disciplina: CONTABILIDADE GERAL		Código: EDAP08
Natureza: Obrigatória	(x)Semestral ( ) Anual	Obs. Adm. Geral
Pré-requisito: ----	Co-requisito:	

C. H. Semestral: 60 horas AT: AP: EST: Total: Créditos: 4

EMENTA (Unidade Didática)

Conceitos básicos de Contabilidade. Fatos contábeis e econômicos. Método das Partidas Dobradas: registros e sistemas contábeis. Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis (Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido, Demonstração do Valor Adicionado, Demonstração do Fluxo de Caixa, Notas Explicativas). Apuração do Resultado do Exercício.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

SILVA, César Augusto Tibúrcio. Contabilidade geral. 3 ed. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC/[Brasília]: CAPES: UAB, 2015. https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/145352/1/PNAP%20-%20Bacharelado%20-%20Contabilidade%20Geral.pdf

MARTINS, Eliseu. Contabilidade de Custos. 11 ed. São Paulo: Atlas, 2018. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597018080/epubcfi/6/2%5B%3Bvnd.vst.idref%3Dcover%5D!/4/2/2%4051:41

MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens; SANTOS, Ariosvaldo dos; IUDÍCIBUS, Sérgio de. Manual de contabilidade societária: aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC. 4. ed. São Paulo: FIPECAFI: Atlas, 2022. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559772735/epubcfi/6/2%5B%3Bvnd.vst.idref%3Dcover%5D!/4/2/2%4051:39

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. Pronunciamentos. Disponível em: http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos. Acesso em: 20/07/2023. http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos

IUDÍCIBUS, Sérgio; KANITZ, Stephen C.; MARTINS, Eliseu; PACCEZ, João D.; CHINEN, Cecília A. K.; CASTILHO, Edison; LISBOA, Lázaro P.; BENATTI, Luiz; CEI, Nena G. Contabilidade introdutória. 11. edição, São Paulo: Atlas, 2010.

MARION, José Carlos. Contabilidade empresarial e Gerencial. 19. ed. São Paulo: Atlas, 2022. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559773206/epubcfi/6/2%5B%3Bvnd.vst.idref%3Dcover%5D!/4/2/2%4051:39

RIBEIRO, Osni Moura. Contabilidade geral. Série em foco. 10 ed. São Paulo: Saraiva, 2017. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788547220815/pageid/0

SANTOS, Ariovaldo, D. et al. Manual de Contabilidade Societária: Aplicável a Todas as Sociedades. Disponível em: Minha Biblioteca, (4th edição). Grupo GEN, 2022. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559772735/epubcfi/6/2%5B%3Bvnd.vst.idref%3Dcover%5D!/4/2/2%4051:39

Chefe de Departamento:

Assinatura:

FICHA Nº 1 (permanente)

Disciplina: INFORMATICA PARA ADMINISTRADORES		Código: EDAP09
Natureza: Optativa	(x)Semestral ( ) Anual	Obs. Adm. Geral
Pré-requisito: ----	Co-requisito:	

C. H. Semestral: 60 horas AT: AP: EST: Total: Créditos: 4

EMENTA (Unidade Didática)

Estrutura de computadores. Softwares. Aplicativos: processadores de textos, planilha eletrônica e apresentação de slides. Sistemas Computacionais: características, noções de modelagem de dados. Bancos de dados. Internet e páginas web. Correio Eletrônico: uso corporativo, atividades em grupo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

Costa Júnior, Hélio Lemes Informática para administradores / Hélio Lemes Costa Júnior. – Florianópolis : Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2015. https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/145383/1/PNAP%20-%20Bacharelado%20-%20Informatica%20para%20Administradores.pdf

Marçula, Marcelo, e Pio Armando Benini Filho. INFORMÁTICA - CONCEITOS E APLICAÇÕES. Disponível em: Minha Biblioteca, (5th edição). Editora Saraiva, 2009. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788536531984

Velloso, Fernando de C. Informática: Conceitos Básicos . Disponível em: Minha Biblioteca, (11th edição). Grupo GEN, 2022. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788595159099

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

Manzano, André Luiz N., G. e Maria Izabel N. G. Manzano. Estudo Dirigido de Informática Básica. Disponível em: Minha Biblioteca, (7th edição). Editora Saraiva, 2009. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788536519111

Alexander, Michael, e John Walkenbach. Programando Excel VBA Para Leigos. Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Alta Books, 2021. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9786555202342

Course, Microsoft Official A. Microsoft Office Power Point 2003. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2008. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788577801251

Course, Microsoft Official A. Microsoft Office Excel 2003. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2007. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788577801442

(MOAC), Microsoft Official Academic C. Microsoft Office Word 2003. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2007. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788577800889

Chefe de Departamento:

Assinatura:

FICHA Nº 1 (permanente)

Disciplina: MACROECONOMIA		Código: EDAP10
Natureza: Obrigatória	(x)Semestral ( ) Anual	Obs. Adm. Geral
Pré-requisito: ----	Co-requisito:	

C. H. Semestral: 60 horas AT: AP: EST: Total: Créditos: 4

EMENTA (Unidade Didática)

Contabilidade Nacional. Fundamentos da análise macroeconômica. Problemas macroeconômicos. Modelos macroeconômicos. Determinantes da demanda e oferta agregada. Moeda, juros e renda. Economia Aberta. Política econômica. O papel do governo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CÂMARA, Samuel F. Macroeconomia. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2016. https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/145354/1/PNAP%20-%20Bacharelado%20-%20Macroeconomia.pdf

Krugman, Paul, e Robin Wells. Introdução à Economia. Disponível em: Minha Biblioteca, (6th edição). Grupo GEN, 2023. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595159679/

MANKIW, N. Gregory. Macroeconomia. 10 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2021. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597027594/

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

Guimarães, Edson P. Fundamentos da Macroeconomia. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo Almedina (Portugal), 2020. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788562937385

DORNBUSCH, Rudiger; FISCHER, Stanley; STARTZ, Richard. Macroeconomia. 11. ed. Porto Alegre: AMGH, 2013. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788580551853/

KEYNES, John Maynard. A teoria geral do emprego, do juro e da moeda: inflação e deflação. São Paulo: Atlas, 1990. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502180369/

LOPES, Luiz Martins; VASCONCELOS, Marco Antonio Sandoval de. Manual de Macroeconomia: básico e intermediário. São Paulo: Atlas, 2008.

SAMPAIO, Luiza. Macroeconomia: esquematizado. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2022. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553623194/

Chefe de Departamento:

Assinatura:

FICHA Nº 1 (permanente)

Disciplina: MATEMÁTICA PARA ADMINISTRADORES		Código: EDAP11
Natureza: Obrigatória	(x)Semestral ( ) Anual	Obs. Adm. Geral
Pré-requisito: ----	Co-requisito:	

C. H. Semestral: 60 horas AT: AP: EST: Total: Créditos: 4

EMENTA (Unidade Didática)

Conceitos introdutórios: teoria de conjuntos, conjuntos numéricos e sistemas de coordenadas. Matrizes e Sistemas de equações e inequações. Funções, limites e derivadas. Aplicações matemáticas na área de administração.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FREITAS, Maria Teresa Menezes. Matemática para administradores. 3 ed. Brasília: CAPES: UAB, 2014. https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/401367/1/PNAP%20-%20Bacharelado%20-%20Modulo%202%20-%20Matematica%20para%20Administradores%20-%203ed%202014%20-%20WEB%20atualizado.pdf

GOLDSTEIN, Larry J.; LAY, David C.; SCHNEIDER, David I.; ASMAR, Nakhlé H. Matemática Aplicada: Economia, Administração e Contabilidade. 12 ed. Porto Alegre: Bookman, 2012. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788540700970/

SILVA, Fernando César Marra e; ABRÃO, Mariângela. Matemática básica para decisões administrativas. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559771097/

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

Murolo, Afrânio, C. e Giácomo Bonetto. Matemática Aplicada a Administração, Economia e Contabilidade - 2ª edição revista e ampliada. Disponível em: Minha Biblioteca, (2nd edição). Cengage Learning Brasil, 2012. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788522113392

Hazzan, Samuel. Matemática Básica - Para Administração, Economia, Contabilidade e Negócios. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo GEN, 2021. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788597027501

Silva, Luiza Maria Oliveira, D. e Maria Augusta Soares Machado. Matemática Aplicada à Administração, Economia e Contabilidade: Funções de uma e mais variáveis. Disponível em: Minha Biblioteca, Cengage Learning Brasil, 2018. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788522126576

Silva, Sebastião Medeiros, D. et al. Matemática Básica para Cursos Superiores, 2ª edição. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo GEN, 2018. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788597016659

Garcia, Adriana, M. e Franz August Müller. Matemática aplicada à negócios: uma ferramenta para comunicação e decisão. Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Saraiva, 2012. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788502178922

Chefe de Departamento:

Assinatura:

FICHA Nº 1 (permanente)

Disciplina: REDAÇÃO OFICIAL		Código: EDAP12
Natureza: Optativa	(x)Semestral ( ) Anual	Obs. Adm.Geral
Pré-requisito: ----	Co-requisito:	

C. H. Semestral: 60 horas AT: AP: EST: Total: Créditos: 4

EMENTA (Unidade Didática)

Características do texto administrativo e a linguagem oficial aplicadas na produção de documentos e correspondências oficiais e empresariais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

Ferreira, Eric D. e Cambrussi, Morgana F. Redação Oficial. 3 ed. Florianópolis: CAD, UFSC, 2015. https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/401192/1/RedacaoOficial-3ed-web-atualizado.pdf

BRASIL. Presidência da República. Manual de Redação da Presidência da República. 3 ed. Brasília: Presidência da República, 2018. http://www4.planalto.gov.br/centrodeestudos/assuntos/manual-de-redacao-da-presidencia-da-republica/manual-de-redacao.pdf

GOLD, Miriam. Redação Empresarial. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788547217969/

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

Noach, Andre B. Língua Portuguesa e Redação Oficial. (Coleção Método Essencial). Disponível em: Minha Biblioteca, (2nd edição). Grupo GEN, 2022. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9786559645701

Gold, Miriam. Redação Empresarial- 5ª edição.. Disponível em: Minha Biblioteca, (5th edição). Editora Saraiva, 2017. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788547217969

Juski, Juliane do, R. et al. Redação aplicada à comunicação. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2021. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9786556901565

Almeida, Antonio Fernando de, A. e Valéria Silva Rosa de Almeida. Português básico : gramática, redação, texto - 5ª edição. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo GEN, 2003. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788522466009

Andrade, Maria Margarida D. Guia prático de redação : exemplos e exercícios, 3ª edição. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo GEN, 2011. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788522471560

Chefe de Departamento:

Assinatura:

FICHA Nº 1 (permanente)

Disciplina: SEMINARIO TEMÁTICO I		Código: EDAP13
Natureza: Obrigatória	(x)Semestral ( ) Anual	Obs. Adm. Pública
Pré-requisito: ----	Co-requisito:	

C. H. Semestral: 30 horas AT: AP: EST: Total: Créditos: 2

EMENTA (Unidade Didática)

Temas emergentes em Administração Pública. Tendências de articulação entre teoria e prática em Administração Pública. Ementa e Bibliografia a complementar de acordo com o foco da disciplina quando da oferta.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DECRETO Nº 9.991, DE 28 DE AGOSTO DE 2019. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, quanto a licenças e afastamentos para ações de desenvolvimento. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9991.htm#art35

Estudo ”Melhores Práticas em Gestão de Pessoas” – Setor Público – Relatório Final TCU, 2008. https://portal.tcu.gov.br/biblioteca-digital/melhores-praticas-de-gerenciamento-de-riscos.htm

SILVA, F. M.; MELLO, S. P. T. A Implantação da gestão por competências: práticas e resistências no setor público. Revista Eletrônica de Administração e Turismo – ReAT | vol. 2 – n. 1 – JAN./JUN. – 2013 https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/AT/issue/view/203

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FREITAS, W. R. S; JABBOUR, C. J. C. Rumo à gestão estratégica de recursos humanos? Estudo de caso em uma organização pública paulista. Revista de Ciências da Administração, Florianópolis, v. 12, n. 26, p. 163-188, jan./abr. 2010. https://periodicos.ufsc.br/index.php/adm/issue/view/1414

OLIVEIRA, K. P.; et all. Gestão de Carreiras no Setor Público Mineiro: o caso dos Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental. Cadernos Gestão Pública e Cidadania, São Paulo, v. 18, n. 62, Jan./Jun. 2013. https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cgpc/issue/view/879

OLIVEIRA, Márcio Medeiros; SILVA, Anielson Barbosa da; CAVALCANTE, Keliane de Oliveira. O sistema de gestão de pessoas por competências na Universidade Federal de Goiás: "Sonho de uma realidade" ou "realidade de um sonho"?. In: ENANPAD, 35., 2011, Rio de Janeiro. Encontro da ANAPD. Rio de Janerio: Anapd, 2011. p. 1-17.
http://www.anpad.org.br/eventos.php?cod_evento=1&cod_edicao_subsecao=736&cod_evento_edicao=58&cod_edicao_trabalho=13105

Dutra, Joel S. Gestão de Pessoas em Empresas e Organizações Pública. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo GEN, 2019. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788597020793

Oliveira, Luciano O. Gestão de pessoas aplicada ao setor público. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2017. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788595021211

Chefe de Departamento:

Assinatura:

FICHA Nº 1 (permanente)

Disciplina: TEORIAS DA ADMINISTRAÇÃO II		Código: EDAP14
Natureza: Obrigatória	(x)Semestral ( ) Anual	Obs. Adm. Geral
Pré-requisito: ----	Co-requisito:	

C. H. Semestral: 60 horas AT: AP: EST: Total: Créditos: 4

EMENTA (Unidade Didática)

Composição Organizacional: conceitos básicos sobre estrutura organizacional e o processo de organização. O estudo do processo administrativo: planejamento, organização, direção e controle. Gestão por função e gestão por processos. Sistema administrativo e mudança organizacional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

Jacobsen, Alessandra de Linhares e Luís Moretto Neto. TEORIA DA ADMINISTRAÇÃO II – 3 ed. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2015. https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/401364/1/Teorias_da_ADM_II-3ed-WEB-atualizado.pdf

Ferrari, Fernanda, L. et al. Teoria geral da administração II. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2018. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788595024496

CHIAVENATO, Idalberto. Teoria geral da administração. 8 ed. Rio de Janeiro: Campus, 2021. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559770625/

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

Maximiano, A. C. A. Teoria Geral da Administração: da revolução urbana à revolução digital. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2017. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597012460/

Chiavenato, I. Introdução à teoria Geral da Administração. 7ª edição. Rio de Janeiro: Campus, 2004. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597027525/

Lacombe, F; E Heilborn, G. Administração: princípios e tendências. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2015. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-02-63450-3/

Affonso, Ligia M., F. et al. Teoria geral da administração I. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2018. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788595024663

Maximiano, Amaru. Fundamentos da Administração-Introdução à Teoria Geral e aos Processos da Administração. Disponível em: Minha Biblioteca, (3rd edição). Grupo GEN, 2014. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/978-85-216-2751-7

Chefe de Departamento:

Assinatura:

FICHA Nº 1 (permanente)

Disciplina: CONTABILIDADE PÚBLICA		Código: EDAP15
Natureza: Obrigatória	(x)Semestral ( ) Anual	Obs. Adm. Pública
Pré-requisito: ----	Co-requisito:	

C. H. Semestral: 60 horas AT: AP: EST: Total: Créditos: 4

EMENTA (Unidade Didática)

Elementos de contabilidade geral. Contabilidade Pública: métodos e sistemas de escrituração. Receita e despesa pública. Contabilidade orçamentária, financeira e patrimonial. Demonstrações contábeis: balanços, variações patrimoniais, consolidação e prestação de contas. Lançamentos contábeis. Planificação contábil. Contabilização em empresas públicas. Campo de aplicação da contabilidade pública. Patrimônio público. Exercício financeiro. Aspectos fundamentais. Relatórios RREO e RGF.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

HADDAD, Rosaura Conceição; MOTA, Francisco Glauber Lima. Contabilidade pública. 3. ed. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração /UFSC/[Brasília]: CAPES: UAB, 2015. https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/145356/1/PNAP%20-%20Bacharelado%20-%20Contabilidade%20Publica.pdf

BEZERRA FILHO, João Eudes. Contabilidade Aplicada ao Setor Público: abordagem simples e objetiva. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2021. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597028218/epubcfi/6/2%5B%3Bvnd.vst.idref%3Dcover%5D!/4/2/2%4051:39

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Manual de contabilidade aplicada ao setor público: aplicado à União, Estados, Distrito Federal e Municípios. 9. ed. Brasília, DF: STN, 2021. https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pdde/media-pdde/ManualdeContabilidadeAplicadaaoSetorPblico.9Edio2022.STN..pdf

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CARVALHO JR., Antonio Carlos Costa d'Ávila; FEIJÓ, Paulo Henrique. Entendendo os Resultados Fiscais. Brasília: Gestão Pública Ed., 2015. https://www.gestaopublica.com.br/wp-content/uploads/2020/08/paginas_iniciais_entendendo_resultados_fiscais.pdf

FEIJÓ, Paulo Henrique; CARVALHO JUNIOR, Jorge Pinto de; ALMEIDA, Fernando Carlos Cardoso; SANTOS, Vitor Maciel dos; BARBOSA, Diogo Duarte. Entendendo a Contabilidade Patrimonial Aplicada ao Setor Público: Do Ativo ao Patrimônio Líquido. Brasília: Gestão Pública Ed., 2017. https://www.gestaopublica.com.br/wp-content/uploads/2020/08/site-ecpasp-apresentacao-e-visaao-geral-do-livro.pdf

FEIJÓ, Paulo Henrique; CARVALHO JÚNIOR, Jorge Pinto de; RIBEIRO, Carlos Eduardo Ribeiro. Entendendo a Contabilidade Orçamentária Aplicada ao Setor Público. Brasília: Gestão Pública Ed., 2015. https://www.gestaopublica.com.br/wp-content/uploads/2020/08/ecosp-paginas-iniciais.pdf

KOHAMA, Helio. Contabilidade pública: teoria e prática. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2016. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597006391/epubcfi/6/2%5B%3Bvnd.vst.idref%3Dorder01%5D!/4/2/4%4051:43

LIMA, Diana Vaz de. Orçamento, contabilidade e gestão no setor público. São Paulo: Atlas, 2018. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597018400/epubcfi/6/2%5B%3Bvnd.vst.idref%3Dcover%5D!/4/2/2%4051:42

Chefe de Departamento:

Assinatura:

FICHA Nº 1 (permanente)

Disciplina: ECONOMIA BRASILEIRA		Código: EDAP16
Natureza: Obrigatória	(x)Semestral ( ) Anual	Obs. Adm. Pública
Pré-requisito: ----	Co-requisito:	

C. H. Semestral: 60 horas AT: AP: EST: Total: Créditos: 4

EMENTA (Unidade Didática)

Evolução histórica da economia brasileira no período republicano. A evolução recente da economia no Brasil: políticas agricultura e industrial; política de comércio exterior; inflação; relações intersetoriais e regionais; políticas sociais. Temas emergentes na economia brasileira e a atualidade: o problema da distribuição de renda e indicadores socioeconômicos; desemprego e informalidade; globalização, inserção periférica e acordos internacionais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BORGES, F.T.M & CHADAREVIAN, P.C. Economia brasileira. Florianópolis: UFSC/Brasília: CAPES: UAB, 2014 https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/401394/1/PNAP%20-%20Bacharelado%20-%20Modulo%203%20-%20Economia%20Brasileira%20-%203ed%20-%20GRAF%20atualizado.pdf

AVERBURG, A. abertura e integração comercial brasileira na década de 90. In: GIAMBIAGI, F.; MOREIRA, M. A economia brasileira nos anos 90. Rio de Janeiro: BNDES, 1999, p. 43-81. https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/12695/1/A%20Economia%20Brasileira%20nos%20Anos%2090_Abertura%20e%20Integra%c3%a7%c3%a3o%20Comercial%20Brasileira%20na%20D%c3%a9cada%20de%2090_P_BD.pdf

CURADO, M.L. Industrialização e Desenvolvimento: uma análise do pensamento econômico brasileiro. Economia e Sociedade, Campinas, v. 22, n. 3 (49), p. 609-640, dez. 2013. https://www.scielo.br/j/ecos/a/pcQmCCsX3myxmZS3Hd9DYZt/?lang=pt&format=pdf

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GIAMBIAGI, Fabio; CASTRO, Lavínia Barros de; VILLELA, André; HERMANN, Jennifer (org.). Economia brasileira contemporânea. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2016. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595154766/epubcfi/6/2%5B%3Bvnd.vst.idref%3Dcover.html%5D!/4/2%5Bcover-image%5D/2%4051:42

GREMAUD, Amaury Patrick; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de; TONETO JÚNIOR, Rudinei. Economia brasileira contemporânea. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2016. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597010206/epubcfi/6/2%5B%3Bvnd.vst.idref%3Dcover%5D!/4/2/2%4051:42

PEREIRA, A. J.; DATHEIN, R. Internacionalização e dependência estrutural: empresas estrangeiras e a trajetória errante da economia brasileira. Economia e Sociedade (UNICAMP), v. 30, p. 371-391, 2021. https://www.scielo.br/j/ecos/a/sK5hbSRGM83xd3HgXYkHx7s/?format=pdf&lang=pt

PINTO, E. C. Nova República (1985-1989): transição democrática, crise da dívida externa, inflação, luta pela apropriação da renda e fim do desenvolvimentismo 2019 (Textos para Discussão 007/2019 (Instituto de Economia da UFRJ)). https://www.ie.ufrj.br/images/IE/TDS/2019/TD_IE_007_2019_PINTO.pdf

SERRA, J. Ciclos e mudanças estruturais na economia brasileira. Revista de Economia Política, vol. 2/2, nº 6, abril-junho, 1982. http://www.rep.org.br/PDF/6-1.pdf

Chefe de Departamento:

Assinatura:

FICHA Nº 1 (permanente)

Disciplina: INSTITUIÇÕES DE DIREITO PÚBLICO E PRIVADO		Código: EDAP17
Natureza: Obrigatória	(x)Semestral ( ) Anual	Obs. Adm. Geral
Pré-requisito: ----	Co-requisito:	

C. H. Semestral: 60 horas AT: AP: EST: Total: Créditos: 4

EMENTA (Unidade Didática)

Noções de Direito; Norma jurídica e outras normas sociais. Direito público e direito privado. Subdivisões. Fontes do direito. Conceito de Estado, sua origem e formação; Elementos de Estado: Estado de direito, Estado Social de Direito e Estado Democrático de Direito; Poder e funções do Estado; Formas de Estado, formas de Governo e sistemas de Governo. Conceito de Constituição; classificação e poder constituinte; Supremacia da Constituição e controle de constitucionalidade; As Constituições brasileiras. A constituição vigente. Organização do Estado Brasileiro: Forma de Estado, forma de Governo e sistema de Governo. Poder legislativo: função, organização e garantias. Poder Judiciário: funções, organização e garantias. Poder Executivo: funções, organização, atribuições e responsabilidade. Conceito de Administração pública; Princípios; Organização administrativa. Administração Direta e indireta. Servidores públicos. Direitos e Garantias individuais; Direitos fundamentais do Homem. Novas tendências do Direito Público frente ao contexto brasileiro e internacional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

OLIVEIRA, João Rezende Almeida; COSTA, Tárgory Figueiredo Martins. Instituições de Direito Público e Privado. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração /UFSC/[Brasília]: CAPES: UAB, 2012. https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/401391/1/PNAP%20-%20Bacharelado%20-%20Modulo%203%20-%20Direito%20Publico%20e%20Privado%20-%203ed%20-%20WEB.pdf

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 36 ed. Rio de Janeiro: GEN: Atlas, 2022. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559771837/

DOWER, Nelson Godoy Bassil (org.). Instituições de Direito Público e Privado. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530984960/

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

Cunha, Paulo Ferreira D. Teoria geral do Estado e ciência política. Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Saraiva, 2018. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788553601912

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 36 ed. Rio de Janeiro: GEN: Forense, 2023. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559646784/

Grillo, Marcelo Gomes F. Instituições de Direito Público e Privado. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo GEN, 2019. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788597023527

MORAES, Alexandre de. Direito Constitucional. 38 ed. São Paulo: Atlas, 2022. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559771868/

Nucci, Guilherme de S. Instituições de Direito Público e Privado. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo GEN, 2019. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788530984960

Chefe de Departamento:

Assinatura:

FICHA Nº 1 (permanente)

Disciplina: SEMINARIO TEMÁTICO II		Código: EDAP18
Natureza: Obrigatória	(x)Semestral ( ) Anual	Obs. Adm. Pública
Pré-requisito: ----	Co-requisito:	

C. H. Semestral: 30 horas AT: AP: EST: Total: Créditos: 2

EMENTA (Unidade Didática)

Temas emergentes em Administração Pública. Tendências de articulação entre teoria e prática em Administração Pública. Ementa e Bibliografia a complementar de acordo com o foco da disciplina quando da oferta.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Referencial básico de governança aplicável a órgãos e entidades da administração pública: aplicável a órgãos e entidades da administração pública. Versão 2 - Brasília: TCU, Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, 2014. chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://portal.tcu.gov.br/data/files/FA/B6/EA/85/1CD4671023455957E18818A8/Referencial_basico_governanca_2_edicao.PDF

MATIAS-PEREIRA, J. Governança no setor público. São Paulo: Atlas, 2010. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597015997/

SILVA, F. A.; MARTINS, T. C. P. M.; CKAGNAZAROFF, I. B. Redes organizacionais no contexto da governança pública: a experiência dos Tribunais de Contas do Brasil com o grupo de planejamento organizacional. Revista do Serviço Público, 64(2), pp. 249-271, 2013. https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/issue/view/23

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALCÂNTARA, V. C.; PEREIRA, J. R.; SILVA, E. A. F. Gestão social e governança pública: aproximações e (de) limitações teórico-conceituais. Revista de Ciências da Administração, 17, Edição Especial, pp. 11-29, 2015. https://periodicos.ufsc.br/index.php/adm/issue/view/2337

DIAS, M. A. M. J.; BORGES, R. S. G. Estilos de Liderança e Desempenho de Equipes no Setor Público. REAd: Revista de Administração, 80(1), p. 200- 221, 2015. https://seer.ufrgs.br/index.php/read/issue/view/2527

MATTIAS-PEREIRA, J. Governança Corporativa Aplicada no Setor Público Brasileiro. Administração Pública e Gestão Social, 2(1), pp. 109-134, 2010. https://periodicos.ufv.br/apgs/issue/view/236

OLIVEIRA, A. G.; PISA, B. J. IGovP: índice de avaliação da governança pública — instrumento de planejamento do Estado e de controle social pelo cidadão. Revista Administração Pública, 49(5), pp. 1263-1290, 2015. https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/issue/view/2979

SAUERBRONN, F. F.; SAUERBRONN, J. F. R. Estratégias de responsabilidade social e esfera pública: um debate sobre stakeholders e dimensões sociopolíticas de ações empresariais. Revista de Administração Pública, 45(2), pp. 435- 458, 2011. https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/issue/view/784

Chefe de Departamento:

Assinatura:

FICHA Nº 1 (permanente)

Disciplina: SOCIOLOGIA ORGANIZACIONAL		Código: EDAP19
Natureza: Obrigatória	(x)Semestral ( ) Anual	Obs. Adm. Geral
Pré-requisito: ----	Co-requisito:	

C. H. Semestral: 60 horas AT: AP: EST: Total: Créditos: 4

EMENTA (Unidade Didática)

Sociologia geral e sociologia aplicada à administração. Sociedade das organizações, burocracia e globalização; O indivíduo e a organização. Organização formal e informal. Atitudes, valores e suas relações com processos macro sociais. Comportamento organizacional, poder e grupos de pressão. Identidade e cultura nas organizações. Processo de organização do trabalho frente aos novos modelos de gestão. Filiação e sindicalização. Temas transversais: Educação Ambiental; História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena; Direitos Humanos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

SILVA, Golias. Sociologia Organizacional. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração /UFSC/[Brasília]: CAPES: UAB, 2012. 150p. https://canal.cecierj.edu.br/012016/bee80e216b84b4f903d99c823598a568.pdf

BERNARDES, Cyro; MARCONDES, Reinaldo C. Sociologia aplicada à administração. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502158139/

DIAS, Reinaldo. Sociologia das organizações. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2018. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522489886/

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CHANLAT, Jean-François. O indivíduo na organização. São Paulo: Atlas, 1992.

LAKATOS, Eva M.; MARCONI, Marina de Andrade. Sociologia geral. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2019. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597019971/

Gil, Antonio C. SOCIOLOGIA GERAL. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo GEN, 2011. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788522489930

JAIME, Pedro; LÚCIO, Fred. Sociologia das organizações: conceitos, relatos e casos. São Paulo: Cengage, 2018. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522127733/

Wittmann, Luisa T. Ensino (d)e História Indígena. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo Autêntica, 2015. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788582174265

Moraes, Alexandre D. Direitos Humanos Fundamentais. Disponível em: Minha Biblioteca, (12th edição). Grupo GEN, 2021. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788597026825

Chefe de Departamento:

Assinatura:

FICHA Nº 1 (permanente)

Disciplina: TEORIAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA		Código: EDAP20
Natureza: Obrigatória	(x)Semestral ( ) Anual	Obs. Adm. Pública
Pré-requisito: ----	Co-requisito:	

C. H. Semestral: 60 horas AT: AP: EST: Total: Créditos: 4

EMENTA (Unidade Didática)

Formação histórica e modelos da Administração Pública. O serviço civil e a burocracia racional-legal. Estado, burocracia e desenvolvimento econômico. Teorias sobre a administração pública: a visão clássica de W. Wilson, as abordagens políticas da administração pública, a "Nova Gestão Pública", governança e administração pública ampliada. Transparência, Accountability e responsiveness: as relações entre demandas, políticas, ação governamental, controles e resultados.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

JUNQUILHO, Gelson Silva. Teorias da Administração Pública. 3 ed. reimp. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração /UFSC/[Brasília]: CAPES: UAB, 2016. https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/643230/2/Teorias%20da%20Administra%C3%A7%C3%A3o%20P%C3%BAblica.pdf

DENHARDT, Robert B.; CATLAW, Thomas J. Teorias da administração pública. 7. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2016. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522126699/

Costin, Claudia. Administração Pública. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo GEN, 2010. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788595152281

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AVRITZER, Leonardo. Sociedade civil e Estado no Brasil: da autonomia à interdependência política. Opinião Pública, Campinas, v.18, n.2, p.383-398, 2012. http://dx.doi.org/10.1590/S0104-62762012000200006

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Da administração pública burocrática à gerencial. Revista do Serviço Público, Brasília, ano 47, v.120, n.1, 1996. https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/702

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Reforma gerencial e legitimação do estado social. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v.51, n.1, p.147-156, 2017. http://dx.doi.org/10.1590/0034-7612166376

CAMPANTE, Rubens Goyatá. O patrimonialismo em Faoro e Weber e a sociologia brasileira. Dados, Rio de Janeiro, v.46, n.1, p.153-193, 2003. http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52582003000100005

FARAH, Marta Ferreira Santos. Administração pública e políticas públicas. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v.45, n.3, p.813-836, 2011. http://dx.doi.org/10.1590/S0034-76122011000300011

Chefe de Departamento:

Assinatura:

FICHA Nº 1 (permanente)

Disciplina: DIREITO ADMINISTRATIVO		Código: EDAP21
Natureza: Obrigatória	(x)Semestral ( ) Anual	Obs. Adm. Pública
Pré-requisito: ----	Co-requisito:	

C. H. Semestral: 60 horas AT: AP: EST: Total: Créditos: 4

EMENTA (Unidade Didática)

Conceito. Campo de Aplicação. Objeto do Direito. Sujeito direito. Pessoas jurídicas e administrativas. Fontes do Direito Administrativo. Administração Pública. Autarquias. Sociedades de Economia Mista. Empresas Públicas. Fundações. Função pública e bens públicos. Relação de Direito Administrativo. Regime Jurídico Administrativo. Princípios Constitucionais do Direito Administrativo. Poderes Administrativos. Organização Administrativa. Órgãos Administrativos. Atos Administrativos. Noções Gerais sobre Procedimento Administrativo. Licitação. Contratos Administrativos. Domínio público. Intervenção na propriedade. Responsabilidade civil da administração pública. Crimes contra a Administração Pública.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

OLIVO, Luís Carlos Cancellier de. Direito Administrativo. 3 ed. ver. atual. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração /UFSC/[Brasília]: CAPES: UAB, 2015. https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/401411/1/Livro%20Direito%20Administrativo%203ed%20WEB.pdf

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 37 ed. São paulo: Atlas, 2023. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559774265/epubcfi/6/2%5B%3Bvnd.vst.idref%3Dcover%5D!/4/2/2%4076:54

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 36 ed. São Paulo: Atlas, 2023. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559646784/epubcfi/6/10%5B%3Bvnd.vst.idref%3Dhtml5%5D!/4/2/24/3:103%5Bte%5E%2C%2C%20em%5D

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARAGÃO, Alexandre Santos D. Curso de Direito Administrativo, 2ª edição. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo GEN, 2013. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/978-85-309-4882-5/pageid/0

Sousa, Cássio V., S. et al. Direito administrativo. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2020. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9786581492830

MAZZA, Alexandre. Manual de Direito Administrativo. 12 ed. São Paulo: Saraiva, 2022. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553620735/epubcfi/6/2%5B%3Bvnd.vst.idref%3Dcover.xhtml%5D!/4/2%5Bcover%5D/2%4050:77

Nohara, Irene Patrícia D. Direito Administrativo. Disponível em: Minha Biblioteca, (12th edição). Grupo GEN, 2023. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9786559774289

NETO, Diogo de Figueiredo M. Curso de Direito Administrativo. Disponível em: Minha Biblioteca, (16th edição). Grupo GEN, 2014. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/978-85-309-5372-0/epubcfi/6/2%5B%3Bvnd.vst.idref%3Dcover%5D!/4/2/2%4051:42economia

Chefe de Departamento:

Assinatura:

FICHA Nº 1 (permanente)

Disciplina: ESTATÍSTICA APLICADA À ADMINISTRAÇÃO		Código: EDAP22
Natureza: Obrigatória	(x)Semestral ( ) Anual	Obs. Adm. Geral
Pré-requisito: ----	Co-requisito:	

C. H. Semestral: 60 horas AT: AP: EST: Total: Créditos: 4

EMENTA (Unidade Didática)

Levantamento de dados e estatísticas descritivas. Introdução à probabilidade. Distribuições discretas e contínuas. Amostragem e distribuições amostrais. Estatística inferencial e testes de hipóteses. Utilização de ferramentas informatizadas na estatística. Aplicações de estatística em administração.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

TAVARES, Marcelo. Estatística aplicada à Administração. 3 ed. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC: CAPES: UAB, 2014. https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/145362/1/PNAP%20-%20Bacharelado%20-%20Estatistica%20Aplicada%20a%20Administracao.pdf

BUSSAB, Wilton de O.; MORETTIN, Pedro A. Estatística Básica. 9 ed. São Paulo: Saraiva, 2017. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788547220228/pageid/0

Triola, Mario F. Introdução à Estatística, 12ª edição. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo GEN, 2017. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788521634256/epubcfi/6/2%5B%3Bvnd.vst.idref%3Dx01_cover.html%5D!/4/2/2%4051:44

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

Costa, Giovani Glaucio de O. Curso de Estatística Básica, 2ª edição. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo GEN, 2015. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788522498666/pageid/0

CRESPO, A. A. Estatística fácil. 19 ed. São Paulo: Saraiva, 2016. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788502122345/epubcfi/6/2%5B%3Bvnd.vst.idref%3Dcover%5D!/4/2/2%4051:37

Fonseca, Jairo Simon, D. e Gilberto de Andrade Martins. Curso de estatística, 6ª edição. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo GEN, 2012. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788522477937/pageid/0

MOORE, David S.; NOTZ, William I.; FLIGNER, Michael A. A estatística básica e a sua prática. 7 ed. São Paulo: LTC, 2017. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788521634294/epubcfi/6/2%5B%3Bvnd.vst.idref%3Dx01_cover.html%5D!/4/2/2%4051:44

TRIOLA, Mario. F. Introdução à Estatística. 12 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2017. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788521634256/epubcfi/6/2%5B%3Bvnd.vst.idref%3Dx01_cover.html%5D!/4/2/2%4051:44

Chefe de Departamento:

Assinatura:

FICHA Nº 1 (permanente)

Disciplina: ORGANIZAÇÃO, PROCESSOS E TOMADA DE DECISÃO		Código: EDAP23
Natureza: Obrigatória	(x)Semestral ( ) Anual	Obs. Adm. Geral
Pré-requisito: ----	Co-requisito:	

C. H. Semestral: 60 horas AT: AP: EST: Total: Créditos: 4

EMENTA (Unidade Didática)

Organização e mudança. Organogramas. Aproveitamento racional do espaço físico – Layout. Processos: fluxogramas e otimização. Desenho Organizacional e seus condicionantes e componentes: autoridade, responsabilidade e comunicação; estratégia, tecnologia, ambiente, pessoas e objetivos. Departamentalização. Centralização e descentralização. Métodos e instrumentos de modernização de estruturas, sistemas e processos das organizações. Estruturas alternativas; tendências atuais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

PRÉVE, Altamiro Damian; MORITZ, Gilberto de Oliveira; PEREIRA, Maurício Fernandes. Organização, Processos e Tomada de Decisão. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração /UFSC/[Brasília]: CAPES: UAB, 2010. https://canal.cecierj.edu.br/012016/b28f698ee7926b96e409d9dd988b3aa2.pdf

BALLESTERO-ALVAREZ, Maria Esmeralda. Manual de Organização, Sistemas e Métodos. São Paulo: Atlas, 2015. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522493265/

CRUZ, Tadeu. Sistemas, Métodos e Processos: administração organizacional por meio de processos de negócios. São Paulo: Atlas, 2015. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597007626/

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Sistemas, Organização e Métodos: uma abordagem gerencial. São Paulo: Atlas, 2013. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522482115/

MATIAS-PEREIRA, José. Manual de Gestão Pública Contemporânea. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2020. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788597024753

Cury, Antonio. Organização e Métodos - Uma Visão Holística, 9ª edição. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo GEN, 2016. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788597010039

PEREIRA, Maria José Lara de Bretas; FONSECA, João Gabriel Marques. Faces da decisão: as mudanças de paradigmas e o poder da decisão. São Paulo: Makron Books, 1997. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-216-2276-5/

Yu, Abraham Sin, O. e Willy Hoppe de Sousa. TOMADA DE DECISÃO NAS ORGANIZAÇÕES. Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Saraiva, 2011. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/978852126237

Chefe de Departamento:

Assinatura:

FICHA Nº 1 (permanente)

Disciplina: SEMINÁRIO TEMÁTICO III		Código: EDAP24
Natureza: Obrigatória	(x)Semestral ( ) Anual	Obs. Adm. Pública
Pré-requisito: ----	Co-requisito:	

C. H. Semestral: 30 horas AT: AP: EST: Total: Créditos: 2

EMENTA (Unidade Didática)

Temas emergentes em Administração Pública. Tendências de articulação entre teoria e prática em Administração Pública. Ementa e Bibliografia a complementar de acordo com o foco da disciplina quando da oferta.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CAVALCANTI, Irapoan (Coord). Metodologia para Elaboração de Diagnóstico Organizacional Aplicada ao Denatran. Projeto PNUD/BRA/97/034. Brasília: DENATRAM, 2002. https://www.inesul.edu.br/site/documentos/metodologia_elaboracao_diagnostico.pdf

KINGESKI, Adriana Aparecida Inglez. Diagnóstico organizacional: um estudo dos problemas organizacionais a partir das relações interpessoais. In: XII SIMPEP – Bauru, SP, Brasil, 07 a 09 de Novembro de 2005. https://www.simpep.feb.unesp.br/anais/anais_12/copiar.php?arquivo=KingeskiAdriana_Diagnostico.pdf

COLLINS, J.; PORRAS J.I. Feitas para durar: práticas bem sucedidas de empresas visionárias. Rio de Janeiro: Alta Books, 2020. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788550808598/epubcfi/6/2%5B%3Bvnd.vst.idref%3Dcover%5D!/4/2/2%4051:89

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

Antonello, Claudia, S. e Arilda S. Godoy. Aprendizagem organizacional no Brasil. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2011. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788577808724

Albuquerque, Alan Melo Marinho, D. e Paulo Sergio Sanches Rocha. Sincronismo Organizacional. Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Saraiva, 2012. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788502088740

MORGAN, Gareth. Imagens da Organização. São Paulo: Atlas, 1996.

Newstrom, John W. Comportamento organizacional. Disponível em: Minha Biblioteca, (12th edição). Grupo A, 2008. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788563308870

Hollenbeck, John, R. e John Wagner III. Comportamento organizacional - 4ED. Disponível em: Minha Biblioteca, (4th edição). Editora Saraiva, 2020. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788571440760

Bateman, Thomas, S. e Scott A. Snell. Administração. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2012. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788580550825

Chefe de Departamento:

Assinatura:

FICHA Nº 1 (permanente)

Disciplina: SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO SETOR PÚBLICO		Código: EDAP25
Natureza: Obrigatória	(x)Semestral ( ) Anual	Obs. Adm. Pública
Pré-requisito: ----	Co-requisito:	

C. H. Semestral: 60 horas AT: AP: EST: Total: Créditos: 4

EMENTA (Unidade Didática)

Estruturação da tecnologia de informação e comunicação no setor público. Gestor da TI. Gestão dos recursos da TI. A Unidade da TI. Legislação e políticas de tecnologia de informação para prestação de serviços públicos. Planejamento estratégico de sistemas de informação governamental. Sistemas de Informação administrativo e Gerencial, estratégico. A Gestão do conhecimento. Governo Eletrônico. Tecnologias Emergentes e suas aplicações empresariais. Gerência de custos de sistemas de informação governamental. Avaliação e projetos dos fluxos totais de informação na organização.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALBUQUERQUE, J. C. M. de. Sistemas de Informação e Comunicação no Setor Público. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2015. https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/401404/1/Livro%20SIC%20Setor%20Publico%203ed%20GRAFICA.pdf

REBOUÇAS, Djalma de Pinho. Sistemas de informações gerenciais. 17 ed. São Paulo: Atlas, 2018. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597015447/

CÔRTES, P. L. Administração de Sistemas de Informação. São Paulo: Saraiva, 2008. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502108561/

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

Affonso, Ligia M. F. Gestão de informações no setor público. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, [Inserir ano de publicação].https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788595023680

BALTZAN, P.; PHILLIPS, A. Sistemas de Informação. Porto alegre: AMGH, 2012. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788580550764/

Kanaane, Roberto, et al. Gestão pública: planejamento, processos, sistemas de informação e pessoas. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo GEN, 2012. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788522475131

CRUZ, T. Sistemas de informações gerenciais. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2019. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597022902/

TURBAN, E.; VOLONINO, L. Tecnologia da Informação para Gestão em busca do melhor desempenho estratégico e operacional. Porto Alegre: Bookban, 2013. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582600160/

Chefe de Departamento:

Assinatura:

FICHA Nº 1 (permanente)

Disciplina: TEORIA DAS FINANÇAS PÚBLICAS		Código: EDAP26
Natureza: Obrigatória	(x)Semestral ( ) Anual	Obs. Adm. Pública
Pré-requisito: ----	Co-requisito:	

C. H. Semestral: 60 horas AT: AP: EST: Total: Créditos: 4

EMENTA (Unidade Didática)

Atividade financeira do Estado: falhas do mercado; funções do governo. Política fiscal, atividade econômica e finanças públicas: tributação e gasto público. Necessidade de financiamento do setor público, déficits e dívida pública. Política orçamentária: o orçamento como instrumento de planejamento. Dimensões políticas e jurídicas do orçamento público. Finanças públicas no Brasil. Instituições financeiras brasileiras. Questões atuais de finanças públicas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

SANSON, João Rogério. Teoria das Finanças Públicas. Florianópolis: UFSC/Brasília, CAPES, UAB, 2011. https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/194981

GIACOMONI, James. Orçamento público. 19 ed. São Paulo: Atlas, 2023. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559775149/

GIAMBIAGI, Fábio; ALEM, Ana Cláudia Duarte. Finanças públicas: teoria e prática no Brasil. 5. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595154773/

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

Gameiro, António, R. et al. Finanças Públicas. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo Almedina (Portugal), 2018. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9789724074412

Marques, Euvaldo. Finanças Públicas – Administração Financeira e Orçamentária. Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Saraiva, 2015. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788502621916

MATIAS-PEREIRA, José. Finanças Públicas: A política orçamentária no Brasil. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2017. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597012972/

Lima, Edilberto Carlos P. Curso de Finanças Públicas: Uma Abordagem Contemporânea. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo GEN, 2015. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788522496914

ROSEN, Harvey S.; GAYER, Ted. Finanças Públicas. 10 ed. Porto Alegre: McGraw-Hill, 2015. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788580555011/

Chefe de Departamento:

Assinatura:

FICHA Nº 1 (permanente)

Disciplina: GESTÃO DE OPERAÇÕES E LOGÍSTICA I		Código: EDAP28
Natureza: Obrigatória	(x)Semestral ( ) Anual	Obs. Adm. Geral
Pré-requisito: ----	Co-requisito:	

C. H. Semestral: 60 horas AT: AP: EST: Total: Créditos: 4

EMENTA (Unidade Didática)

Evolução e conceitos de logística e de administração de materiais. Previsão da demanda interna de bens e serviços. Estudo do gerenciamento da administração de recursos materiais, como função básica de administração. Gestão de estoques. Gestão de materiais. Gestão de compras. Gestão de fornecedores (contratos) de serviços. A integração do sistema logístico com os demais sistemas da unidade. Gestão da Cadeia de Suprimentos. Princípios, técnicas e metodologias de administração de recursos patrimoniais e materiais apropriados às especificidades das organizações públicas e correlatas e de acordo com critérios de eficiência econômica e sustentabilidade socioambiental.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ROSA, R. A. Gestão de Operações e Logística I. 3 ed. Florianópolis: UFSC: CAPES: UAB, 2015. https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/401423/1/Gestao%20de%20Operacoes%20e%20Logistica%20I%203ed%20GRAFICA.pdf

BOWERSOX, Donald J.; CLOSS, David J.; COOPER, M. Bixby; BOWERSOX, John C. Gestão Logística da Cadeia de Suprimento. 4. ed. São Paulo: McGraw Hill, 2014. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788580553185/

CHRISTOPHER, Martin. Logística e gerenciamento da cadeia de suprimentos. 4. ed. São Paulo: Pioneira, 2018. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788522127320

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

Ballou, Ronald H. Gerenciamento da cadeia de suprimentos/logística empresarial. Disponível em: Minha Biblioteca, (5th edição). Grupo A, 2006. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788560031467

Marcousé, Ian, et al. Gestão de operações - Série Processos Gerenciais - 1ª Edição. Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Saraiva, 2013. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788502204072/pageid/0

MARTINS, Petrônio Garcia; ALT, Paulo Renato Campos. Administração de Materiais e Recursos Patrimoniais. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502089167/

NOVAES, Antonio Galvão. Logística e Gerenciamento da Cadeia de Distribuição. 5 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2021. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595157217/

POZO, Hamilton. Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais: uma abordagem logística. São Paulo: Atlas, 2015. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597004427/

Chefe de Departamento:

Assinatura:

FICHA Nº 1 (permanente)

Disciplina: GESTÃO DE PESSOAS NO SETOR PÚBLICO		Código: EDAP29
Natureza: Obrigatória	(x)Semestral ( ) Anual	Obs. Adm. Pública
Pré-requisito: ----	Co-requisito:	

C. H. Semestral: 60 horas AT: AP: EST: Total: Créditos: 4

EMENTA (Unidade Didática)

O pensamento sobre gestão de pessoas. O ciclo da gestão de pessoas: admissão, desenvolvimento, remuneração e desempenho no Serviço Público. Cargos, remuneração, incentivos e benefícios do Servidor Público. Carreiras: estruturação de cargos e funções no setor público. Política e gestão estratégica de pessoas na Administração Pública. Gestão de competências e desenvolvimento de pessoas. Higiene e segurança no trabalho.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

Oliveira, José Arimatés de Gestão de pessoas no setor público / José Arimatés de Oliveira, Maria da Penha Machado de Medeiros. – 2. ed. reimp. – Florianópolis : Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2016. https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/401420/1/Gestao%20Pessoas%20Setor%20Publico%203ed%20GRAFICA.pdf

LIMONGI-FRANÇA, Ana Cristina. Práticas de Recursos Humanos – PRH: conceitos, fundamentos e procedimentos. São Paulo: Atlas, 2012. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788522478507

PANTOJA, Maria Júlia; CAMÕES, Marizaura R. de Souza; BERGUE, Sandro Trescastro (org.). Gestão de pessoas: bases teóricas e experiências no setor público. Brasília: ENAP, 2010. https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/514/1/Livro.pdf

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BERGUE, Sandro Trescastro. Gestão de pessoas em organizações públicas. 2. ed. Caxias do Sul: Educs, 2007. https://acervo.enap.gov.br/cgi-bin/koha/opac-detail.pl?biblionumber=25763

BOHLANDER, George; SHERMAN, Arthur; SNELL, Scott. Administração de recursos humanos. 16 ed. São Paulo: Cengage, 2015. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788522122691/pageid/0

DEMO, Gisela. Políticas de Gestão de Pessoas nas organizações: papel dos valores pessoais e da justiça organizacional. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2012. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522470341/

Dutra, Joel S. Gestão de Pessoas em Empresas e Organizações Pública. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo GEN, 2019. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788597020793

Oliveira, Saulo Barbará D. Instrumentos de gestão pública. Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Saraiva, 2015. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788502635975

Oliveira, Luciano O. Gestão de pessoas aplicada ao setor público. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2017. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788595021211

Chefe de Departamento:

Assinatura:

FICHA Nº 1 (permanente)

Disciplina: LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA E COMERCIAL		Código: EDAP30
Natureza: Obrigatória	(x)Semestral ( ) Anual	Obs. Adm. Geral
Pré-requisito: ----	Co-requisito:	

C. H. Semestral: 60 horas AT: AP: EST: Total: Créditos: 4

EMENTA (Unidade Didática)

Envolve conceitos de Direito Tributário, tais como, conhecimento sobre ramos do Direito Público, com ênfase no ramo do Direito Tributário. Estudo das normas constitucionais relativas ao sistema tributário nacional e das normas gerais de Direito Tributário. Estudo e discussão da legislação tributária federal, estadual e municipal. Envolve conceitos sobre Direito Comercial e sua evolução. Pessoas físicas e jurídicas. Atos e fatos jurídicos. Comerciante. Empresa. Estabelecimento comercial. Obrigações profissionais do comerciante. Sociedades comerciais, sua constituição, modificação, extinção e liquidação. Posse e propriedade. Contratos em geral. Títulos de crédito. Noções de falência e concordata.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

Rodrigues, Luiz Antônio Barroso Direito e legislação tributária / Luiz Antônio Barroso Rodrigues. – 3. ed. rev. atual. – Florianópolis : Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2015. https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/401158/1/PNAP%20-%20Bacharelado%20-%20Direito%20Legislacao%20Tributaria%203%20edicao%20GRAFICA.pdf

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em:23/07/2023. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

Diniz, Gustavo S. Curso de Direito Comercial. Disponível em: Minha Biblioteca, (2nd edição). Grupo GEN, 2022. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9786559773022

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AMARO, Luciano. Direito Tributário Brasileiro. 25 ed. São Paulo: Saraiva, 2023. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553628113/

Crepaldi, Sílvio A. Planejamento Tributário. Disponível em: Minha Biblioteca, (4th edição). Editora Saraiva, 2021. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9786587958361

COELHO, Sacha Calmon Navarro. Curso de Direito Tributário Brasileiro. 18 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2022. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530993900/

Jr., Waldo F. Manual de Direito Comercial. Disponível em: Minha Biblioteca, (21st edição). Grupo GEN, 2020. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788597024890

Schoueri, Luís E. Direito tributário. Disponível em: Minha Biblioteca, (12th edição). Editora Saraiva, 2023. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9786553626041

Chefe de Departamento:

Assinatura:

FICHA Nº 1 (permanente)

Disciplina: MATEMÁTICA FINANCEIRA E ANALISE DE INVESTIMENTO		Código: EDAP31
Natureza: Obrigatória	(x)Semestral ( ) Anual	Obs. Adm. Geral
Pré-requisito: ----	Co-requisito:	

C. H. Semestral: 60 horas AT: AP: EST: Total: Créditos: 4

EMENTA (Unidade Didática)

Capitalizações simples e composta. Descontos simples e compostos. Rendas certas. Rendas variáveis. Taxa interna de retorno. Equivalência de fluxos de caixa. Amortização de empréstimos. Noções de análise de investimento. Correção monetária. Fundamentos de investimentos de capital. Séries não homogêneas. Sistemas de amortização de dívidas. Equivalência de fluxos de caixa. Critérios de análise de investimentos: payback, retorno contábil, VPL, TIR, IL. Introdução a análise de títulos. Introdução à análise de projetos de investimentos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

PUCCINI, Ernesto Coutinho. Matemática Financeira e Análise de Investimentos. 3 ed. UFSC, CAPES, UAB 2016. https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/401417/1/Matematica%20Financeira%20e%20Analise%20de%20Investimentos%203ed%20GRAFICA.pdf

Neto, Alexandre A. Matemática Financeira e suas Aplicações. Disponível em: Minha Biblioteca, (15th edição). Grupo GEN, 2022. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559773244/

PUCCINI, Abelardo de Lima. Matemática financeira: objetiva e aplicada. 10. ed. Rio de Janeiro: Elsevier: Campos, 2017. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788547220273/

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRUNI, Adriano Leal; FAMA, Rubens. Matemática Financeira: com aplicações na HP 12C e Excel. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522465705/

Cherobim, Ana P. Administração Financeira. Disponível em: Minha Biblioteca, (4th edição). Grupo GEN, 2016. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788595154124

Brito, Paulo. Análise e viabilidade de projetos de investimentos. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo GEN, 2006. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788522465774

Souza, Alceu. DECISÕES FINANCEIRAS E ANÁLISE DE INVESTIMENTOS: Fundamentos, Técnicas e Aplicações. Disponível em: Minha Biblioteca, (6th edição). Grupo GEN, 2008. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788597023466

VIEIRA SOBRINHO, José Dutra. Matemática financeira. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2018. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597015461/

Chefe de Departamento:

Assinatura:

FICHA Nº 1 (permanente)

Disciplina: PLANEJAMENTO E PROGRAMAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA		Código: EDAP32
Natureza: Obrigatória	(x)Semestral ( ) Anual	Obs. Adm. Pública
Pré-requisito: ----	Co-requisito:	

C. H. Semestral: 60 horas AT: AP: EST: Total: Créditos: 4

EMENTA (Unidade Didática)

Teorias e modelos de planejamento governamental. Evolução do planejamento governamental no Brasil. Enfoque sistêmico e estratégico de planejamento. Características e etapas do planejamento. Métodos e técnicas do planejamento. Estrutura e sistema de planejamento governamental: PPA. Planejamento e políticas públicas. Técnicas de programação governamental. Avaliação e acompanhamento de ações governamentais. Construção de indicadores de desempenho governamental.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MISOCZKY, Maria Ceci Araujo; GUEDES, Paulo. Planejamento e Programação na Administração Pública. 3 ed. rev. atual. Programa Nacional de Formação em Administração Pública. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração /UFSC/[Brasília]: CAPES: UAB, 2016. https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/401413/1/Planejamento_Programacao_Adm_Publica_3ed_GRAFICA.pdf

Gonçalves, Guilherme, C. et al. Planejamento e Orçamento Público. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2020. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9786581492557

França, Phillip G. Controle da administração pública. Disponível em: Minha Biblioteca, (4th edição). Editora Saraiva, 2016. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788547204051

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

Ribeiro, Renato Jorge, B. e Ana Carla Bliacheriene. Construindo o planejamento público: buscando a integração entre política, gestão e participação popular. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo GEN, 2013. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788522483020

Costin, Claudia. Administração Pública. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo GEN, 2010. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788595152281

https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788595152281

https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788522476978

MATIAS-PEREIRA, José. Manual de Gestão Pública Contemporânea. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2020. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788597024753

Matias-Pereira, José. Curso de Gestão Estratégica na Administração Pública. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo GEN, 2021. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9786559771677

Chefe de Departamento:

Assinatura:

FICHA Nº 1 (permanente)

Disciplina: SEMINÁRIO TEMÁTICO I NA LFE I, LFE II ou LFE III		Código: EDAP33
Natureza: Obrigatória	(x)Semestral ( ) Anual	Obs. Adm. Pública
Pré-requisito: ----	Co-requisito:	

C. H. Semestral: 30 horas AT: AP: EST: Total: Créditos: 2

EMENTA (Unidade Didática)

Temas emergentes em Administração Pública. Tendências de articulação entre teoria e prática em Administração Pública. Ementa e Bibliografia a complementar de acordo com o foco da disciplina quando da oferta.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

Silva, Talita Fernanda D. Fundamentos da psicologia positiva. Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Saraiva, 2021. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9786589881650

BRASIL. Documento Guia do I Seminário Nacional Diversidade no Serviço Público: Saúde, Segurança e Qualidade de Vida no Trabalho. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) 37pgs, 2018. https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/3494

FARSEN, Thaís Cristine et al. Qualidade de vida, bem-estar e felicidade no trabalho: sinônimos ou conceitos que se diferenciam?. Interação em Psicologia, Curitiba, v. 22, n. 1, abr. 2018. ISSN 1981-8076. Doi:http://dx.doi.org/10.5380/psi.v22i1.48288. https://revistas.ufpr.br/psicologia/article/view/48288

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

SCHUNKE, Lídia Käfer e GIONGO, Carmem Regina.Atravessamentos políticos: a cultura organizacional e o sofrimento moral no serviço público. Rev. Psicol., Organ. Trab. [online]. 2018, vol.18, n.3, pp. 449-456. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1984-66572018000300007&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt

BRASIL. Decreto no 6.833, de 29 de abril de 2009. Institui o Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal - SIASS e o Comitê Gestor de Atenção à Saúde do Servidor. Diário Oficial da União 2009; 30 abr. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6833.htm

BRASIL. Portaria Normativa Nº 12, de 20 de Novembro de 2018. Institui as diretrizes gerais para promoção da educação para aposentadoria do servidor público federal. Diário Oficial da União; 21 Novembro 2018. https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/51058639/do1-2018-11-21-portaria-n-12-de-20-de-novembro-de-2018-51058368

Albrecht, P. A. T., & Krawulski, E. (2011). Graduates who are preparing themselves to public office contests and the search for a stable job: reflections about the reasons for choosing public sector jobs. Cadernos De Psicologia Social Do Trabalho, v. 14, n. 2, 211-226. https://doi.org/10.11606/issn.1981-0490.v14i2p211-226 https://www.revistas.usp.br/cpst/issue/view/1917

BRASIL. Portaria Normativa Nº 3, de 25 de Março de 2013. Institui as diretrizes gerais de Promoção da saúde do Servidor Público Federal. Diário Oficial da União; 26 Março 2013. https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-1.348-de-10-de-setembro-de-2021-345135080

Chefe de Departamento:

Assinatura:

FICHA Nº 1 (permanente)

Disciplina: ADMINISTRAÇÃO ESTRATÉGICA		Código: EDAP34
Natureza: Obrigatória	(x)Semestral ( ) Anual	Obs. Adm. Geral
Pré-requisito: ----	Co-requisito:	

C. H. Semestral: 60 horas AT: AP: EST: Total: Créditos: 4

EMENTA (Unidade Didática)

Evolução do pensamento estratégico. Frentes de desenvolvimento da inteligência competitiva, tecnologia, gestão e ambiente. Principais modelos de análise do ambiente interno e externo. Estratégia e posicionamento competitivo. Competências Centrais. Balanced Scorecard. O Processo Estratégico e a Busca de Capacitações Dinâmicas. Instituições, Políticas e Estratégias. Os grandes movimentos estratégicos. Estudos e análise de casos administrativos complexos no setor público e privado, requerendo amplo conhecimento de processo decisório.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

PEREIRA, Maurício Fernandes. Administração estratégica. 3 ed. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração /UFSC/[Brasília]: CAPES: UAB, 2016. https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/401162/1/PNAP_Bacharelado-Administracao_estrategica-3.ed-WEB.pdf

MINTZBERG, Henry; AHLSTRAND, Bruce; LAMPEL, Joseph. Safári de estratégia: um roteiro pela selva do planejamento estratégico. 2ed. Porto Alegre: Bookman, 2010. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788577807437/pageid/0

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Planejamento estratégico: conceitos, metodologia e práticas. 35. ed. São Paulo: Atlas, 2023. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559774777/epubcfi/6/2%5B%3Bvnd.vst.idref%3Dcover%5D!/4/2/2%4051:42

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ABDALA, Márcio M., CONEJERO, Marco Antonio; OLIVEIRA, Murilo Alvarenga. Administração Estratégica. São Paulo: Atlas, 2019. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597021325/epubcfi/6/10%5B%3Bvnd.vst.idref%3Dcopyright%5D!/4/44/1:158%5B201%2C9.%5D

KAPLAN, Robert S.; NORTON, David P. Alinhamento: utilizando o balanced scorecard para criar sinergias corporativas. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555205152/pageid/0

MATIAS-PEREIRA, José. Curso de gestão estratégica na administração pública / José Matias-Pereira. São Paulo: Atlas, 2021. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559771677/epubcfi/6/8%5B%3Bvnd.vst.idref%3Dhtml4%5D!/4/30/2/1:15%5Braz%2Cil%5D

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças D. Estratégia Empresarial & Vantagem Competitiva: Como Estabelecer, Implementar e Avaliar, 9 ed. São Paulo: Atlas, 2014. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788522492480/pageid/0

THOMPSON JR., Arthur A.; STRICKLAND III, A. J.; GAMBLE, John E. Administração estratégica. 15. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2008. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788580550054/pageid/0

Chefe de Departamento:

Assinatura:

FICHA Nº 1 (permanente)

Disciplina: ELABORAÇÃO E GESTÃO DE PROJETOS		Código: EDAP35
Natureza: Obrigatória	(x)Semestral ( ) Anual	Obs. Adm. Geral
Pré-requisito: ----	Co-requisito:	

C. H. Semestral: 60 horas AT: AP: EST: Total: Créditos: 4

EMENTA (Unidade Didática)

O sistema de planejamento e acompanhamento de projeto. Estruturas organizacionais de projeto. Ciclos e fases do projeto. Definição das áreas de conhecimento do projeto: escopo, tempo, custos, qualidade, recursos humanos, comunicação, riscos, aquisições, partes interessadas e integração do projeto. Identificação de restrições. Definição dos controles de planejamento do projeto. Avaliação da eficiência, eficácia e efetividade. Técnicas de planejamento, programação e controle de projetos (técnicas de redes, PERT/CPM, ROY, cronogramas etc.). Avaliação econômica e social de projetos. Softwares para o gerenciamento de projetos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CARVALHO, Claudinê Jordão de. Elaboração de Projetos. 3 ed. Departamento de Ciências da Administração / UFSC/[Brasília]: CAPES: UAB, 2016. https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/401155/1/Elaboracao_Gestao_Projetos-3ed-GRAFICA.pdf

KEELING, Ralph; BRANCO, Renato Henrique Ferreira. Gestão de projetos: uma abordagem global. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2019. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553131655/pageid/0

KERZNER, Harold. Gestão de Projeto: as Melhores Práticas. Ed. Bookman. 4 ed. Porto Alegre: Bookman, 2020. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788582605301/pageid/0

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

Filho, Nelson C. Elaboração de Projetos Empresarias, 2ª edição. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo GEN, 2016. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788597008180

CONTADOR, Cláudio R. Projetos sociais: avaliação e prática. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MENEZES, Luís César de M. Gestão de Projetos, 4ª edição. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo GEN, 2018. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597016321/epubcfi/6/2%5B%3Bvnd.vst.idref%3Dcover%5D!/4/2/2%4051:42

PMI. Um guia do conhecimento em gerenciamento de projetos – Guia PMBOK Sexta Edição – EUA : Project Management Institute, 2017. 5 ed. PMI.ORG https://wiki.tce.go.gov.br/lib/exe/fetch.php/acervo_digital:pmbok5.pdf

WYSOCKI, Robert, K.; MARQUES, Arlete Simile. Gestão eficaz de projetos (vol 2). Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Saraiva, 2020. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788571441156/pageid/0

Chefe de Departamento:

Assinatura:

FICHA Nº 1 (permanente)

Disciplina: GESTÃO DE OPERAÇÕES E LOGÍSTICA II		Código: EDAP37
Natureza: Obrigatória	(x)Semestral ( ) Anual	Obs. Adm. Geral
Pré-requisito: ----	Co-requisito:	

C. H. Semestral: 60 horas AT: AP: EST: Total: Créditos: 4

EMENTA (Unidade Didática)

Introdução a operações e a natureza do serviço. Operações de serviço. Sistemas e processos de serviço. Projeto e organização do posto de trabalho. Noções de ergonomia. Arranjo físico e fluxo. Localização de instalações. Gestão de filas. Gestão da capacidade e da demanda. Relacionamento com clientes e fornecedores. Melhoria operacional: produtividade, qualidade, garantia e recuperação de falhas. Planejamento e gestão da rede de operações e serviço.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CARDOSO, Patrícia Alcântara. Gestão de Operações e Logística II. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração /UFSC/[Brasília]: CAPES: UAB, 2016. http://arquivos.eadadm.ufsc.br/somente-leitura/pnap/videos/Bacharelado_Modulo6/gestao_de_operacoes_logisticas_II/Livro.pdf

CORRÊA, H.L.; GIANESI, I.G.N. Planejamento, programação e controle da produção. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2018. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597018554/

Pires, Marcelo R., S. e Rodrigo M. Silveira. Logística e gestão da cadeia de suprimentos. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2016. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788569726951

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

Ballou, Ronald H. Gerenciamento da cadeia de suprimentos/logística empresarial. Disponível em: Minha Biblioteca, (5th edição). Grupo A, 2006. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788560031467

Batalha, Mário O. Gestão da Produção e Operações. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo GEN, 2019. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788597021288

Fraporti, Simone, et al. Logística internacional. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2018. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788595023598

Jacobs, F., R. e Richard B. Chase. Administração de Operações e da Cadeia de Suprimentos. Disponível em: Minha Biblioteca, (13th edição). Grupo A, 2012. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788580551341

Lozada, Gisele. Administração da produção e operações. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2016. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788569726616

Chefe de Departamento:

Assinatura:

FICHA Nº 1 (permanente)

Disciplina: Gestão de Redes de Cooperação na Esfera Pública		Código: EDAP38
Natureza: Obrigatória	(x)Semestral ( ) Anual	Obs. Adm. Pública
Pré-requisito: ----	Co-requisito:	

C. H. Semestral: 30 horas AT: AP: EST: Total: Créditos: 2

EMENTA (Unidade Didática)

Conceito, gênese e tipos de redes. Modelos de gestão e estruturas de redes públicas. Redes federativas e redes públicas de cooperação. Redes comunitárias. Complementaridade e Supletividade nas redes híbridas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MALMEGRIN, Maria Leonídia. Gestão de Redes de cooperação na esfera pública. 2a ed. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração /UFSC/[Brasília]: CAPES: UAB, 2012. https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=2556438

CASTELLS, M.; CARDOSO, G. A Sociedade em Rede: Do Conhecimento à Acção Política. Lisboa: Imprensa Macional: Casa da Moeda, 2005. https://egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/a_sociedade_em_rede_-_do_conhecimento_a_acao_politica.pdf

Neto, João A. REDES DE COOPERAÇÃO PRODUTIVA E CLUSTERS REGIONAIS. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo GEN, 2007. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788522474196

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

Balestrin, Alsones, e Jorge Verschoore. Redes de cooperação empresarial. Disponível em: Minha Biblioteca, (2nd edição). Grupo A, 2016. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788582603987

Souza, Lindeberg Barros D. Administração de Redes Locais (Série Eixos). Disponível em: Minha Biblioteca, (2nd edição). Editora Saraiva, 2020. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788536533698

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 2018. https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/392268/mod_resource/content/1/ASociedadeEmRedesVol.I.pdf

Santos, Márcia Pereira, D. et al. História, cidades, redes políticas e sociais. Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Blucher, 2017. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788580392319

Kleindorfer, Paul, R. et al. O desafio das redes. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2012. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788540701212

Chefe de Departamento:

Assinatura:

FICHA Nº 1 (permanente)

Disciplina: ORÇAMENTO PÚBLICO		Código: EDAP39
Natureza: Obrigatória	(x)Semestral ( ) Anual	Obs. Adm. Pública
Pré-requisito: ----	Co-requisito:	

C. H. Semestral: 60 horas AT: AP: EST: Total: Créditos: 4

EMENTA (Unidade Didática)

Fundamentos e princípios orçamentários. Aspectos constitucionais do orçamento. Processo orçamentário como instrumento de planejamento: relação entre Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA). O ciclo orçamentário. Elaboração do orçamento: receita e despesa. Execução orçamentária e financeira: etapas da receita e da despesa. Créditos adicionais. Gestão democrática de alocação de recursos: orçamento participativo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

SANTOS, Rita de Cássia Leal Fonseca dos. Orçamento Público. Florianópolis: UFSC/Brasília: CAPES: UAB, 2016. https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/401430/1/PNAP_Bacharelado-Orcamento_Publico-3.ed-GRAFICA.pdf

GIACOMONI, James. Orçamento público. 19 ed. ampl. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2023. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559775149/

Riani, Flávio. Economia do Setor Público - Uma Abordagem Introdutória, 6ª edição. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo GEN, 2016. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788521632320

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

Giacomoni, James. Orçamento Governamental - Teoria - Sistema - Processo. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo GEN, 2018. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788597019018

FREITAS, Mário Sebastião Nogueira. Uma releitura do orçamento público sob uma perspectiva histórica. Bahia Análise e Dados, Salvador, v. 12, n.4, p. 9-24, 2003. https://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=981&Itemid=284

Giambiagi, Fabio. Finanças Públicas - Teoria e Prática no Brasil. Disponível em: Minha Biblioteca, (5th edição). Grupo GEN, 2015. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788595154773

Lochagin, Gabriel L. A Execução do Orçamento Público: Flexibilidade e Orçamento Impositivo - Série Direito Financeiro. Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Blucher, 2016. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788580392074

GARCIA, Ronaldo C. Subsídios para Organizar a Avaliações da Ação Governamental. Planejamento e Políticas Públicas, n. 23, p. 7-70, 2001. https://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/issue/view/20

Chefe de Departamento:

Assinatura:

FICHA Nº 1 (permanente)

Disciplina: SEMINÁRIO TEMÁTICO II NA LFE I, LFEII ou LFEIII		Código: EDAP40
Natureza: Obrigatória	(x)Semestral ( ) Anual	Obs. Adm. Pública
Pré-requisito: ----	Co-requisito:	

C. H. Semestral: 30 horas AT: AP: EST: Total: Créditos: 2

EMENTA (Unidade Didática)

Temas emergentes em Administração Pública. Tendências de articulação entre teoria e prática em Administração Pública. Ementa e Bibliografia a complementar de acordo com o foco da disciplina quando da oferta.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BROWN, T. Design Thinking. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788550814377/

CAVALCANTI, C.C.; FILATRO, A. Design Thinking: na educação presencial, a distância e corporativa. São Paulo: Saraiva, 2017. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788547215804/pageid/0

VIANNA, Maurício; et al. Design thinking: inovação em negócios. Rio de Janeiro: MJV Press, 2012. https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4874163/mod_resource/content/1/Leit%2007%20-%20VIANNA%20et%20al%20-%20livro_dt_MJV.pdf

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

Ambrose, Gavin, e Paul Harris. Design thinking. (Design básico). Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2010. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788577808267

Liedtka, Jeanne, e Tim Ogilvie. A Magia do Design Thinking. Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Alta Books, 2019. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788550814162

Dennis, Pascal, e Laurent Simon. Dominando a disrupção digital: como as empresas vencem com design thinking, agile e lean startup. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2022. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788582605837

Leifer, Larry, et al. A Jornada do Design Thinking. Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Alta Books, 2019. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788550808741

MINTZBERG, H. Criando organizações eficazes. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2003. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559772162/

Chefe de Departamento:

Assinatura:

FICHA Nº 1 (permanente)

Disciplina: AUDITORIA E CONTROLADORIA		Código: EDAP41
Natureza: Obrigatória	(x)Semestral ( ) Anual	Obs. Adm. Pública
Pré-requisito: ----	Co-requisito:	

C. H. Semestral: 60 horas AT: AP: EST: Total: Créditos: 4

EMENTA (Unidade Didática)

Probidade administrativa. Conceitos e Tipos de Auditoria Governamental. Elaboração de Relatório de Auditoria. Princípios e sistema de controle na administração pública. Controles da Administração Pública. Controle social e transparência no Brasil. Fiscalização orçamentária, financeira, contábil e patrimonial do Estado. Organização e funcionamento do controle externo e interno na Administração Pública. Fluxo da gestão governamental (PPA, LDO, LOA). Prestação de contas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CRUZ, Flávio da. Auditoria e Controladoria. 3 ed. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração /UFSC/[Brasília]: CAPES: UAB, 2016. https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/145376/1/PNAP%20-%20Bacharelado%20-%20Auditoria_Controladoria.pdf

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. Auditoria: abordagem moderna e completa. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2017. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597013801/epubcfi/6/2%5B%3Bvnd.vst.idref%3Dbody001%5D!/4/2/2%4051:43

CASTRO, Domingos Poubel de. Auditoria, contabilidade e controle interno no setor público. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2018. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597018455/epubcfi/6/2%5B%3Bvnd.vst.idref%3Dcover%5D!/4/2/2%4051:42

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Auditoria governamental. Brasília: Instituto Serzedello Corrêa, 2011. Disponível em: https://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A8182A24F0A728E014F0B277355651D. Acesso em: 20/07/2023. https://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A8182A24F0A728E014F0B277355651D

GONÇALVES, Guilherme, C. et al. Controladoria Pública. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2020. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786556900315/pageid/0

GUTERRES, João, M. et al. Auditoria Pública. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2017. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595021877/pageid/0

PETER, Maria da Glória Arrais; MACHADO, Marcus Vinícius Veras. Manual de auditoria governamental. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2014. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788522491803/pageid/0

SLOMSKI, Valmor. Controladoria e governança na gestão pública. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo GEN, 2005. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788522466641/pageid/0

Chefe de Departamento:

Assinatura:

FICHA Nº 1 (permanente)

Disciplina: FUNDAMENTOS DE MARKETING		Código: EDAP43
Natureza: Obrigatória	(x)Semestral ( ) Anual	Obs. Adm.Geral
Pré-requisito: ----	Co-requisito:	

C. H. Semestral: 60 horas AT: AP: EST: Total: Créditos: 4

EMENTA (Unidade Didática)

Perspectivas da administração de marketing. O ambiente de Marketing. Segmentação e Posicionamento. O Composto de Marketing.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

Tavares, Paulo Vitor Marketing: fundamentos para a administração pública / Paulo Vitor Tavares. 3 ed. Florianópolis: IFSC, 2014. https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/206386/2/CST%20GP%20-%20MARKETING%20-%20EBOOK%20-%20Com_Anexos.pdf

CHURCHILL, G. A., PETER, J. P. Marketing: criando valor para os clientes. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2012. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788502183605/pageid/0

MALHOTRA. Pesquisa de marketing. 7 ed. Porto Alegre: Bookman, 2019. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788582605103/pageid/0

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BOONE; KURTZ. Marketing contemporâneo. 12 ed. LTC, 2013. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788522110346/pageid/0

Crocco, Luciano, et al. Fundamentos de Marketing: conceitos básicos - Coleção de Marketing, vol. 1 - 3ª edição. Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Saraiva, 2013. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788502205741/pageid/0

ENGEL, BLACKWELL; MINIARD. Comportamento do consumidor. 8.ed. LTC, 2000.

Reade, Dennis, V. et al. Marketing estratégico. Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Saraiva, 2015. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/978-85-02-63878-5

Boone, Louis, E. e David L. Kurtz. Marketing Contemporâneo - Tradução da 12ª edição norte-americana. Disponível em: Minha Biblioteca, Cengage Learning Brasil, 2013. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788522110346gestão ambiental

Chefe de Departamento:

Assinatura:

FICHA Nº 1 (permanente)

Disciplina: GESTÃO DA REGULAÇÃO		Código: EDAP44
Natureza: Obrigatória	(x)Semestral ( ) Anual	Obs. Adm.Pública
Pré-requisito: ----	Co-requisito:	

C. H. Semestral: 30 horas AT: AP: EST: Total: Créditos: 2

EMENTA (Unidade Didática)

Direito e Economia da Regulação e da Concorrência. O Poder Regulatório do Estado e Concessão de Serviços Públicos. Políticas e Estrutura da Regulação no Brasil. Defesa do Consumidor. Defesa da Concorrência. Marco regulatório: agências reguladoras e as experiências internacionais, nacionais, estaduais e municipais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

PINHEIRO, Ivan Antônio. Gestão da Regulação. 3 ed. Florianópolis: UFSC/Brasília: CAPES: UAB, 2016. https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/145377/1/PNAP%20-%20Bacharelado%20-%20Gestao%20da%20Regulacao.pdf

ARAGÃO, Alexandre Santos de. Agências Reguladoras e a Evolução do Direito Administrativo Econômico. 3. ed. Rio de Janeiro: GEN: Forense, 2012. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-309-5037-8/

Oliveira, Rafael Carvalho R. Novo Perfil da Regulação Estatal Administração Públ. de Resultados e Análise de Impacto Regulatório. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo GEN, 2015. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/978-85-309-6746-8/epubcfi/6/2%5B%3Bvnd.vst.idref%3Dcover%5D!/4/2/2%4076:36

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARAGÃO, Alexandre Santos de. A organização e controle social das agências reguladoras: Crítica aos Anteprojetos de Lei. Porto Alegre: ABAR, 2004. Disponível em: http://abar.org.br/?mdocs-file=47701. Acesso em: 23/07/2023 http://abar.org.br/?mdocs-file=47701

Coutinho, Diogo R. Direito e economia política na regulação de serviços públicos. Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Saraiva, 2014. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788502221727/epubcfi/6/2%5B%3Bvnd.vst.idref%3Dcapa.xhtml%5D!/4/2%5Bcover-image%5D/2%405:3

Junior, Ruy Pereira C. Direito societário e regulação econômica. Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Manole, 2018. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788520457351/epubcfi/6/2%5B%3Bvnd.vst.idref%3Dcover.xhtml%5D!/4/2%5Bcover%5D/4%4076:51

Motta, Paulo Roberto F. Agências reguladoras. Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Manole, 2003. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788520448052/pageid/0

Silva, César Roberto Leite, D. e Sinclayr Luiz. Economia e mercados: introdução à economia. Disponível em: Minha Biblioteca, (20th edição). Editora Saraiva, 2017. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788547227739

Chefe de Departamento:

Assinatura:

FICHA Nº 1 (permanente)

Disciplina: NEGOCIAÇÃO E ARBITRAGEM		Código: EDAP45
Natureza: Obrigatória	(x)Semestral ( ) Anual	Obs. Adm.Geral
Pré-requisito: ----	Co-requisito:	

C. H. Semestral: 60 horas AT: AP: EST: Total: Créditos: 4

EMENTA (Unidade Didática)

Mediação e arbitragem: o marco regulatório brasileiro. Negociação: conceitos e princípios; conflito; negociador; objeto; lugar; modelos e estilos; desenvolvimento da negociação; e feedback. Arbitragem: retrospectiva histórica e o momento atual; conceito; a convenção e os tipos de arbitragem; o árbitro; e a sentença arbitral. Arbitragem internacional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

PINHEIRO, Ivan Antônio. Negociação e Arbitragem. 3 ed. Florianópolis: UFSC/Brasília: CAPES: UAB, 2016. https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/401169/1/Negociacao%20e%20Arbitragem%20WEB.pdf

SALLES, Carlos Alberto de; LORENCINI, Marco Antônio Garcia Lopes; SILVA, Paulo Eduardo Alves de (coord.). Negociação, Mediação e Arbitragem. 5 ed. São Paulo: Editora Método, 2023. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559647637/epubcfi/6/2%5B%3Bvnd.vst.idref%3Dcover%5D!/4/2/2%4051:42

Junior, Luiz Antonio S. Arbitragem: Mediação, Conciliação e Negociação. Disponível em: Minha Biblioteca, (11th edição). Grupo GEN, 2023. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9786559648191

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

Guilherme, Luiz Fernando do Vale de A. Manual de arbitragem e mediação: conciliação e negociação. Disponível em: Minha Biblioteca, (6th edição). Editora Saraiva, 2022. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9786553620568

Salles, Carlos Alberto, D. et al. Negociação, Mediação, Conciliação e Arbitragem: Curso de Métodos Adequados de Solução de Controvérsias. Disponível em: Minha Biblioteca, (5th edição). Grupo GEN, 2023. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9786559647637

Duzert, Yann, et al. Newgociação Para Profissionais Do Setor Público. Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Alta Books, 2021. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788550814858

Martinelli, Dante, P. e Flávia Angeli Ghisi. Negociação - 2ª edição. Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Saraiva, 2012. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788502160804

Matos, Francisco Gomes D. Negociação e conflito - 1ª Edição. Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Saraiva, 2014. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788502220195

Chefe de Departamento:

Assinatura:

FICHA Nº 1 (permanente)

Disciplina: SEMINÁRIO TEMÁTICO III NA LFE I, LFE II ou LFE III		Código: EDAP46
Natureza: Obrigatória	(x)Semestral ( ) Anual	Obs. Adm.Pública
Pré-requisito: ----	Co-requisito:	

C. H. Semestral: 30 horas AT: AP: EST: Total: Créditos: 2

EMENTA (Unidade Didática)

Temas emergentes em Administração Pública. Tendências de articulação entre teoria e prática em Administração Pública. Ementa e Bibliografia a complementar de acordo com o foco da disciplina quando da oferta.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ABIB, Gustavo. Manual do Usuário do Simulador SimGesp. 1 a ed. Curitiba: Departamento de Administração / UFPR: CAPES: UAB, 2018. https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/431461?mode=full

LEITE FILHO, G. A.; FIALHO, T. M. M. Associação entre Indicadores de Gestão Pública Municipal e Indicadores de Desenvolvimento dos Municípios Brasileiros. XIV Congresso USP de Controladoria e Contabilidade. São Paulo: 2014. https://congressousp.fipecafi.org/anais/artigos142014/162.pdf

SOUZA, C. Coordenação de políticas públicas. Brasília: Enap, 2018. 72 p. https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/3329/1/Livro_Coordena%C3%A7%C3%A3o%20de%20pol%C3%ADticas%20p%C3%BAblicas.pdf

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. Orientações para Elaboração do Plano Plurianual 2016-2019. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Brasília, 2015. https://bibliotecadigital.economia.gov.br/bitstream/777/14/3/Orientacoes_Elabora%C3%A7%C3%A3o_PPA_2016_2019_02.pdf

Lucena, Maria Diva da S. Planejamento estratégico e gestão do desempenho para resultados. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo GEN, 2012. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788522473595

Júnior, Edson M. Construção, mensuração e fomento de indicadores de desempenho. Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Saraiva, 2021. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9786589965916

Camillis, Patrícia Kinast, D. et al. Gestão do desempenho organizacional. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2018. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788595025257

III, James F., C. e John G. Schleier. Handbook da teoria das restrições. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2013. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788582600139

Chefe de Departamento:

Assinatura:

FICHA Nº 1 (permanente)

Disciplina: TECNOLOGIA E INOVAÇÃO		Código: EDAP47
Natureza: Obrigatória	(x)Semestral ( ) Anual	Obs. Adm.Geral
Pré-requisito: ----	Co-requisito:	

C. H. Semestral: 60 horas AT: AP: EST: Total: Créditos: 4

EMENTA (Unidade Didática)

Economia, sociedade e tecnologia. Técnica e ciência como ideologia. Modelos de acesso, recursos físicos e digitais. Tecnologia, comunidades e instituições. As novas tecnologias e suas implicações sociais. Os trabalhadores e as novas tecnologias. Novas técnicas de organização e a tecnologia. Importância, definições e modelos de inovação. Inteligência organizacional e competitiva. Planejamento de produtos e projetos de inovação. Gestão da inovação tecnológica. Financiamento para a inovação no Brasil.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

PINTO, Miriam de Magdala. Tecnologia e Inovação. 3 ed. Florianópolis: UFSC/Brasília: CAPES: UAB, 2016. https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/401166/1/Tecnologia%20Informacao%203ed%20WEB.pdf

Akabane, Getúlio, K. e Hamilton Pozo. INOVAÇÃO, TECNOLOGIA E SUSTENTABILIDADE - HISTÓRICO, CONCEITOS E APLICAÇÕES . Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Saraiva, 2020. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788536532646

Mattos, João Roberto Loureiro, D. e Leonam dos Santos Guimarães. Gestão da tecnologia e inovação: uma abordagem prática - 2ª edição. Disponível em: Minha Biblioteca, (2nd edição). Editora Saraiva, 2013. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788502178960

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

Silva, Fabiane Padilha, D. et al. Gestão da inovação. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2018. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788595028005

Vargas, Vinícius B. Inovação no setor público. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, [Inserir ano de publicação]. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788595022928

Coutinho, Diogo, R. et al. Inovação no Brasil: avanços e desafios jurídicos e institucionais. Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Blucher, 2017. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788580392821

Suzigan, Wilson, et al. Em busca da inovação: interação universidade-empresa no Brasil. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo Autêntica, 2011. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788582178201

Andreassi, Tales. Gestão da Inovação Tecnológica. Disponível em: Minha Biblioteca, Cengage Learning Brasil, 2012. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788522108404

Chefe de Departamento:

Assinatura:

FICHA Nº 1 (permanente)

Disciplina: LIBRAS		Código: EDAP50
Natureza: Optativa	(x)Semestral ( ) Anual	Obs.
Pré-requisito: ----	Co-requisito:	

C. H. Semestral: 60 horas AT: AP: EST: Total: Créditos: 4

EMENTA (Unidade Didática)

A compreensão histórica das comunidades surdas e de sua produção culturas; Bilingüismo e educação de surdos: diretrizes legais e político-pedagógicas. Aspectos linguisticos da língua de sinais brasileira: teoria e prática

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL. Decreto Federal 5626/2005. Regulamenta a Lei de LIBRAS e dá outras providências. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm

FELIPE, Tanya & Monteiro, Myrna S. LIBRAS em contexto. Curso Básico. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto/Secretaria de Educação Especial, 2001.http://www.librasgerais.com.br/materiais-inclusivos/downloads/libras-contexto-estudante.pdf

Morais, Carlos E., L. et al. Libras. Disponível em: Minha Biblioteca, (2nd edição). Grupo A, 2019. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788595027305

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

Quadros, Ronice, M. e Lodenir B. Karnopp. Língua de sinais brasileira. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2003. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788536311746

Corrêa, Ygor, e Carina R. Cruz. Língua brasileira de sinais e tecnologias digitais. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2019. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788584291687

Quadros, Ronice, M. e Carina R. Cruz. Língua de sinais: instrumentos de avaliação. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2009. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788536325200

Menezes, Jane Eire Silva Alencar de. Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) / Jane Eire Silva Alencar de Menezes e Cléia Rocha de Sousa Feitosa . – 2. ed. rev. – Fortaleza : EdUECE, 2015. https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/176804/2/Livro_Linguagem%20Brasileira%20de%20Sinais_Libras.PDF

Quadros, Ronice M. Educação de surdos: a aquisição da linguagem. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 1997. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788536316581

Chefe de Departamento:

Assinatura:

FICHA Nº 1 (permanente)

Disciplina: GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE		Código: EDAP49
Natureza: Obrigatória	(x)Semestral ( ) Anual	Obs. Adm.Geral
Pré-requisito: ----	Co-requisito:	

C. H. Semestral: 60 horas AT: AP: EST: Total: Créditos: 4

EMENTA (Unidade Didática)

Desenvolvimento sustentável; Objetivos de desenvolvimento sustentável; organizações e sustentabilidade; impactos positivos e negativos das organizações na sociedade; gestão ambiental organizacional: definição e história; estágios evolutivos da gestão ambiental organizacional; instrumentos e práticas de gestão ambiental; interfaces entre gestão ambiental e áreas clássicas da gestão organizacional; gestão ambiental e administração pública no Brasil; a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P); municípios, estados e União na busca pela sustentabilidade; licitações e compras sustentáveis no Brasil. ISO 14000. Noções de auditoria ambiental.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

NASCIMENTO, L. F. Gestão ambiental e sustentabilidade. 3. ed. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2016. https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/401189/1/Gestao%20Ambiental%20Sustentabilidade%203ed%20WEB.pdf

DIAS, Reinaldo. Gestão Ambiental: Responsabilidade Social e Sustentabilidade. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2017. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597011159/

JABBOUR, Ana Beatriz Lopez de Sousa; JABBOUR, Charbel José Chiappetta. Gestão ambiental nas organizações: fundamentos e tendências. São Paulo, Atlas, 2013. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522477227/

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARBIERI, José Carlos. Gestão Ambiental Empresarial: conceitos, modelos e instrumentos. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2016. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788547208226/epubcfi/6/2%5B%3Bvnd.vst.idref%3Dcover%5D!/4/2/2%4052:49

BARBIERI, J.C.; CAJAZEIRA, J.E.R. Responsabilidade social e empresarial e empresa sustentável: da teoria à prática. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2016. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788547208325/pageid/0

DIAS, Reinaldo. Sustentabilidade: Origem e Fundamentos. Educação e Governança Global. Modelo de Desenvolvimento. São Paulo: Editora Atlas, 2015. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788522499205/pageid/0

FENKER, Eloy Antônio; DIEHL, Carlos Alberto; ALVES, Tiago Wickstrom; KALINOWSKI, Carina. Gestão Ambiental: Incentivos, Riscos e Custos. Rio de Janeiro: Editora Atlas, 2015. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597001181/pageid/0

Silva, Christian Luiz D. Políticas públicas e indicadores para o desenvolvimento sustentável. Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Saraiva, 2012. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788502124950/pageid/0

Chefe de Departamento:

Assinatura:

FICHA Nº 1 (permanente)

Disciplina: MARKETING PÚBLICO		Código: EDAP50
Natureza: Obrigatória	(x)Semestral ( ) Anual	Obs. Adm.Pública
Pré-requisito: ----	Co-requisito:	

C. H. Semestral: 60 horas AT: AP: EST: Total: Créditos: 4

EMENTA (Unidade Didática)

Influência do macro ambiente em instituições públicas. Composto de Marketing Público. Planejamento e Controle de Marketing.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

RIBEIRO, J.S. Marketing público. Cuiabá: Rede e-Tec Brasil, 2015. Disponível em:http://proedu.rnp.br/bitstream/handle/123456789/1610/Marketing_Publico_10_06_15.pdf?sequence=1&isAllowed=y
https://proedu.rnp.br/bitstream/handle/123456789/1610/Marketing_Publico_10_06_15.pdf?sequence=1&isAllowed=y
CEZAR, L. C. Comunicação e marketing no setor público: diferentes abordagens para a realidade brasileira. Brasília: Enap, 2019. https://repositorio.enap.gov.br/jspui/bitstream/1/4279/1/3_Livro_Comunica%C3%A7%C3%A3o%20e%20Marketing%20no%20Setor%20P%C3%BAblico%20diferentes%20abordagens%20para%20a%20realidade%20brasileira.pdf
DIAS; Sérgio Roberto et al. Gestão de Marketing. São Paulo: Saraiva, 2011. Recurso eletrônico. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502126725/

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

KOTLER, Philip; ARMSTRONG, Gary. Princípios de marketing. 15. ed. São Paulo: Pearson, 2014.
FERRELL, O. C.; HARTLINE, Michael D. Estratégia de marketing: Teoria e Casos. 6 ed. São Paulo: Cengage, 2016. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522126637/
Yanaze, Mitsuru, H. et al. Marketing digital: conceitos e práticas. Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Saraiva, 2022. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788571441408
SLOMSKI, Valmor. Controladoria e Governança na Gestão Pública. São Paulo: Editora Atlas, 2008. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522466641/
Velho, Adriana, G. et al. Marketing público. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2018. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788595023314

Chefe de Departamento:

Assinatura:

FICHA Nº 1 (permanente)

Disciplina: POLÍTICAS PÚBLICAS E SOCIEDADE		Código: EDAP51
Natureza: Obrigatória	(x)Semestral ( ) Anual	Obs. Adm.Pública
Pré-requisito: ----	Co-requisito:	

C. H. Semestral: 60 horas AT: AP: EST: Total: Créditos: 4

EMENTA (Unidade Didática)

Evolução histórica do Estado e políticas públicas. Estado Desenvolvimentista, Estado de Bem-estar, cidadania e democracia. Modelos de decisão e o papel dos atores políticos: parlamentos, partidos, grupos de interesse, estruturas institucionais e mídia. O ciclo das políticas públicas: formulação, implementação, acompanhamento e avaliação. A participação da sociedade na formulação, acompanhamento e avaliação das políticas públicas. O efeito da globalização para as políticas públicas. Tendências e questões atuais no estudo das políticas públicas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

SANTOS, Maria Paula Gomes dos. Políticas públicas e sociedade, 3 ed. reimp – Florianópolis : Departamento de Ciências da Administração / UFSC, 2016. https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/401185/1/Politicas%20Publicas%20e%20Sociedade%203ed%20WEB.pdf

Dias, Reinaldo, e Fernanda Costa de Matos. Políticas públicas: princípios, propósitos e processos. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo GEN, 2012. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788522484478

Secchi, Leonardo, et al. Políticas Públicas: Conceitos, Casos Práticos, Questões de Concursos. Disponível em: Minha Biblioteca, (3rd edição). Cengage Learning Brasil, 2019. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788522128976

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MEDEIROS, M. C. Trajetória do welfare state no Brasil: papel redistributivo das políticas sociais dos anos 1930 aos anos 1990. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. (Texto para discussão, n. 852), disponível em<http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_0852.pdf> Acesso em: 24/07/2023. https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0852.pdf

Mendes, Gilmar, F. et al. Políticas Públicas no Brasil: uma abordagem institucional. Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Saraiva, 2017. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788547218515

Procopiuck, Mario. Políticas públicas e fundamentos da administração pública: análise e avaliação, governança e redes de políticas, administração judiciária. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo GEN, 2013. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788522476978

Fonte, Felipe de M. Políticas públicas e direitos fundamentais. Disponível em: Minha Biblioteca, (3rd edição). Editora Saraiva, 2021. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9786555597417

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. Revista Sociologias, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, 2006. https://seer.ufrgs.br/index.php/sociologias/issue/view/511

Chefe de Departamento:

Assinatura:

FICHA Nº 1 (permanente)

Disciplina: RELAÇÕES INTERNACIONAIS		Código: EDAP52
Natureza: Obrigatória	(x)Semestral ( ) Anual	Obs. Adm.Geral
Pré-requisito: ----	Co-requisito:	

C. H. Semestral: 60 horas AT: AP: EST: Total: Créditos: 4

EMENTA (Unidade Didática)

Analisar as relações internacionais no período contemporâneo e verificar como se encontra estruturado o sistema internacional. Temas como a globalização, a regionalização, a interdependência e aqueles que têm ocupado a agenda dos governos nos anos 90, como as organizações internacionais e não governamentais, o meio ambiente, os direitos humanos, os conflitos étnicos e religiosos, os nacionalismos e o terrorismo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

RODRIGUES, T. M. de S. Relações Internacionais. 3. ed. rev. atual. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2016. 164p. https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/401182/1/Relacoes%20Internacionais%203ed%20WEB.pdf

Silva, Guilherme, A. e Williams Gonçalves. Dicionário de Relações Internacionais. Disponível em: Minha Biblioteca, (2nd edição). Editora Manole, 2010. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788520446461

Almeida, Paulo R. Relações Internacionais e Política Externa do Brasil. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo GEN, 2011. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/978-85-216-2083-9

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALMINO, João; LIMA, Sérgio Eduardo Moreira (org.). 30 anos da ABC: Visões da Cooperação Técnica Internacional Brasileira. Brasília: FUNAG, 2017. Disponível em: http://funag.gov.br/loja/download/1193-30-anos-ABC_05_05_V_7.pdf. Acesso em: 24/07/2023. http://www.abc.gov.br/imprensa/mostrarconteudo/725#:~:text=30%20Anos%20da%20ABC%20%2D%20Vis%C3%B5es,internacional%20para%20a%20pol%C3%ADtica%20externa.

Lessa, Antônio, C. et al. História das Relações Internacionais do Brasil (Coleção Temas Essenciais em RI). Disponível em: Minha Biblioteca, (2nd edição). Editora Saraiva, 2020. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788571441293

Seitenfus, Ricardo. Relações Internacionais. Disponível em: Minha Biblioteca, (2nd edição). Editora Manole, 2013. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788520444870

Magnoli, Demétrio. Relações internacionais: teoria e história - 2ª Edição. Disponível em: Minha Biblioteca, (2nd edição). Editora Saraiva, 2013. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788502201989

Dias, Reinaldo. Relações internacionais: introdução ao estudo da sociedade internacional global. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo GEN, 2010. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788522471249

Chefe de Departamento:

Assinatura:

FICHA Nº 1 (permanente)

Disciplina: SEMINÁRIO TEMÁTICO IV NA LFE I, LFE II ou LFE III		Código: EDAP53
Natureza: Obrigatória	(x)Semestral ( ) Anual	Obs. Adm.Pública
Pré-requisito: ----	Co-requisito:	

C. H. Semestral: 30 horas AT: AP: EST: Total: Créditos: 2

EMENTA (Unidade Didática)

Temas emergentes em Administração Pública. Tendências de articulação entre teoria e prática em Administração Pública. Temas transversais: Educação Ambiental; História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena; Direitos Humanos. Ementa e Bibliografia a complementar de acordo com o foco da disciplina quando da oferta.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANDION, C. Por uma nova interpretação das mudanças de paradigma na administração pública. Cadernos EBAPE, v. 10, n. 1, 2012. pp. 1-19. https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cadernosebape/article/view/5243/3977

FERNANDES, A. S. A. O capital social e a análise institucional e de políticas públicas. Revista de Administração Pública (RAP), v. 36, n. 3, 2002. pp. 375-398. https://hml-bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6444/5028

Rezende, Denis A. Inteligência Organizacional como Modelo de Gestão em Organizações Privadas e Públicas: Guia para Projetos de Organizational Business Intelligence - OBI. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo GEN, 2015. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788597001440

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

Matias-Pereira, José. Governança no Setor Público. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo GEN, 2010. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788597015997

Guimarães, Fernando V. Parceria público-privada, 2ª edição.. Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Saraiva, 2013. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788502207950

DENHARDT, R. B. Teorias da administração pública. 7 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2016. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522126699/

DAFT, R. L. Organizações: Teoria e projetos. 11 ed. São Paulo: LTC, 2014. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522116898/

Oliveira, Djalma de Pinho Rebouças D. Estrutura organizacional: uma abordagem para resultados e competitividade, 3ª edição. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo GEN, 2014. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788522485888

Chefe de Departamento:

Assinatura:

FICHA Nº 1 (permanente)

Disciplina: ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO		Código: EDAP55
Natureza: Obrigatória	(x)Semestral ( ) Anual	Obs. Adm. Pública
Pré-requisito: ----	Co-requisito:	

C. H. Semestral: 300 horas AT: AP: EST: Total: Créditos: 20

EMENTA (Unidade Didática)

Desenvolvimento de prática teorizada, visando o exercício profissional em organizações públicas, em ambiente real de trabalho.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ROESCH, Sylvia Maria A. Projetos de Estágio e de Pesquisa em Administração, 3ª edição. Grupo GEN, 2013. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522492572/

BIANCHI, Anna Cecilia de M.; ALVARENGA, Marina; BIANCHI, Roberto. Manual De Orientação – Estágio Supervisionado. Cengage Learning Brasil, 2012. Acesso em: 04 out. 2022. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522114047/

CLEGG, Stewart; KORNBERGER, Martin; PITSIS, Tyrone. Administração e organizações. Grupo A, 2011. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788577808304/

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MOTTA, Fernando C P.; VASCONCELOS, Isabella F. F. Gouveia D. Teoria geral da administração. Cengage Learning Brasil, 2021. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555583885/

JONES, Gareth R.; GEORGE, Jennifer M. Administração Contemporânea. [Digite o Local da Editora]: Grupo A, 2008. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788563308863/

BOSSIDY, Larry; CHARAN, Ram. Execução - a disciplina para atingir resultados. Editora Alta Books, 2019. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788550812861/

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças D. SISTEMAS, ORGANIZAÇÃO E MÉTODOS: Uma Abordagem Gerencial. Grupo GEN, 2013. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522482115/

DAFT, Richard L. Organizações: teoria e projetos – Tradução da 11ª edição norte-americana. Cengage Learning Brasil, 2014. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522116898/estatística

Chefe de Departamento:

Assinatura: